



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DELISMAR PALMEIRA COSTA**

**OS CAMPONESES DA ILHA DE SÃO JOSÉ E A CONSTRUÇÃO DA USINA  
HIDROELÉTRICA DE ESTREITO:  
Da terra de trabalho ao território do devir**

Porto Nacional (TO)  
2019

**DELISMAR PALMEIRA COSTA**

**OS CAMPONESES DA ILHA DE SÃO JOSÉ E A CONSTRUÇÃO DA USINA  
HIDROELÉTRICA DE ESTREITO:  
Da terra de trabalho ao território do devir**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Geografia da Universidade Federal do Tocantins  
como requisito parcial à obtenção do Grau de Mestre  
em Geografia.

Orientador: Dr. Elizeu Ribeiro Lira

Porto Nacional (TO)  
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C837c Costa, Delismar Palmeira .  
OS CAMPONESES DA ILHA DE SÃO JOSÉ E A CONSTRUÇÃO DA  
USINA HIDROELÉTRICA DE ESTREITO: Da terra de trabalho ao território do  
dever. / Delismar Palmeira Costa. – Porto Nacional, TO, 2019.  
144 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins  
– Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação  
(Mestrado) em Geografia, 2019.  
Orientador: Elizeu Ribeiro Lira
1. Geografia Agrária. 2. Território. 3. Conflito. 4. Camponeses . I. Título

**CDD 910**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

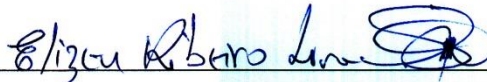
DELISMAR PALMEIRA COSTA

**OS CAMPONESES DA ILHA DE SÃO JOSÉ E A CONSTRUÇÃO DA  
USINA HIDROELÉTRICA DE ESTREITO: DA TERRA DE  
TRABALHO AO TERRITÓRIO DO DEVIR**

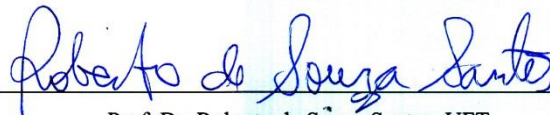
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Geografia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07/03/2019

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira (Orientador), UFT



Prof. Dr. Roberto de Souza Santos, UFT



Prof. Dra. Fabiana Scoleso, UFT

Porto Nacional, 2019

Aos Camponeses expulsos da Ilha de São José,  
e a todos os que sofrem diante dos grandes  
empreendimentos hidroenergéticos no Brasil.

Aos meus Pais que nunca mediram esforços  
para me ajudar, Maria da Penha Costa e  
Eulogio Palmeira da Costa.

Aos Meus sobrinhos: Lucas, Marianna, Arthur,  
Hugo, Maria e o Pedro que chegou por esses  
dias.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal do Tocantins pelo ensino de qualidade, mesmo em dias de escuridão como os de hoje.

Ao meu orientador, Elizeu Ribeiro Lira, pela atenção e inspiração nesse processo construtivo do conhecimento geográfico marxista.

Aos camponeses expulsos da Ilha de São José, pela acolhida e colaboração espontânea com a nossa pesquisa.

A CAPES, pelo apoio financeiro durante o período de um ano no qual fui bolsista.

Aos meus pais, Maria e Eulogio, que sempre me apoiaram na luta pela busca do conhecimento.

Ao Núcleo de Estudos Urbanos, Agrários e Regionais, pela acolhida que me deu durante esses dois anos.

A todos os companheiros e companheiras que contribuíram diretamente para a elaboração dessa dissertação; mais especificamente: Claudiney, Divino, Edinaura, Alisson, Glibson, Jonathas, Poliana, Marcelo, Witer, Roberto, Fabiana, Gleys, Marciléia, Alberto, Gleison, Wanderson, Cadu e Felismar.

*“A sobrevivência do capitalismo é atribuída à sua capacidade de acumulação pelos meios mais fáceis” (David Harvey).*

## RESUMO

Essa pesquisa tem por finalidade compreender a luta pela continuidade do modo de vida dos camponeses expulsos da Ilha de São José, em virtude da implantação da Usina Hidroelétrica de Estreito, atualmente esses sujeitos residem no assentamento Mirindiba. A Ilha de São José, hoje submersa, localizava-se no município de Babaçulândia, Tocantins, lá residiam 74 famílias camponesas que foram expulsas de suas terras sob a velha alegação do progresso, materializado no artifício técnico que é a barragem. Dessas 74 famílias, 18 vieram a formar o assentamento Mirindiba, localizado em Araguaína, Tocantins; esse assentamento é fruto da luta de classes, pois demonstra a resistência dos camponeses frente às irresponsabilidades do Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela construção da barragem. Para subsidiar essa análise, uma revisão de cunho teórico foi realizada a partir de atores que discutem o campesinato, o subdesenvolvimento, o território, o modo de produção capitalista e demais categorias utilizadas no texto. A pesquisa empírica (Trabalho de Campo) teve por finalidade a produção de mapas, a execução de entrevistas e a coleta de informações necessárias à análise territorial. O contato imediato com os sujeitos da pesquisa se fez presente, assim, pôde-se notar *in loco* as aflições que o processo de expulsão causou naquela população; danos materiais e sociais irreversíveis foram constatados, além de problemas de ordem psicológica, afinal de contas a expulsão não foi um ato pacífico, mas sim luta e recusa por parte do campesinato. A UHE Estreito entrou em atividade no ano de 2011, mas o seu processo de implantação decorreu durante toda a primeira década desse século. Os principais resultados verificados foram: 1) os camponeses do hoje assentamento Mirindiba foram expulsos de seu território original, a Ilha de São José, mediante o processo histórico de luta de classes pelo uso território, no qual o Estado desempenhou importante papel a favor do capital; 2) o campesinato não reagiu passivamente a esse processo, em sua luta contou com a ajuda de entidades como o MAB; 3) no novo território, esses camponeses sofrem com as adversidades da nova morada que comprometem a produtividade do trabalho, são atordoados pela nova dinâmica comercial, que de certa forma os deixou mais dependentes do mercado. Mas dessa batalha emergiu a esperança, viva nas falas e ações dos camponeses, que pouco a pouco se tornou sinônimo de resistência.

**Palavras-chave:** Camponeses; Expulsão; Ilha de São José; Assentamento Mirindiba; Território.



## ABSTRACT

This research aims to understand the struggle for the continuity of the way of life of the peasants expelled from the island of São José, due to the implementation of the hydroelectric power plant from Estreito, currently these subjects reside in the Mirindiba settlement. The island of São José, now submerged, it is located in the municipality of Babaçulândia, Tocantins, there resided 74 peasant families who were expelled from their lands under the old claim of progress materialized in the technical device that is the dam. Of these 74 families, 18 came to form the Mirindiba settlement, located in Araguaína, Tocantins. This settlement is the result of class struggle, because it demonstrates the resistance of the peasantry against the irresponsibility of the Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsible for the construction of the dam. To subsidize this analysis, a theoretical review was carried out from actors discussing the peasantry, the underdevelopment, the territory, the capitalist mode of production and other categories used in the text. The empirical research (fieldwork) was aimed at the production of maps, the execution of interviews and the collection of information necessary for the territorial analysis. The immediate contact with the subjects of the research was present, thus, it was possible to notice *in loco* the afflictions that the expulsion process caused in that population; irreversible material and social damages were observed, in addition to psychological problems, after all the expulsion was not a peaceful act, but rather struggle and refusal by the peasantry. The Estreito UHE went into activity in the year 2011, but its implementation process took place throughout the first decade of this century. The main results verified were: 1) The peasants of the today settlement Mirindiba were expelled from their original territory, the island of São José, through the historical process of struggle of classes by the use of territory, in which the state played an important role in favor of capital; 2) The peasantry did not react passively to this process, in its struggle relied on the help of entities such as MAB; 3) in the new territory, these peasants suffer from the adversities of the new address that compromise the productivity of the work, they are stunned by the new commercial dynamics, which in a certain way made them more dependent on the market. But, from this battle emerged hope, alive in the speeches and actions of the peasants, which little by little became synonymous of resistance.

**Keywords:** Peasants; Expulsion; São José Island; Mirindiba Settlement; Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Usina Hidroelétrica de Estreito .....	73
Imagem 2: Peixes Mortos após o Enchimento do Reservatório da UHE Estreito .....	82
Imagens 3-4: Novas Condições de Moradia dos Ribeirinhos no “Reassentamento Novo Milênio” .....	84
Imagem 5: Agricultura na Ilha de São José .....	86
Imagem 6: Floresta de Babaçu na Ilha de São José .....	87
Imagem 7: Residência Camponesa na Ilha de São José .....	88
Imagem 8: Atingidos pela UHE Estreito acampados na cidade de Estreito (MA), 2010 .....	96
Imagem 9: Estrada Vicinal às Margens da Reserva Florestal do Assentamento Mirindiba..	107
Imagem 10: Casa Construída pelo CESTE com Área Externa Acrescentada pelo Dono .....	109
Imagem 11: Maria da Ilha em sua Casa de Fazer Farinha no Mirindiba .....	113
Imagens 12-13: Poço Artesiano e Sistema de Armazenamento Construídos pelo CESTE..	114
Imagem 14: Gado em Meio ao Pasto Seco no Verão .....	115
Imagem 15: Cocho sem Água durante o Verão .....	116
Imagem 16: Plantação de Mandioca .....	119
Imagens 17-18: Plantações de Milho em Diferentes Estágios no Assentamento Mirindiba.	120
Imagem 19: Casa de Fazer Farinha de Mandioca .....	124
Imagens 20-21: Camponês e a sua Produção de Milho Pronta para o Consumo dos Animais .....	125
Imagem 22: Atravessador Comprando a Produção Leiteira do Camponês no Mirindiba .....	126
Imagem 23: Cede da Associação dos Camponeses do Mirindiba .....	128
Mapa 1: Localização da UHE Estreito e os Municípios Atingidos .....	71
Mapa 2: Localização da Ilha de São José .....	85
Mapa 3: Localização do Assentamento Mirindiba .....	103

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Números da Produção Hidroenergética nos Últimos 10 Anos .....	57
Quadro 2: Novos Locais de Moradia dos Camponeses Expulsos da Ilha de São José .....	102

## **LISTA DE SIGLAS**

APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - Araguaína
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CESTE	Consórcio Estreito Energia
CNEC	Engenharia LTDA
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAMC	Fundação de Atividade Municipal Comunitária - Araguaína
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MME	Ministério de Minas e Energia
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
SEPLAN-TO	Secretaria do Planejamento e Orçamento - TO
UHE	Usina Hidroelétrica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 REFERÊNCIAS À TEORIA DO CAMPESINATO .....</b>	<b>17</b>
2.1 O Camponês como Classe Social.....	17
2.2 O Camponês na História Brasileira .....	34
2.3 A Questão do Território e a Luta Camponesa .....	47
<b>3 A USINA HIDROELÉTRICA DE ESTREITO E A EXPULSÃO DOS CAMPONESES DA ILHA DE SÃO JOSÉ .....</b>	<b>55</b>
3.1 A Natureza Estrutural das Usinas Hidroelétricas .....	55
3.2 A UHE Estreito, uma Construção do e para o Capital .....	69
3.3 Os Camponeses da Ilha de São José e o Processo de Expulsão da Terra.....	85
<b>4 LUTA, VIDA E ESPERANÇA NO NOVO TERRITÓRIO .....</b>	<b>100</b>
4.1 O Assentamento Mirindiba, o Novo Território.....	100
4.2 A Luta pela Continuidade do Modo de Vida Camponês, o Papel da Esperança.....	109
4.3 Os Aspectos Socioeconômicos do Assentamento Mirindiba .....	117
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>135</b>

## INTRODUÇÃO

O mundo se torna cada vez mais um ambiente de injustiças e desigualdades, as forças produtivas sociais polarizam-se continuamente nas mãos de poucos atores, que comandam não só a economia, mas também a cultura e a política. A natureza desse trabalho deriva em grande parte da inquietação da geografia crítica frente aos processos de rapina pelos quais têm passado as populações menos favorecidas. Parte-se aqui das premissas básicas do Materialismo Histórico, haja vista que a luta de classes não só no passado, mas também nos dias de hoje desempenha um papel crucial no movimento histórico das sociedades. Essa pesquisa apresentada aqui é, senão, uma forma de ver o mundo a partir das contradições do modo de produção capitalista; contradições estas que criam as condições necessárias para que um dia o próprio sistema burguês seja destruído, e a sociedade de classes apagada do mundo real.

Nessa perspectiva, a história do campesinato brasileiro é vista como uma história de luta, não apenas na conjuntura atual, mas desde o seu aparecimento como classe social na formação econômica brasileira. Esse camponês sempre lutou contra a rapina de suas terras pelos grileiros, que eram os sujeitos responsáveis pela anexação das pequenas propriedades ao latifúndio. O pequeno agricultor camponês foi sempre o primeiro a está entre o limite do mundo civilizado e os espaços territoriais indígenas, e contra os aborígenes digladiava, pois não tinha alternativa, uma vez que a fazenda já havia lhe expulsado de alguma outra região. Com a Lei de Terras de 1850 foram privados até mesmo das terras devolutas, aquelas pertencentes ao Estado; daí então passaram a ser enquadrados na “ilegalidade”.

Na chegada da República a situação não melhorou; a constituição republicana de 1891 deixava as terras devolutas sob a responsabilidade dos estados membros da federação, tal fato fez com que o camponês se tornasse vítima das atrocidades dos coronéis regionais, que eram os mesmos representantes políticos aos quais estavam submetidos. Durante todo o século XX a história do campesinato brasileiro é uma prova das contradições nas quais está inserida qualquer sociedade onde impera a grande propriedade privada da terra e o modo de produção capitalista. O século atual (XXI) apenas reflete os efeitos nefastos de todo esse processo em que se viu permeada as lutas do pequeno agricultor camponês brasileiro.

As batalhas no campo são promovidas pela busca incessante dos latifundiários, empresas e demais capitalistas pelo lucro. Se os grandes expulsam, expropriam, matam, anexam ou intimidam os pequenos, é porque o seu objetivo está baseado na maximização de seus rendimentos. Fora os camponeses que lutam para entrar na terra, há aqueles que, por outro lado, digladiam para permanecer nela; as piores atrocidades já foram cometidas contra

esse povo que apenas busca o direito de produzir e reproduzir a sua vida imediata. Os posseiros da Amazônia que o diga; estes sujeitos sociais têm experimentado as consequências mais nefastas no que diz respeito ao conflito contra os grileiros, que roubam as suas terras e as vendem para os fazendeiros; a reação do campesinato significa morte, e morte consentida, morte não investigada, morte não punida, morte esquecida. Daí a importância de organismos como Comissão Pastoral da Terra (CPT), que não se cala diante dos abusos e injustiças cometidas contra os camponeses em todo o espaço territorial brasileiro.

Com a globalização o capitalismo mostrou a sua verdadeira face, pois de um lado internacionaliza as mais variadas e sofisticadas formas de valores de uso, mas por outro, restringe o acesso a esses bens pelo poder aquisitivo; de modo que a riqueza produzida socialmente não é objeto do consumo de todos, mas de uma minoria seletiva. O camponês brasileiro encara a globalização como uma verdadeira perversidade; esse sujeito não goza da mesma capacidade técnica dos grandes produtores, quantitativa e nem tão pouco qualitativamente. O mundo como possibilidades exclui o campesinato, pois este não é virtuoso o suficiente para receber as boas novas do mundo global; primeiramente, o camponês não objetiva a produção de lucros, e em segundo lugar, todas as formas de acesso às políticas públicas estão fechadas a esses sujeitos, como forma de expulsar essa classe social do campo, ou seja, isolando-a. Mas ao mesmo tempo que promove essa negação do campesinato, o capitalismo cria também as condições necessárias para que o camponês se refaça em outro lugar, uma vez que o modo de produção burguês se articula entre relações capitalistas propriamente ditas e relações de produção não-capitalistas de produção, dando a esse modo de produção o caráter contraditório; por isso o campesinato nunca será extinto.

A divisão internacional do trabalho tem a sua parcela de culpa reservada, pois a expansão das grandes áreas monocultoras e das áreas de mineração obedece aos ditames da conjuntura global historicamente estabelecida. Quanto mais o Brasil se especializa na produção de produtos primários, mais a ampliação do agronegócio e da mineração se dá sobre o território, não sobre o território “virgem”, mas sobre os territórios das populações indígenas, dos posseiros, dos ribeirinhos, dos quilombolas, e também sobre as reservas ambientais. Essa anarquia que impera na produção faz com que os produtores busquem sempre mais a produtividade, fato que os conduz inevitavelmente para as regiões do território onde estão os menos favorecidos.

Os países de centro até hoje vêem os países subdesenvolvidos com olhar imperialista, ou seja, com o olhar da dominação. Os grandes cartéis de empresas são formados para usar os territórios subdesenvolvidos em contradição com as vontades e interesses das populações

locais, uma vez que o social não é a meta dos produtores capitalistas, mas sim o lucro, determinado pela concorrência. A expansão da produção de energia elétrica no Brasil já expulsou milhares de camponeses de seus territórios originais, sob a alegação do progresso para a nação. Inserem-se aí as injustiças feitas a esses sujeitos nas mais variadas esferas: econômica, política ou jurídica, pois até mesmo a superestrutura social concorre para a acumulação do capital. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) assume nessa tessitura um papel importante na luta dos camponeses atingidos, luta esta silenciosa aos olhos do público geral, mas que envolvem conflitos que marcam as vidas de muitos sujeitos ao ponto de jamais se recuperarem econômica e psicologicamente, pois o movimento é o próprio atingido.

Os camponeses quando diante dos grandes capitalistas da hidroenergia se vêem impotentes, pois nada do que possam fazer impedirá, de fato, a implantação da barragem. O território do campesinato deve ser visto como terra de trabalho, ou seja, as unidades produtivas camponesas têm o território como um abrigo onde desempenham as atividades necessárias à reprodução da vida dos membros das famílias. Os empreendedores, por outro lado, vêem o território como uma fonte de recursos; o seu uso deve obedecer aos critérios da anarquia que impera na economia de mercado, e não aos anseios sociais. Por isso os conflitos são sempre existentes; as indenizações dos atingidos por barragens são um bom exemplo, uma vez que para o capital qualquer perda é significativa.

O Estado, fiel defensor dos interesses da classe burguesa, se posiciona de modo a equalizar a luta de classes, para que ela não se torne destrutiva; todavia, sua ação sempre se encaminha mais na direção oposta aos interesses das camadas sociais menos favorecidas. Diante disto as populações camponesas da Amazônia veem sofrendo nas últimas 4 décadas os efeitos do descaso do poder público perante os capitalistas construtores de usinas hidroelétricas, que formam verdadeiros cartéis. Esses atores se baseiam nas legislações frágeis da nação, que não buscam saídas alternativas para a questão da energia elétrica, mesmo havendo no território uma ampla gama de oportunidades para as demais fontes de energia: eólica e solar principalmente. O Estado é, na verdade, o Estado dos capitalistas.

Partindo desses pressupostos, essa pesquisa tem por finalidade compreender a luta pela continuidade do modo de vida dos camponeses expulsos da Ilha de São José, em virtude da implantação da Usina Hidroelétrica de Estreito, atualmente esses sujeitos residem no assentamento Mirindiba. A Ilha de São José, hoje submersa, localizava-se no município de Babaçulândia, Tocantins, lá residiam 74 famílias camponesas que foram expulsas de suas terras sob a velha alegação do progresso; alegação esta materializada no artifício técnico que é



a barragem. Dessas 74 famílias, 18 vieram a formar o assentamento Mirindiba, localizado em Araguaína, Tocantins; tal assentamento é fruto da luta de classes, pois demonstra a resistência dos camponeses frente aos desatinos do Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela construção da barragem.

Para subsidiar essa análise, uma revisão de cunho teórico foi realizada a partir de atores que discutem o campesinato, o subdesenvolvimento, o território, o modo de produção capitalista e demais categorias utilizadas no texto. A pesquisa empírica (Trabalho de Campo) teve por finalidade a produção de mapas, a execução de entrevistas e a coleta de informações necessárias à análise territorial. O contato imediato com os sujeitos da pesquisa se fez presente, assim, pôde-se notar *in loco* as aflições que o processo de expulsão causou naquela população; danos materiais irreversíveis foram constatados, além de problemas de ordem psicológica, afinal de contas a expulsão não foi um ato pacífico, mas sim luta e recusa por parte do campesinato que se desgastou emocionalmente. A UHE Estreito entrou em atividade no ano de 2011, mas o seu processo de implantação perdurou durante toda a primeira década desse século.

Os principais resultados verificados foram: 1) os camponeses do hoje assentamento Mirindiba foram expulsos de seu território original, a Ilha de São José, mediante o processo histórico de luta de classes pelo uso território, no qual o Estado desempenhou importante papel a favor do capital; 2) o campesinato não reagiu passivamente diante desse processo, em sua luta contou com a ajuda de entidades como o MAB; 3) no novo território, esses camponeses sofrem com as adversidades da nova morada que comprometem a produtividade do trabalho, são atordoados pela nova dinâmica comercial, que de certa forma os deixou mais dependentes do mercado. Mas dessa batalha emergiu a esperança, viva nas falas e ações dos camponeses, que pouco a pouco se tornou sinônimo de resistência.

Para facilitar a leitura dessa dissertação subdivisões foram criadas no texto. O trabalho está dividido em 3 capítulos, além dessa introdução, e ao término tem-se as considerações finais. No segundo capítulo são lançadas as bases teóricas que norteiam o trabalho; a começar pela discussão do camponês como classe social nas principais formações sociais já existentes; logo em seguida o campesinato é posto em evidência no quadro nacional, sendo ressaltado o processo histórico de formação dessa classe social na sociedade brasileira; na última parte desse capítulo é debatida a questão do território em meio às especificidades do modo de vida camponês, cabe salientar que a categoria analisada nesse trabalho não é o território em si, mas o território usado, aquela parte da natureza que a sociedade já atribuiu um valor, ou seja, um uso.

No terceiro capítulo analítico é tratado o processo de expulsão sofrido pelos camponeses da Ilha de São José. Para tanto, foi necessário em um primeiro momento dissertar sobre a natureza estrutural das usinas hidroelétricas, que está intimamente ligada ao fenômeno do subdesenvolvimento, à divisão internacional do trabalho e ao Imperialismo, essa seria, de acordo com a análise aqui desenvolvida, a mola propulsora desses grandes empreendimentos no mundo subdesenvolvido; o segundo ponto trata da UHE Estreito propriamente dita, esse item visou demonstrar o caráter evidentemente capitalista dessa barragem, comprova-se por meio de uma investigação histórica as maléficas consequências sociais e ambientais do processo de implantação desse empreendimento; para finalizar esse tópico, foi narrado e analisado o processo de expulsão dos camponeses da Ilha de São José, sobretudo daqueles que vieram a formar o assentamento Mirindiba, as entrevistas se tornam indispensáveis nesse momento.

Para finalizar, o último capítulo trata da luta pela continuidade do modo de vida camponês no novo território. A princípio é feita uma descrição da nova morada, quase sempre levando em consideração as referências dos sujeitos ao antigo território, já que na ilha imperava uma fartura produtiva, fato hoje inexistente no assentamento Mirindiba; no segundo ponto são postas em evidência as principais dificuldades enfrentadas pelos camponeses migrantes no novo território, no período compreendido entre a migração e os dias atuais; por fim, são analisados os aspectos socioeconômicos do assentamento, levando em consideração não só a dinâmica produtiva, mas também as formas de cooperação entre os camponeses, assim como as implicações relacionadas ao contato dessa população com o mundo além das cercas das propriedades. Por último, são feitas as devidas considerações finais acerca do que se foi desenvolvido e analisado na pesquisa.

## 2 REFERÊNCIAS À TEORIA DO CAMPESINATO

Nesse capítulo são lançadas as bases teóricas que nortearão o trabalho, sobretudo as que visam o campesinato como uma classe social e, ao mesmo tempo, como um modo de vida. No primeiro momento será tratada a evolução histórica do camponês em pelo menos duas formações sociais diferentes, a asiática e a feudal, além de ressaltar a expropriação sofrida por essa classe social no processo de acumulação primitiva, na égide do surgimento da formação social capitalista na Europa; tudo isso para afirmar o camponês como um sujeito histórico, comum às mais diversas formações econômicas. Num segundo plano será contextualizado o campesinato no cenário brasileiro, deste a colônia até os dias atuais, enfatizando os seus determinantes históricos, bem como a sua relação com as demais classes sociais. Por fim, será feita no terceiro momento uma análise do conceito de território usado a partir da problemática camponesa, que se baseia no choque das diferentes territorialidades existentes na utilização de determinadas parcelas do território nacional, o que evidentemente termina por fundar conflitos baseados nos antagonismos de classes.

### 2.1 O Campesinato como Classe Social

O camponês se coloca como uma das classes sociais constituintes do modo de produção capitalista atual, isso é um fato indubitável. De acordo com a história que chegou até os dias atuais, pode-se atestar a sua existência em outros modos de produções além do capitalismo inicialmente citado. Suas ações sempre estiveram e estão ligadas a terra, pois a reprodução da vida material desta classe se funda primordialmente na agricultura, tendo como base o trabalho familiar. Assim, o campesinato é ator de sua própria história, uma classe que pode estar inserida nas mais diversas formações econômicas mundo a fora no tempo e no espaço, devido ao seu caráter indiscutivelmente histórico.

Os interesses desta classe (campesinato) nos diferentes modos de produções sempre estiveram ligados à produção e à reprodução da vida imediata (real); tais condições, segundo Engels (1956), são, em última análise, o fator determinante da história em todas as sociedades.

Os interesses materiais estão presentes na consciência dos indivíduos, de forma clara ou velada, mas estão na base da vida da sociedade, porque dividem as pessoas em “classes”. As classes são grupos sociais de indivíduos que têm interesses materiais idênticos (MALAGODI, 1988, p. 26).

A reprodução da vida material está ligada evidentemente ao trabalho em grupo e à consciência de seus respectivos membros. Marx e Engels na *“Ideologia Alemã”*, afirmam que

são os próprios homens os responsáveis pela sua produção material, bem como pelo seu intercâmbio, e que, ao imporem mudanças à realidade eles (os homens) modificam, por conseguinte, os seus próprios pensamentos e os seus respectivos produtos; resumindo em uma só frase os filósofos dizem que: “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2009, p.32).

A classe camponesa no curso da história manteve-se sempre em um constante diálogo com as demais classes sociais, que em conjunto fazem parte de uma determinada formação econômica. Essas relações podem ser de produção propriamente dita, ou mesmo em se tratando de outras esferas da produção geral, como por exemplo, a distribuição e o consumo, que juntas formam o modo de produção (MALAGODI, 1988). É importante deixar claro que tais relações de produção se caracterizam por serem ao mesmo tempo relações de dominação. A dominação, por seu turno, surge a partir do momento em que uma dada classe social apropria-se do excedente material produzido por outra (s) classe (s), isso é possível graças ao surgimento da divisão social do trabalho e dá criação do Estado.

Cabe salientar que nem sempre a sociedade foi produtora de excedente, mas que a partir de um dado momento do desenvolvimento histórico houve uma diversificação da produção em vários ramos, tais como a “criação de gado, agricultura ofícios manuais domésticos”, assim, “tornou-se a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário a sua manutenção” (ENGELS, 1984, p. 181). Os produtores deixaram de produzir apenas aquilo que caberia ao próprio sustento, “Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens”, desta forma, “Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos”, conseqüentemente, “Da primeira grande divisão social do trabalho nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados” (ENGELS, 1984, p. 181).

Portanto:

As formas de dominação, de certo modo, não alteram a estrutura e nem as formas de relações sociais, mas alteram seu conteúdo. É a dominação interna que incentiva a exploração do homem pelo homem e que aos poucos vai aniquilando as relações comunitárias, desenvolvendo novas formações consideradas como “secundárias”, caracterizadas pelo aparecimento de classes antagônicas e pelo Estado, o que de certa forma conduz ao enfraquecimento das primeiras formações sociais (GEBRAN, 1978, p. 21).

No capitalismo, por exemplo, a divisão social do trabalho “é a divisão da produção social em diferentes ramos, esferas ou setores da produção, por exemplo, a divisão entre

trabalho agrícola e trabalho industrial que implica na separação entre o campo e a cidade”, ou por outro lado, “a divisão entre a indústria de meios de produção ou a indústria de bens de consumo e os diferentes ramos que existem em cada uma delas” (FIORAVANTE, 1978, p. 40). Essa divisão assegura, estimula e acentua a dominação do homem pelo homem. O camponês ao longo da história sempre se viu preso a essa forma de dominação, que foi proporcionada pelo surgimento do Estado e da divisão social do trabalho.

A divisão do trabalho, como já foi parcialmente mencionada, ocorreu devido à diversificação e à elevação do nível das forças produtivas da humanidade, o que possibilitou o surgimento de ofícios manuais como o artesanato, para além dos ofícios agropecuários já existentes. Quando essa divisão sobreveio, “surgiu a produção diretamente para a troca, a produção mercantil, e com ela o comércio” (ENGELS, 1984, p. 184); logo, acentuou-se “o contraste entre cidade e o campo”, pois esse processo deu gênese a “uma classe que não se ocupava da produção e sim, exclusivamente, da troca dos produtos: os *comerciantes*” (ENGELS, 1984, p. 187). Com o comerciante

[...] veio o *dinheiro-metal*, a moeda cunhada, novo meio para que o não-produtor dominasse o produto e sua produção. Havia sido encontrada a mercadoria por excelência, que encerra em estado latente todas as demais, o instrumento mágico que se transforma, à vontade, em todas as coisas desejadas e desejáveis. Quem o possuía era dono do mundo da produção. E quem o possuiu antes de todos? O comerciante. Em suas mãos o culto do dinheiro estava garantido (ENGELS, 1984, p. 187).

A classe dos comerciantes, por outro lado, sabia que essa forma de dominação poderia se tornar inaceitável pelos explorados, como era de fato naquelas condições; o comerciante não era diretamente um produtor, mas parasitava na sociedade por meio dos lucros obtidos através das trocas de produtos que não lhes pertenciam. Por isso foi necessário a criação de um aparelho superior, cuja característica principal seria a de dar suporte àquela forma de dominação material. Assim, o surgimento do Estado está ligado à necessidade de abafar os antagonismos de classes; tendo ele, por conseguinte, nascido no seio do conflito em que elas (as classes) estavam inseridas (ENGELS, 1984). De forma alguma “O Estado” foi “um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro”, ele “É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento”, é senão, “a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar” (ENGELS, 1984, p. 191). O antagonismo só existia devido à divisão do trabalho, porque ela criou a classe dos produtores e a dos não-produtores, sendo estes verdadeiros parasitas, uma vez que se apropriavam do excedente produtivo da sociedade.

Em virtude disto, pode-se afirmar que o campesinato nunca teve o controle efetivo de sua produção na história; cabe aqui então contextualizar o papel do campesinato em pelo menos dois modos de produção (asiático e feudal), assim como tratar de alguns elementos históricos do processo de *acumulação primitiva* do capital, cujas consequências foram catastróficas para o camponês à época do nascimento do modo de produção burguês; fato este que se deu em meio à transição do feudalismo. Dessa forma, buscar-se-á enquadrar o campesinato como uma classe social ao longo do tempo histórico.

No modo de produção asiático, a existência do camponês se pautava no seu papel como agente responsável por toda produção alimentícia da sociedade, o que, de uma forma ou de outra, assegurava a manutenção do despotismo estatal. Esse fato também se devia ao mecanismo da divisão social do trabalho. Esse sistema é muito conhecido pelas contestações acerca de sua existência ou não na história por inúmeros autores, inclusive marxistas; tal contestação representa para essa pesquisa um mero devaneio teórico, pois este modo de produção existira de fato e muitos autores aqui citados afirmam coerentemente por meio de exemplificações históricas, prova disso são as grandes cidades erguidas pelos membros da realeza, hoje em ruínas, assim como os grandes canais e diques de irrigações, muitos até hoje em funcionamento<sup>1</sup>. O modo de produção asiático, entretanto, não se restringiu apenas ao continente asiático como poderia se imaginar; segundo Varga (1978, p.50) tal sistema “NÃO DEVE SER INTERPRETADO NO ESTRITO SENTIDO GEOGRÁFICO, já que abarca extensas regiões da África”.

Nessa realidade o camponês é uma classe social que se vale dos grandes projetos de irrigações planejados e materializados pelo Estado, esse fato permitia a produção agrícola em áreas áridas. Em troca destas benfeitorias o Estado se apropriava do excedente produzido pela população camponesa. Desse modo:

No *Modo de Produção Asiático*, o Estado é o único e primordial receptor do excedente da produção dos produtores imediatos: a renda da terra é recebida em forma de imposto. Todas as camadas exploradas percebem suas rendas não laborais através do Estado (VARGA, 1978, p. 64).

Teoricamente dever-se-ia ser mais difícil o aparecimento de outra (s) classe (s) além dos camponeses, pois o Estado era o único proprietário de terras nesse contexto. Todavia, devido a uma necessidade iminente, além do Estado e do campesinato surge um novo fator, uma outra classe, a dos funcionários do públicos, esta, por seu turno, confunde-se muitas

---

<sup>1</sup> Parte desses aspectos é analisada numa abordagem geográfica por Waldman (1994).

vezes com o próprio aparelho estatal, segundo Divitçioğlu (1978)<sup>2</sup>. A auferição da renda da terra tornava-se imprescindível sem os funcionários, uma vez que estes eram os responsáveis por realizar o trabalho intelectual de dominação (contabilidade, administração, planejamento, engenharia).

Para Marx o *Modo de Produção Asiático* está ligado à necessidade de organizar grandes trabalhos econômicos que ultrapassem os meios das comunidades particulares ou dos indivíduos isolados e que constituem para essas comunidades as condições de sua atividade produtiva (GODELIER, 1978, p. 75).

Percebe-se que os camponeses do modo de produção asiático não tinham o controle sobre a circulação e nem sobre a distribuição de seus excedentes. Isso era um encargo do Estado, que em troca proporcionava os serviços de engenharia que, conseqüentemente, possibilitavam a produção camponesa. A população era organizada em aldeias, cujas extensões de terras pertenciam ao Estado (único proprietário), que concedia o seu uso aos membros das povoações que em troca repassava o excedente na forma de impostos.

No *Modo de Produção Asiático*, o Estado exerce uma função de vital importância para a população: constrói e regula os sistemas de regadio, que só podiam se realizar em grandes extensões de terra e sem os quais não poderia haver nenhuma produção agrícola nestas áridas regiões (VARGA, 1978, p. 64)<sup>3</sup>.

Esse modo de produção, entretanto, desapareceu totalmente das formações econômicas atuais. Godelier (1978, p. 81) versa sobre as possibilidades de evolução deste sistema dizendo que, “Das duas formas de evolução do *Modo de Produção Asiático*, uma que vai até um sistema escravista, e a outra até certas formas de feudalismo, a primeira parece mais singular e excepcional, com a diferença das concepções dogmáticas de vários autores”. Esses embates teóricos travados entre diversos intelectuais acerca desta sucessão dos modos de produção se deve ao fato de que,

O processo de passagem de um *modo de produção* a outro é caracterizado pela contradição entre as antigas relações de produção e o desenvolvimento das novas forças produtivas. As antigas relações de produção são, forçosamente, substituídas pelas novas relações, que devem corresponder ao desenvolvimento alcançado (GEBRAN, 1978, p. 23).

<sup>2</sup> “O aparecimento de classes torna-se mais difícil nestas sociedades a partir do momento em que a terra pertence ao Estado. Teoricamente, só deveria haver além do Estado uma classe: o povo. Mas a personalidade absoluta do Estado é representada por uma classe de funcionários de emanada. O funcionário e o Estado confundem-se. O clero, os militares, a *elite* intelectual e os empregados do Estado são os grupos que formam esta classe” (DIVITÇIOĞLU, 1978, p. 91).

<sup>3</sup> Cabe salientar que outras funções eram delegadas ao Estado despota, tais como “[...] organizar defesa contra devastadoras inundações. Eis aí a origem da grande centralização do Poder Estatal, que muitas vezes tem forma de ‘despotismo asiático’ com renovação de funcionários designados para determinados períodos. Ao Estado cabe a acumulação de reservas alimentícias para enfrentar os períodos de má colheita” (VARGA, 1978, p. 64).

Mais claro ainda se torna a visualização desse sistema produtivo quando as grandes ruínas de projetos de irrigações são descobertas pelos arqueólogos em parte da Ásia e da África mesmo em dias atuais, além da documentação preservada. Dessa forma, “Se a terra e a água, em vez de serem *Propriedade do Estado* pertencessem ao produtor imediato de bens materiais, não teria existido o *Modo de Produção Asiático*” (VARGA, 1978, p. 59). Existia, todavia, uma solidariedade orgânica dentro de cada uma das tribos que formavam um Estado; umas das diferenças destas comunidades em relação às comunidades germânicas se baseiam no fato de que, naquelas havia uma “[...] excepcional solidez e integridade; não sendo apenas uma soma de indivíduos como a comunidade germânica”, dessa forma, “[...] tudo que o homem possuía, e o que ele representava era dividido pela coletividade” (STUCHEVSKI; VASÍLIEV, 1978, p. 120). O Estado era senão um organismo que atuava de modo a dominar a esfera da circulação do excedente dos camponeses comunitários, tendo a tribo a sua própria dinâmica interna, que como se verificou, estava baseada na igualdade e na fraternidade entre os membros de cada circunscrição.

Portanto, fica atestada a presença do camponês dentro do modo de modo de produção asiático. Essa era uma condição, cujas relações sociais eram baseadas na contradição entre os produtores e os não-produtores, ou seja, entre os camponeses, Estado e os funcionários do Estado. Essa era a unidade dialética dentro desse sistema produtivo, assim, apropriação do excedente camponês em troca de serviços que viabilizassem a produção material do próprio campesinato era senão uma condição necessária para a manutenção da própria estrutura do despotismo estatal; havia então uma metamorfose do excedente que ia da quantidade à qualidade ou vice-versa.

Sob o feudalismo, assim como no modo de produção asiático, pode-se afirmar que o camponês é uma peça chave para a manutenção da vida material daquela formação econômica. A sua atuação estava condicionada por uma dominação extraeconômica, pois o suporte da superestrutura (jurídica, ideológica e moral) era imprescindível, já que todo modo de produção possui uma organização ampla, não se limitando apenas à infraestrutura econômica, mas também às instâncias jurídica-político e ideológica<sup>4</sup> (MALAGODI, 1988;

---

<sup>4</sup> Para Malagodi (1988, p. 29), “[...] as estruturas jurídicas, políticas e culturais são absolutamente indispensáveis para a manutenção da estrutura de classes, quanto funcionam como um indicador do desenvolvimento das sociedades e das formas sociais que a vida humana adquire ao longo do tempo”. Althusser, por seu turno, diz que a superestrutura “[...] enquanto determinada pela determinação em última instância da base, é pensada na tradição marxista sob duas formas: 1 há uma <<autonomia relativa>> da superestrutura em relação à base; 2 há <<uma ação em retorno>> da superestrutura sobre a base” (ALTHUSSER, 1970, p. 27). Já Milton Santos, afirma de forma mais radical que, “Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam forma material, mas também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico.



ALTUSSER, 1970; FIORAVANTE, 1978). Segundo Fioravante (1978), Marx soube observar muito bem esta questão em relação ao sistema feudal, pois ele acreditava ser a ideologia por meio de sua forma religiosa a grande responsável pela dominação do camponês pelo senhor; esse tema será tratado mais adiante, cabe agora uma contextualização histórica da gênese do modo de produção feudal, bem como as suas implicações e organização interna na Europa.

A questão camponesa na Europa à época do surgimento do regime feudal implica na análise da conjuntura existente na transição do regime anterior, o escravismo; fala-se mais enfaticamente da Europa devido ao fato de a literatura ser mais volumosa e acessível aos pesquisadores brasileiros. Sabe-se que a partir do século II o continente europeu passou por momentos de sucessivas invasões promovidas pelos povos bárbaros, que pôs fim ao Império Romano do Ocidente no século V, mas precisamente no ano de 476 da nossa era, isso acarretou num forte movimento de interiorização da sociedade, ou seja, uma investida desta em direção ao espaço rural. O velho escravismo já não poderia mais se justificar e nem tão pouco se adaptar à nova dinâmica das forças produtivas.

O fim da alta Idade Média, a partir do século IX, é marcado por novas invasões ao continente europeu, promovida pelos povos germânicos, principalmente pelos *magiares*, *vikings*, *vândalos*, *visigodos*, *hunos*, *ostrogodos*, *lombardos* e, finalmente, pelos *mulçumanos*. Esse processo põe fim à era coralínea e solidifica o modo de produção feudal como dominante na Europa. O feudalismo se solidifica, pois a própria interiorização da sociedade se tornou algo indispensável para a sobrevivência. As novas investidas colocaram a Europa em moldes de uma economia tipicamente natural, ou seja, sem um sistema de trocas, mas com forte poder ideológico e uma assídua divisão de classes. A fim de contextualizar essa problemática, cabe salientar que a transição do escravismo ao feudalismo não se tornou o modo de produção hegemônico com as primeiras invasões por qual passou o império romano a partir do século II (como já foi mencionado), invasões estas que se estenderam até o século V; foram necessários cerca de quatro séculos<sup>5</sup> para que o modo de produção feudal pudesse ser a base principal da formação social da Europa ocidental.

---

Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fatos” (M. SANTOS, 1977, p. 90-91).

<sup>5</sup> “[...] [uma] particularidade da revolução social que se desenvolveu entre os séculos III e IV ‘é o fato de que as relações feudais estiveram muito longe de estabelecer-se na Europa ocidental, imediatamente depois da queda da sociedade escravista’. Foi necessária uma demora prolongada (Engels estabelece nuns quatrocentos anos, aproximadamente) para que nascessem verdadeiras relações feudais das premissas e dos germens do feudalismo” (KOVALIOV, 1982, p. 37-38). Para outros autores: “Nas sociedades romanas tardias como nas sociedades bárbaras, as premissas do regime feudal apenas apareceram, e só se constituíram definitivamente na Alta Idade Média” (UDALTZOVA; GUTNOVA, 1982, p. 42).

Contudo, no período de transição que perdurou durante toda a alta idade média houve inúmeras formas de manter o trabalho escravo como principal forma de exploração, dentre elas o pecúlio pago aos escravos pela produtividade e a criação do colonato. Eram tentativas de adequar as relações de produção às forças produtivas, que forma em vão. O trabalho estava, a rigor, perdendo parcialmente o seu caráter cativo no sentido estrito da palavra, todavia, no caso do colono cabe salientar que o mesmo não se via em muitas situações diferente do escravo<sup>6</sup>.

A “desescravização” dos escravos se dirigia no mesmo sentido que a escravização dos colonos. O desenvolvimento do pecúlio e a alforria, a transformação dos escravos em “pseudocolonos”, certo melhoramento da sua situação jurídica, tudo isto testemunha o abrandamento da forma escravista de exploração dos últimos séculos do Império Romano (KOVALIOV, 1982, p. 33).

Estas são de longe as bases da ruptura de um modo de produção ao outro (do escravismo ao feudalismo), qualifica-se como uma *revolução*, por mais que haja questionamentos a respeito. Uma revolução tem a sua força e visibilidade medidas de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas em que dada formação social encontra-se inserida; no escravismo este grau de desenvolvimento não era tão elevado ao ponto de gerar uma classe de explorados propriamente revolucionária, daí o papel de agente modelador reservado às grandes invasões exteriores, no que diz respeito às mudanças no quadro estrutural daquela época. Essa revolução assume contornos diferentes das demais, assim,

Os traços que distinguem essa revolução. Eles surgem de um fato fundamental: o baixo nível de desenvolvimento das classes revolucionárias – escravos e colonos – produto do baixo nível das forças produtivas da sociedade escravista. Escravos e colonos não podiam triunfar nessa luta de classes e estabelecer sua ditadura revolucionária. Daí a necessidade histórica da conquista exterior, que assentou o golpe decisivo à sociedade e ao Estado escravista, e mais tarde o estabelecimento do novo modo de produção. Chegamos à nossa conclusão: a crise social dos séculos III ao V, que pôs fim ao Império Romano do Ocidente, foi, por suas características essenciais, uma revolução social (KOVALIOV, 1982, p. 39).

Houve então como premissa básica e condição essencial para o surgimento do feudalismo a eliminação de duas classes sociais do modo de produção escravocrata: o senhor e o escravo<sup>7</sup>. Assim, o surgimento das explorações agrícolas, de um modo geral

<sup>6</sup> “[...] o colono na sociedade escravista ainda viva, adotou necessária e espontaneamente um forma escravista, apesar do desenvolvimento das forças produtivas exigir novas relações de produção” (KOVALIOV, 1982, p. 36).

<sup>7</sup> “Não obstante, nessa desapareição se encontravam os germens de uma vida nova: assim como os colonos eram ‘os percussores’ dos ‘servos da Idade Média’ (Engels), os magnatas da terra do Baixo Império eram os percussores dos senhores feudais da Idade Média” (KOVALIOV, 1982, p. 36-37).

independentes, a partir do trabalho dos colonos e dos semicolonos, foi o maior sinal de dissolução do regime escravocrata e posterior surgimento das bases do modo de produção feudal (KOVALIOV, 1982).

Com a transformação dos escravos e dos senhores de escravos em colonos e senhor de colonos, aos poucos foi-se abrindo espaço para o nascimento de uma nova formação social, onde um novo modo de produção viesse a imperar. O fator determinante para a posterior submissão do colono ao senhor era a propriedade privada da terra, resguardada aos antigos senhores de escravos, posteriores senhores feudais. A servidão, por seu turno, foi uma relação de produção que se adequou às novas forças produtivas; o desenvolvimento material não poderia mais está associado a relações antiquadas como as do trabalho escravo, pois obviamente entrariam em contradição.

As forças produtivas do regime feudal (no começo de seu desenvolvimento, potencialmente, e logo realmente), eram superiores às forças produtivas da sociedade escravista. Não porque o Feudalismo, desde seu início, tenha usado instrumentos de trabalho tecnicamente mais perfeitos, mas também como consequência de que na formação feudal o trabalhador está mais interessado pelo seu trabalho (STUCHEVSKI; VASÍLIEV, 1978, p. 117-118)<sup>8</sup>.

A estrutura social, doravante, encontrava-se inserida em meio a relações de produção que concorriam para uma prática social tipicamente ligada a terra, sobretudo devido às invasões, onde os produtores diretos possuíam uma liberdade relativamente maior do que a existente no escravismo. De acordo com o historiador belga Henri Pirenne, a Europa ocidental a partir das novas invasões do século IX, que na verdade iniciaram-se no século VIII, entra em um estágio social tipicamente agrícola, sendo “[...] a terra a única fonte de subsistência e a única condição de riqueza” (PIRENNE, 1965, p. 13). A terra passa a ser uma espécie de firmamento e de prisão, já que a captura do excedente exigia a figura do servo-camponês umbilicalmente ligado à gleba, sobre o domínio de um senhor, de onde não podia sair.

Tôdas as classes da população, desde o imperador, que não possuía outras rendas além das de suas terras, até ao mais humilde de seus servos, todos viviam, direta ou indiretamente, dos produtos do solo, fôssem eles fruto de seu trabalho, ou consistissem, apenas, no ato de colhê-los e consumi-los. Os bens móveis já não tinham nenhum valor econômico (PIRENNE, 1965, p. 13).

---

<sup>8</sup> Confirmando essa tese, Biriukovitch; Levitski (1982, p.164) dizem que “O modo de produção feudal tinha maiores possibilidades de desenvolver as forças produtivas que o modo de produção escravista porque, ao contrário dos escravos, os principais produtores diretos (camponês e artesão em dependência feudal) tinham um certo interesse em seu trabalho: eram proprietários de parte dos meios de produção, o que lhes permitia levar sua exploração de maneira independente (cultivo da terra, criação de gado, artesanato, etc.) e satisfiziam alguns impostos que o senhor feudal lhes impunha”.

O feudo estava mergulhado em uma autossuficiência relativa, quase todas as necessidades eram supridas no interior da dinâmica produtiva da própria sociedade. Havia a predominância daquilo os historiadores e economistas denominam “economia natural”<sup>9</sup>. Devido ao grande nível de isolamento e introspecção em que estava inserida a Europa, a sociedade teve de passar por essas mudanças qualitativas. Um autor como Pirenne diz que “O latifúndio não se adaptou por livre escolha, mas por necessidade, a esta situação. Deixou de vender, não tanto porque não quisesse vender, mas porque não passavam compradores ao seu alcance” (PIRENNE, 1965, p. 15). Sendo assim, não era da natureza do feudo ser introspectivo, mas da própria totalidade imposta; o entorno determinava as formas fechadas em que estava inserida a sociedade na égide do feudalismo.

O feudo era na verdade uma espécie de latifúndio que querendo ou não influenciava diretamente na totalidade do processo econômico daquela época, sendo a sua existência talvez ainda mais remota do que a do próprio feudalismo<sup>10</sup>. Todavia, não é a existência de grandes proprietários de terra em si que interessa, mas a forma como as relações sociais de produção ocorrem no interior destas propriedades, e como já se sabe no feudalismo a terra se torna uma espécie de cativeiro para os servos a passo que para os senhores ela se apresenta como uma verdadeira fonte de renda, forma-se o antagonismo. Nos feudos, a rigor, havia uma divisão territorial que visava à produção camponesa de modo a garantir ao senhor a apropriação do excedente, nessa organização existiam *os campos de cultivos, as parcelas individuais, os campos comuns, as pastagens, as florestas, além dos terrenos baldios*; tais divisões do feudo tinha como premissa básica, como ver-se-á adiante, servir em grande parte à exploração dos servos pelo senhor através dos censos que lhes eram impostos. As terras destes latifúndios tinham extensões que se aproximavam de 4000 hectares, entretanto, “muitos deles tinham com certeza uma superfície muito superior” (PIRENNE, 1965, p. 66).

Dentro dessa estrutura o camponês tinha uma autossuficiência produtiva<sup>11</sup> por assim dizer, uma vez que as suas idas ao mercado não eram tão comprometedoras ao ponto de torna-

---

<sup>9</sup> “Como cada um vivesse de sua própria terra, ninguém se preocupava com a intervenção alheia, e, forçosamente, faltando a demanda, o detentor da terra teve que consumir seus próprios produtos. Dêsse modo, cada latifúndio se dedicou a essa espécie de economia que se designa com pouca exatidão como um estado de economia latifundiária fechada e que é unicamente, a bem dizer, uma economia sem mercados externos” (PIRENNE, 1965, p. 15).

<sup>10</sup> Pirenne diz que: “Do ponto de vista econômico, o fenômeno mais notável e característico desta civilização é o latifúndio. O seu nascimento é muito mais antigo do que se supõe, e é fácil determinar que sua origem se remota a um passado mui distante. Existiam grandes proprietários na Gália desde antes de César, assim como existiam na Germânia, desde antes das invasões” (PIRENNE, 1965, p. 14).

<sup>11</sup> Karl Kautsky afirma que: “A família camponesa medieval constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente auto-suficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas

lo dependente. Nas palavras de Kautsky (1998, p. 37), “[...] o camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável”, assim, “Deixando de visitar o mercado, ele talvez comprometesse sua comodidade. Desse mercado poderia depender o luxo, jamais a própria existência”. Esse era o caráter do raro intercâmbio existente, a sua finalidade era quase que unicamente a troca do excedente. O camponês não ia ao mercado por necessidade, mas por complementaridade, comprando apenas o supérfluo. A indústria doméstica, como denominou Kautsky, era a base material da produção no feudalismo, tudo girava em torno da produção camponesa, ao senhor era apenas atribuído o caráter de um rentista dominador que por meio de uma dominação extraeconômica conseguia parasitar e se valer do trabalho alheio.

É consenso entre os historiadores e economistas o fato de ter havido durante algum tempo no feudalismo a forma de cultivo denominada *sistema de três afolhamentos*. No exterior da aldeia camponesa estavam localizados os campos de cultivos, onde era predominante a cultura em três rotações; de acordo com Kautsky “Cada um desses afolhamentos subdividia-se, por sua vez, em diversos campos cultiváveis menores, de qualidade e localização diversas”, por outro lado, “Nesses campos havia, para cada unidade agrícola, um lote de sua propriedade exclusiva. Também havia, além dessas terras distribuídas, a terra indivisa de uso comum, composta de florestas e de pastagens” (KAUTSKY, 1998, p. 46)<sup>12</sup>. Essa organização do feudo servia, no fundo, para assegurar a exploração do produtor direto, que se efetivava através de uma dominação extraeconômica.

É quase consenso que no modo de produção feudal a superestrutura social desempenhava o papel dominante, sendo determinada em última instância pela economia. Essa interação entre estrutura e superestrutura é uma das condições para o movimento dialético baseado na práxis social que liga os sujeitos não apenas à base econômica, mas também à moral, às leis, à religião etc; por isso “A concepção materialista da história estuda as estruturas da sociedade em diferentes épocas históricas e as inter-relações dialéticas na sucessão continuada dos *modos de produção*” (GEBRAN, 1978, p. 15). É evidente que a superestrutura social tem uma autonomia relativa, como já foi dito anteriormente; esse fato concorre diretamente para manutenção do modo de produção em vigor, em outras palavras,

---

toscas de que necessitava; curtia o couro, preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas” (KAUTSKY, 1998, p. 37).

<sup>12</sup> “O sistema de três rotações, com florestas e pastagens, não necessitava de abastecimento vindo de fora. Produzia seu próprio gado e o adubo que era necessário ao cultivo das terras cultiváveis e ajudava a prevenir o esgotamento do solo. A propriedade comunitária das pastagens e dos afolhamentos produzia a coesão do grupo de aldeões, coesão que protegia contra a exploração excessiva por parte das forças externas” (KAUTSKY, 1998, p. 47).

não pode haver desacordo entre infraestrutura e superestrutura, assim, a referida autonomia funciona mais como uma resposta da superestrutura à base que a determina.

O papel dominante desempenhado pela igreja, pela moral costumeira, pela força militar e pelo poder político dos senhores são marcas do regime feudal. Maurice Dobb afirma em sua definição do feudalismo que a grande ênfase deve está vinculada “[...] não na relação jurídica entre vassalos e soberano, nem na relação entre produção e o destino do produto, mas naquela entre o produtor direto [...] e seu superior imediato, ou senhor, e teor sócio-econômico da obrigação que os liga entre si” (DOBB, 1973, p. 52). Para este mesmo autor existe uma força que transcende o econômico, podendo “ser militar, possuída pelo superior feudal, ou a do costume apoiado por algum tipo de processo jurídico, ou a fôrça da lei” (DOBB, 1973, p. 52).

A exploração de um camponês sujeito ao *obrok* [censos] estava organizada segundo o modo habitual da exploração baseada no trabalho familiar. A família trabalhava destinava inteiramente a sua força de trabalho ao trabalho agrícola ou a qualquer outra atividade econômica. Porém, através de uma coação extraeconômica, a exploração familiar ficava obrigada a entregar ao seu proprietário uma porção exata do produto do trabalho da família. Esta porção designava-se *obrok* e representava a renda dos servos (CHAYANOV, 2014, p. 122).

A dominação extraeconômica concorria em consonância com os interesses da economia feudal. Os produtores diretos estavam sujeitos aos mais diversos tipos de censos além outras inúmeras obrigações que os degradavam econômica e moralmente. A *corvéia*, a *talha* e a *banalidade* são os exemplos clássicos. Estes mecanismos geralmente não faziam parte direta da infraestrutura econômica, mas se situavam na superestrutura social: no Direito, na moral ou na religião. A corveia, por exemplo, consistia em um tributo físico do servo em relação ao senhor, já que durante dias da semana o vassalo tinha a obrigação de prestar serviços diretamente nas parcelas de terras exclusivas do suserano.

De um modo geral, as terras à época do feudalismo dividiam-se em parcelas senhoriais e camponesas. Desse modo, a corvéia significava, em outras palavras, a divisão do trabalho em necessário e excedente, um outro nome para o mais-valor. O excedente de trabalho era geralmente laborado pelo camponês na gleba reservado ao senhor que aqui denominar-se-á *renda em trabalho*<sup>13</sup>, ao passo que o trabalho necessário para satisfazer as necessidades materiais do camponês e de sua família era realizado em sua gleba particular, assim, em uma

---

<sup>13</sup> Marx diz que “Se considerarmos a renda fundiária em sua forma mais simples, a da *renda em trabalho*, em que o produtor direto trabalha parte da semana com instrumentos (arado, animais de carga etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, cultivando o solo que lhe pertence, ao passo que nos outros dias da semana trabalha na propriedade do senhor, para este último e sem remuneração, a questão ainda estará aqui bastante clara, pois, nesse caso, a renda e o mais-valor são idênticos” (MARX, 2017, p. 850).

visão lógica, “[...] o lote camponês era, nesse sistema uma forma de salário em espécie (para empregarmos a linguagem de hoje), ou um meio de assegurar mão-de-obra para o latifundiário”, por isso é correto afirmar que: “A economia ‘própria’ dos camponeses em seus lotes era condição necessária da economia latifundiária; seu objetivo não era ‘assegurar’ meios de subsistência aos camponeses, mas garantir mão-de-obra ao latifundiário” (LÊNIN, 1988, p. 123-124)<sup>14</sup>.

O camponês era a classe responsável pela manutenção material sua e do senhor, bem como do restante da nobreza e da classe eclesial. Como Pirenne asseverou anteriormente, todas as classes dependiam direta ou indiretamente da terra. A renda em trabalho foi senão um mecanismo necessário à exploração do trabalho excedente da classe camponesa durante boa parte do regime feudal. Nesse sistema “A renda consiste na apropriação direta, pelo proprietário fundiário, dessa força de trabalho excedente, pois o produtor direto não paga a ele nenhuma outra renda” (MARX, 2017, p. 852). Todavia, esse mecanismo não poderia, como observou Marx e também Chayanov, comprometer a reprodução do camponês e de sua família, em outras palavras, a exploração não poderia ser tão intensa ao ponto de por em xeque a existência dos vassalos nem a de suas condições de trabalho<sup>15</sup>, pois estes eram, no fundo, os grandes responsáveis pela manutenção da produção necessária à sobrevivência de todas as classes sociais da economia feudal.

Que o produto de quem efetua esse trabalho servil tenha de ser suficiente para repor, além de sua subsistência, suas condições de trabalho, é uma circunstância invariável em todos os modos de produção, porquanto não deriva de sua forma específica, mas é uma condição natural de todo trabalho contínuo e reprodutivo em geral, de toda produção contínua, que é sempre, ao mesmo tempo, reprodução, isto é, reprodução das próprias condições de seu agir (MARX, 2017, p. 851).

Contudo, a dialética ensina que há uma constante mudança e que o próprio movimento não pode ser criado, apenas transformado. Tal fato se aplica também a todas as formações sociais já existentes. No feudalismo, a renda em trabalho foi em parte substituída pela *renda em espécie*, ela consistia no açambarcamento de parte da produção do camponês pelo senhor feudal. Desse momento em diante o camponês laborava apenas em suas parcelas terras entregando em espécie os proventos do mais-trabalho ao senhor. Geograficamente falando, Marx assevera que na renda em espécie “O trabalho do produtor para si mesmo e seu trabalho

<sup>14</sup> Não se esquecendo de que as colocações de Lênin estão ligadas à condição econômica e social que ele verificava na Rússia pré-revolucionária.

<sup>15</sup> “O nível do *obrok* pode ser considerado normal enquanto for pago pelos servos graças a maiores *inputs* [insumos] de trabalho ou a uma diminuição de seu consumo, mas não em detrimento da manutenção e da renovação necessária do capital. Se a pressão do *obrok* põe termo à renovação do capital da exploração, o sistema começa a destruir as suas próprias raízes” (CHAYANOV, 2014, p. 124).

para o proprietário fundiário deixam de estar visivelmente separados no tempo e no espaço” (MARX, 2017, p. 855). Cabe salientar que a renda em espécie não deixa de ser uma forma de mais-valor; a *talha* como também é conhecida a renda em espécie era, diga-se de passagem, uma forma mais racional de apropriação do excedente, e acabou se tornando uma regra geral em substituição à antiga corveia<sup>16</sup>.

A observação principal como já se falou, é que a talha, assim como a corveia, consistia em formas de escamoteação do excedente através da ajuda de uma coerção extraeconômica, muito embora não houvesse mais a necessidade do pagamento direto sob a forma de trabalho. Assim, no caso da talha assim como na “[...] forma anterior da renda em trabalho, a renda fundiária é a forma normal do mais-valor e, por conseguinte, do mais-trabalho, ou seja, de todo o trabalho excedente que o produtor direto tem de executar gratuitamente”, execução esta feita “[...] sob coerção, ainda que essa coerção já não se imponha na antiga forma brutal ao proprietário de sua condição de trabalho mais essencial: a terra” (MARX, 2017, p. 856).

Além disso, outros encargos eram impostos aos camponeses, alguns pelo costume, outros por meio de códigos jurídicos, pode-se destacar dentre eles a *banalidade*, que consistia no pagamento de um tributo em espécie ao senhor feudal pelo uso de seus instrumentos fixos, cujo moinho é o exemplo mais notório (A. U. OLIVEIRA, 1987).

Todavia, o modo de produção feudal passou por profundas transformações, cuja consequência principal foi a sua derrocada; uma mudança estrutural alcançou o status de revolução desencadeando o surgimento do modo de produção burguês. O passo primeiro de toda esta mudança iniciou-se com o fim da talha e início da cobrança da *renda em dinheiro*. O desenvolvimento desse sistema de cobrança só se tornou possível graças a outro desenvolvimento, o da totalidade exterior aos burgos feudais, pois de acordo com Marx a metamorfose da talha em renda em dinheiro, que de início se reduzia ao acaso, mas que posteriormente se tornou um fenômeno em escala nacional, “[...] já pressupõe um desenvolvimento considerável do comércio, da indústria urbana, da produção de mercadorias em geral e, por conseguinte, da circulação monetária” (MARX, 2017, p. 858). Isso, contudo, ainda não passava de uma “[...] mera subordinação da agricultura ao capital”, como atesta Marx (2017, p. 862); uma vez que as bases da produção ainda consistiam no trabalho familiar do camponês, vivia-se uma subordinação da produção pela circulação.

---

<sup>16</sup> “A mais-produção, entendida como produção acima das necessidades indispensáveis do produtor direto e dentro da área de produção que realmente lhe pertence, dentro do solo por ele mesmo explorado, em vez de efetuar-se, como antes, nas terras do senhor, externas e contíguas à própria terra, já se converteu aqui numa regra evidente por si mesmo” (MARX, 2017, p. 855).



O camponês aos poucos vai deixando de ser um produtor de alimentos para ser um produtor de mercadorias. É-se necessário o ato de trocar, a renda não mais pode ser paga *in natura* como antigamente. Agora, o produtor além de produzir a parcela necessária à sua subsistência, precisa, na linguagem de Marx, “[...] transformar uma parte de seu produto em mercadoria, tem de produzi-lo como mercadoria”, assim, “[...] o caráter de todo o modo de produção é alterado em maior ou menor grau” (MARX, 2017, p. 857). Muito embora esse momento seja uma mudança significativa do ponto de vista econômico, ainda não se pode afirmar a renda em dinheiro paga pelo camponês significa a ruptura de um modo de produção pelo outro, pois em termos gerais esta renda em dinheiro ainda significa a mesma coisa que a renda em espécie e nem tão pouco as relações de trabalho mudaram (familiar), assim,

O produtor direto continua a ser o possuidor tradicional da terra, seja por herança, seja por outra via; a ele cabe prover ao senhor fundiário, enquanto proprietário de sua mais essencial condição de produção, o trabalho forçado excedente, isto é, o trabalho não pago, realizado sem equivalente, na forma de mais-produto transformado em dinheiro (MARX, 2017, p. 857).

As relações de produção do feudalismo entraram em contradição com as forças produtivas que estavam em desenvolvimento; o próprio feudo tentou se adaptar, de início conseguiu desenvolver as forças produtivas por meio da renda em espécie e a renda em dinheiro, mas para isto concedeu mais liberdade aos vassallos, que pouco a pouco iam deixando de ser genuinamente servos. Portanto,

Com relação à renda-trabalho, a renda-produto dava ao camponês maior liberdade para cuidar de sua própria exploração e para ampliá-la um pouco, o que, por sua vez, provocou diferenças muito importantes entre os produtores diretos, mais do que as que haviam podido criar com a renda-trabalho. Desse ponto de vista, a renda-dinheiro supôs mudanças bem mais profundas na situação dos produtores diretos, um desaparecimento muito mais rápido da dependência pessoal dos camponeses, uma diferenciação social mais marcante entre o campesinato, assim como modificações muito importantes na situação da economia senhorial (BIRIUKOVITCH; LEVITSKI, 1982, p.164).

O fato descrito anteriormente marca o início de uma revolução que acarretaria no surgimento de um novo modo de produção, o capitalismo. A revolução burguesa foi a grande propulsora de mudanças estruturais que puseram fim às antigas relações do regime feudal. A necessidade de dinheiro por parte do senhor feudal que levou à conversão da renda em espécie em renda em dinheiro, “Levou também à tendência de se elevar em cada vez mais esses impostos. Com isso a demanda de dinheiro cresceu naturalmente muito mais ainda” (KAUTSKY, 1998, p. 40). Esse aumento de encargos conduziu o camponês a uma condição de superexploração, a sua parte da produção que deveria ser convertida em mercadoria para

depois ser vendida e repassada em forma de dinheiro ao suserano aumentava em pouco tempo<sup>17</sup>; o modo de vida estava condenado quase que a extinção.

Como o camponês passara a depender do mercado para poder pagar os seus tributos, também estava sujeito a todas as suas mazelas. Os mercados de consumo quase sempre estavam localizados nas cidades<sup>18</sup>, muitas vezes distantes do feudo, o que colocava o produtor à mercê dos atravessadores que impunham os mais altos níveis de exploração e rapina ao produtor direto. Assim, o camponês pouco a pouco foi se tornando incapaz de honrar com seus compromissos para com o senhor, tal fato o conduziu ao endividamento e ainda lhe tornou um faminto, pois não conseguia mais manter a sua autossuficiência alimentar dignamente (KAUTSKY, 1998). A burguesia, que era já de certa forma hegemônica na cidade, alcança nessa época o campo por meio da figura do arrendatário, este se colocava entre o produtor direto e proprietário da terra, tal fato conduz inegavelmente ao fim de “[...] todas as relações provenientes do antigo modo rural de produção” (MARX, 2017, p. 860).

Esta é a base do processo de expropriação camponesa que Marx denominou *acumulação primitiva*; a considerava primitiva devido ao fato de ela não ser o “[...] resultado do modo de produção capitalista, mas o seu ponto de partida” (MARX, 2013, p.785). O camponês que agora já não mais podia cumprir com os seus encargos teve a sua forma de trabalho transformada, foi lançada as bases do trabalho assalariado e uma profunda metamorfose na estrutura da renda da terra. Paulatinamente foi se tornando inadmissível a forma de exploração por meio dos censos impostos ao camponês, mas havia a necessidade de se criar novas relações de produção condizentes com as novas forças produtivas; desse modo, “A burguesia quebrou a ordem feudal para estabelecer, sobre as suas ruínas, a ordem burguesa, o reinado da livre concorrência, da livre escolha do domicílio, do contrato livre, da igualdade perante a lei e outras maravilhas burguesas” (ENGELS, 2011, p. 78).

A acumulação primitiva teve como consequências principais: a) a proletarianização forçada do camponês; b) a criação do mercado interno<sup>19</sup> e c) a transformação da terra em

---

<sup>17</sup> “A relação tradicional, baseada no direito consuetudinário, entre o camponês dependente e o proprietário fundiário, se transforma em relação puramente monetária, fundada sobre um contrato” (LÊNIN, 1988, p. 114). Dobb (1973, p. 75), assevera que “A mão-de-obra antiga trabalhava agora durante todo o seu tempo, em vez de apenas parte dele, em sua ‘própria’ terra – a terra à qual tinha estado tradicionalmente ligados, pagando ao senhor o produto desse tempo adicional de trabalho (ou então o resultado de sua venda no mercado local). Mas o novo tipo de cultivo da propriedade feudal apresentava diferença em relação ao antigo”.

<sup>18</sup> O papel da cidade é ressaltado por Dobb (1973, p. 94), quando o autor afirma que “Sua existência proporcionava uma base para transações monetárias, e daí para pagamentos em dinheiro, efetuados pelo camponês ao seu senhor”.

<sup>19</sup> “De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistências e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno. Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e

mercadoria<sup>20</sup>. Com o advento do arrendatário o trabalho assalariado se torna uma peça chave no processo produtivo da agricultura; o campo passa a imitar aquilo que já se verificava nas fábricas localizadas no espaço urbano. Portanto,

Outro fator que contribuiu para a introdução das relações de mercado no campo, estreitamente relacionada com a comutação das obrigações em serviço, foi a progressiva alienação das terras senhoriais. A necessidade de dinheiro para a aquisição de bens manufaturados e produtos de luxo levou os senhores a optarem pelo arrendamento de suas terras a camponeses arrendatários<sup>21</sup>, ao invés de cultivá-las diretamente utilizando os serviços que o servo era obrigado a prestar ao senhor (HUNT; SHERMAN, 2004, p. 30).

O camponês conheceu o seu processo de negação, assim, a sua força de trabalho já não era mais empregada nos seus próprios meios de trabalho, mas nos meios pertencentes à classe burguesa. Pode-se afirmar então que, em última análise, o proletariado tem as suas origens na desintegração do próprio campesinato. Chega-se a conclusão de que a acumulação primitiva não é outra coisa que “[...] o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2013, p. 786)<sup>22</sup>. Deriva daí o surgimento de uma nova ordem econômica, o mercantilismo, baseado, sobretudo no comércio de longa distância, fortalecida após a derrocada das antigas estruturas feudais. O Estado assume novas características a partir desse momento, de modo que novas alianças são criadas para o fortalecimento do novo poder econômico e da superestrutura correspondente a ele. Assim,

A formação de Estados absolutos assinalou o início da transição para a supremacia de uma nova classe. Os novos monarcas, freqüentemente, buscavam o apoio da burguesia para derrotar os senhores feudais rivais e para unificar o Estado, transformando-o em um poder centralizado. A unificação libertou os mercadores da teia de normas, regulamentos, leis, pesos e padrões monetários de caráter feudal a que estavam submetidos. Graças ao apoio do Estado, os mercadores puderam também consolidar os mercados importantes e contar com proteção militar para os seus empreendimentos comerciais. O monarca, por sua vez, dependia dos

---

matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistências converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas” (MARX, 2013, p. 818).

<sup>20</sup> “À medida que os produtos do solo se convertiam em mercadorias e adquiriam um valor de mercado, também o próprio solo se convertia em mercadoria dotada de valor” (KAUTSKY, 1998, p. 48)

<sup>21</sup> Não só a camponeses, mas também a capitalistas que começaram a se interessar pela produção localizada no campo, estes últimos introduziram progressivamente o trabalho assalariado no campo.

<sup>22</sup> “A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2013, p. 786).

capitalistas para a obtenção dos recursos necessários para financiar a centralização do poder (HUNT; SHERMAN, 2004, p. 35)<sup>23</sup>.

Essas alianças firmaram as bases dessa primeira fase do modo de produção capitalista. Num primeiro instante o Estado substituiu parcialmente a Igreja, no que diz respeito à ética paternalista cristã, pois ele se encarregou, em partes, da assistência aos pobres que se faziam cada vez mais parte do cotidiano da cidade. Tal função, entretanto, foi brutalmente destruída pelas éticas capitalistas posteriores, cujo liberalismo clássico de Adam Smith e consortes foi o pioneiro nessa perspectiva. Agora, será analisada a figura do campesinato na formação social brasileira.

## 2.2 O Camponês na História Brasileira

Num país como o Brasil, o campesinato surge nas entranhas de uma formação social capitalista, cujas características eram atípicas às formas tradicionais de aparição dessa realidade na Europa; todavia a existência dessa “formação econômica-social capitalista”, na colônia visava, acima de tudo, “maximizar a acumulação primitiva” (ANDRADE, 2004, p. 32). Os indígenas<sup>24</sup> foram os primeiros a sofrer os impactos dessa expansão do capitalismo mercantil, e logo em seguida os negros africanos, ainda no século XVI. O primeiro grande ciclo da economia colonial foi o açucareiro, podendo se afirmar que “O açúcar brasileiro dominou o comércio mundial durante a segunda metade do Séc. XVI até fins do Séc. XVII” (M. B. FURTADO, 1988, p. 20). Assim, a circulação do açúcar se dava mediante a sua troca pelo equivalente geral, o dinheiro; o que, todavia, não impedia que a sua produção propriamente dita estivesse baseada em relações de produção não capitalista, ou seja, alicerçada no trabalho escravo. Essa organização foi denominada *Plantation*, pois além de se basear no trabalho cativo do negro, a produção se realizava em grandes propriedades, com predominância da monocultura exportadora.

Evidentemente, o modelo de colonização adotado pelos portugueses em relação ao território brasileiro foi determinante para que as relações de trabalho não capitalistas se disseminassem. A colônia de exploração não tinha por finalidade o povoamento e a criação de uma *sociedade moderna*, espelho da metrópole; mas era senão uma forma de se produzir

<sup>23</sup> “O aparecimento das novas nações-estado assinalou o começo da transição para uma nova classe dominante” (HUNT, 1982, p. 41).

<sup>24</sup> “Os brasilíndios tiveram participação mais significativa na economia açucareira somente na fase de sua implantação, tendo sido substituído, com vantagem, pelos escravos africanos. Seu aproveitamento, no entanto, tornou-se maior em setores de menor rentabilidade, como o pastoreio e nas culturas de subsistência, devido ao seu custo três ou quatro vezes menor que o do escravo africano. No período da mineração, o indígena participou da extração em pequena escala e em serviços auxiliares, principalmente na região de Cuiabá e Goiás” (M. B. FURTADO, 1988, p. 33).

imensas quantidades de produtos agrícolas e extrativos para que as receitas da metrópole fossem maximizadas por intermédio do mercantilismo vigente. No Brasil, o primeiro modelo de apropriação efetiva do território foi por meio da instituição das sesmarias, logo em seguida pelo advento das capitâneas hereditárias, onde os donatários, responsáveis pelas parcelas doadas pela corte, poderiam eles mesmos distribuir sesmarias a famílias que obedecessem alguns critérios, pois,

As sesmarias só eram doadas a indivíduos que atendessem a condições pré-estabelecidas. Elas não eram confiadas a pessoas de poucos recursos, uma vez que o cultivo da terra, voltado para o mercado externo, exigia grandes somas para a compra de escravos e ferramentas, e só a exploração de vastas extensões eram lucrativa (JAHNEL, 1987, p. 107).

Portanto, as sesmarias consistiam no direito de uso de uma parte do território por uma pessoa ou família delegada por uma autoridade competente, neste caso o guardião de uma capitania hereditária. Assim, “Está, portanto, na velha instituição das sesmarias, a origem da propriedade imobiliária no Brasil” (BANDECCHI, 1963, p. 25).

O camponês brasileiro surge em meio a essa engenhosa formação social, que apesar do caráter capitalista se valia de relações de produção alheias ao seu modo de produção dominante, o capitalismo. Em virtude disto, pode-se afirmar que o campesinato nacional “tem, na sua relação com o capital, contradições diferentes daquelas que tem o operário”, uma vez que no Brasil “O camponês não é uma figura *do passado*, mas uma figura *do presente* da história capitalista do país” (MARTINS, 1995, p. 16). Diferentemente do campesinato europeu, cujas origens derivavam do modo de produção feudal, o camponês brasileiro é uma criação do próprio modo de produção capitalista, assim, pode-se afirmar que esse campesinato surge como elemento histórico posterior aos primeiros empreendimentos produtivos capitalistas na colônia. Por isso um autor como José de Souza Martins afirma que as análises de um autor como Lênin estavam pautadas num

*Campesinato estamental* baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era *um campesinato que não queria sair da terra*, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É *um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1995, p. 16).

Essa realidade é um fato histórico que marca a nossa formação social desde a ocupação do território pelos desbravadores portugueses. No período colonial (1500-1822),

após a proibição da escravidão indígena (1757), houve o processo de absorção desta parcela da população na grande propriedade sesmarial; dando origem à figura do *agregado*, um dos percussores do camponês atual. Portanto, após o fim desse regime de escravização dos gentios, “o índio e o mestiço entraram para o rol dos agregados da fazenda”, todavia, “excluídos do direito de propriedade, obrigados ao pagamento de tributos variados, desde serviços até gêneros, segundo a época, as circunstâncias e as condições do fazendeiro” (MARTINS, 1995, p. 32). O agregado foi o primeiro grande expoente do campesinato brasileiro.

No entanto, havia no interior da família aristocrática brasileira um sistema de nominado *morgadio*, que era o “regime que tornava o primogênito herdeiro legal dos bens de um fazendeiro” (MARTINS, 1995, p. 32). Esse elemento “veio engrossar e diferenciar o campesinato durante o período colonial”, pois essa primazia do primogênito “fazia dos outros herdeiros uma espécie de agregados do patrimônio herdado com base na primogenitura”, segundo Martins (1995, p. 32). Sabe-se que mais tarde, no Império, o morgadio fora extinto, de acordo com Martins (1995, p. 33):

O morgadio só foi extinto no Império, em 1835, tendo sido causa tanto do empobrecimento da população quanto de muitos conflitos de famílias que perduraram por longos anos [...] a extinção do morgadio teve por finalidade impedir a constituição de uma aristocracia fundiária que monopolizasse os cargos políticos do Senado do Império com base em direitos hereditários.

Nesse processo há senão um aumento significativo da massa daqueles que viriam mais a frente se tornarem os autênticos camponeses na formação econômica brasileira. O agregado se colocava dentro daquela estrutura como um ser social condicionado à existência do fazendeiro, ou seja, os seus direitos estavam garantidos na medida em que os interesses do fazendeiro fossem resguardados (MARTINS, 1995).

O camponês à época do período colonial figurava-se como uma *posse* do senhor de terras, todavia, era uma posse diferente daquela exercida sobre o escravo africano; de tal forma que pode-se afirmar que aquele campesinato era “duplamente excluído: da condição de proprietário de terras e da condição de escravo, já que não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial” (MARTINS, 1995, p. 38). O camponês agregado tinha por papel principal a abertura de novas fazendas em extensões ainda não desbravadas, incumbia-se também da implantação dos cafezais, por exemplo, e como moeda de troca obtinha o

direito de plantar gêneros de subsistência que precisasse<sup>25</sup>; havia uma “exclusão, portanto, das relações de propriedade”, o que por outro lado, “não o excluía da propriedade” (MARTINS, 1995, p. 38); mas o subjugava.

O próprio conflito existente dentro da fazenda fazia com que agregados fossem expulsos das parcelas senhoriais. Quem era enxotado não tinha outra escolha a não ser procurar terras ainda não utilizadas, para que o modo de vida camponês pudesse ser continuado; nesses novos territórios abria-se uma posse e implantava suas culturas “Até que começassem a chegar os fazendeiros para abrir novas fazendas, quando então era preciso ir mais longe, buscar nova terra desocupada” (MARTINS, 1995, p. 111). O posseiro marcou esse movimento expansivo da civilização em direção às terras indígenas ainda não desbravadas. O posseiro, de acordo com Martins (1995, p. 115), é “quem vive na fronteira da sociedade nacional, no limiar do mundo tribal”<sup>26</sup>. Assim,

Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa. A princípio, as invasões limitavam-se às terras de ninguém nos intervalos entre as sesmarias, depois orientaram-se para as sesmarias abandonadas ou não cultivadas; por fim, dirigiram-se para as terras devolutas e, não raramente, para as áreas internas dos latifúndios semi-explorados (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Partido dos pressupostos dessa última citação torna-se contestável a afirmação de Caio Prado Jr<sup>27</sup> de que, “salvo nas regiões coloniais do Espírito Santo e do Extremo Sul, a grande propriedade precedeu sempre a pequena”, o autor afirma também que a pequena propriedade “suruiu como fato posterior e como consequência da divisão daquela grande propriedade” (PRADO JÚNIOR, 1969, p. 18-19). Entretanto, como foi assinalada, a expansão dos posseiros também deu em terras devolutas<sup>28</sup>, ou seja, terras do Estado, estas não se enquadram no rol das terras pertencentes à grande propriedade do senhor de escravos, um *domínio privada*. Por isso é possível afirmar que em muitos casos a própria pequena propriedade antecedeu o latifúndio; uma vez que os grandes fazendeiros promoviam a expansão de suas fazendas por meio de métodos ilícitos tais como a *grilagem*. Esse mecanismo expulsava os

---

<sup>25</sup> “Às vezes”, o fazendeiro, “permitia que o camponês livre retivesse para si o café eventualmente produzido antes da entrega do cafezal, outras vezes entrava de parceria nessa produção” (MARTINS, 1995, p. 39).

<sup>26</sup> “Para o índio o avanço da frente de expansão não repercute apenas por colocá-lo diante de uma humanidade diferente, a dos civilizados. Repercute nos rearranjos espaciais de seus territórios e nas suas relações com outras tribos, sobretudo as inimigas. Essas mudanças resultam em muitas perdas, não só do território, mas também de vidas e de elementos culturais” (MARTINS, 2016, p. 145).

<sup>27</sup> Não é o objetivo aqui diminuir a importância de Caio Prado Júnior, trata-se apenas de uma constatação histórica oposta à teoria desse renomado e importante autor.

<sup>28</sup> “Todas as terras que não estavam sob o domínio privado ou não estavam afetadas a um fim público, que eram senhorio do rei de Portugal e que foram, com a independência, devolvidas ao Estado brasileiro criado em 1824, passaram a ser chamadas de *terras devolutas*” (MARÉS, 2003, p.73).

posseiros para mais adiante da fronteira, ao passo que anexava as pequenas posses à grande propriedade.

As contradições dessa realidade colocava o camponês como um migrante perene, além de um indigente político. Não havia quem o defendesse, por isso ele abria mão até mesmo de sua integridade física para mergulhar numa incessante luta pela terra; para Alberto Passos Guimarães (2009, p. 48), “Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer outra parte do mundo”. Assim, pode-se afirmar que diferentemente das sesmarias, onde vigorava “primeiro o título, depois o trabalho”, nas posses camponesas acontecia justamente o contrário: “primeiro o trabalho, depois o título” (BANDECCHI, 1963, p. 55). Em virtude dos fatos até aqui narrados, pode-se afirmar que a formação social do Brasil é marcada no período colonial por fortes contradições, sobretudo devido à questão da propriedade da terra, e em consequência também das relações de produção. O camponês “viveu durante todo o tempo do escravismo, essa contradição que só foi sanada quando se resolveu a contradição maior representada pelo escravo numa economia capitalista de produção escravista de mercadorias” (MARTINS, 1995, p. 38).

Na estrutura escravocrata colonial, o camponês se vivia às margens da sociedade como já foi elucidado; esse quadro derivava do fato de ser o escravo, uma espécie de renda capitalizada, “ou seja, seu preço nada mais era do que o lucro que se pretendia extrair dele. Assim, na economia colonial, sob o comando da circulação, o próprio escravo era mercadoria” (A. U. OLIVEIRA, 1987, p.36). Por conseguinte, processos como a abertura de novas fazendas deveriam ser executados pelos camponeses agregados, uma vez que “o escravo representava capital do fazendeiro, imobilizado sobre a renda capitalizada, o seu trabalho só tinha sentido em atividades que fossem imediatamente rentáveis, na produção de mercadorias” (MARTINS, 1995, p. 38). Logo,

Essa economia não se definia apenas pelo primado da circulação, mas também pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria. Portanto, antes de ser o produtor direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que *produzir lucro* já *antes* de começar a produzir mercadoria e não apenas depois, quando começa a trabalhar. Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado, antes de mais nada, pelas regras de comércio (MARTINS, 2017, p. 32).

A figura do escravo funcionava como uma espécie de capital que rende juros; significava um investimento anterior feito pelo fazendeiro. O cativo representava “um



adiantamento de capital ao traficante, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho, e sim diretamente como mercadoria” (MARTINS, 2017, p. 32)<sup>29</sup>. Essa contradição era assegurada devido ao aquecido comércio e tráfico de escravos. Foi por meio da ampliação de suas contradições internas que o capitalismo desenvolveu a acumulação de capital no seio da sociedade colonial brasileira. Como assevera Martins (2017, p. 37), “A produção capitalista de relações não capitalista de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo”.

É preciso agora frisar dois marcos cruciais para a criação do moderno campesinato brasileiro, a partir de meados do século XIX. Trata-se da Lei de Terras e da cessação do tráfico negreiro; ambos os atos promulgados no ano de 1850, já na égide do império. Estes fatos contribuiriam assiduamente para que o regime de trabalho escravo entrasse em decadência, e em seu lugar pudesse ascender o trabalho livre dos colonos camponeses que viriam posteriormente emigrar de países europeus para o Brasil. Esses dois fatores são de longe os maiores responsáveis pela ruptura de uma contradição do capitalismo, o escravismo. Isto aconteceu mesmo que de forma parcial, uma vez que o colono em muitos aspectos em nada se diferia do escravo africano.

As fortes pressões externas sofridas pelo império brasileiro em relação não só ao tráfico negreiro, mas à escravidão como um todo, culminou na cessação oficial do tráfico transatlântico em 1850, sobretudo devido às fortes coerções exercidas pela Inglaterra. Este país seria o mais interessado pela libertação do cativo, pois idealizava o fato de que este viria a se tornar parte do mercado consumidor de suas manufaturas, que naquele momento inundavam o mercado brasileiro, além de outros interesses britânicos. Outro fato decisivo para o aumento das pressões externas deriva do momento em que

A Inglaterra aboliu a escravidão nas suas colônias das Índias Ocidentais, em 1833, devido à nova situação política e aos interesses de seus antigos senhores de escravo, começou a pressionar o governo brasileiro para que também cessasse o tráfico de escravos para este país. O açúcar das Antilhas só tinha condições de concorrer com o açúcar de países como o Brasil, produzido ainda com trabalho escravo, por meio de tarifas protecionistas que o tornava preferencial na Inglaterra (MARTINS, 2017, p. 240).

Após a promulgação da lei Eusébio de Queiróz que extinguiu o tráfico negreiro para o Brasil, fora eliminada também “a única fonte importante de imigração, que era a africana”,

---

<sup>29</sup> Em virtude disto, “A exploração da força de trabalho se determinava, pois, pela taxa de juros no mercado de dinheiro, pelo emprego alternativo do capital nele investido antecipadamente, isto é, o cálculo capitalista da produção era mediado por fatores e relações estranhas à produção” (MARTINS, 2017, p. 32).

assim, “a questão da mão-de-obra se agrava” (C. FURTADO, 2002, p. 119). O capitalismo tinha um novo problema a resolver, pois de acordo com Celso Furtado (2002, p. 119), “é provável que a redução do abastecimento de africanos e a elevação dos preços destes hajam provocado uma intensificação na utilização da mão-de-obra e portanto um desgaste ainda maior da população escrava”.

A essa problemática sobreveio outras questões, tais como a lei do *ventre libre* (1871) e a do *sexagenário* (1885); a primeira, foi talvez mais impactante do que a segunda, pois considerava livre toda criança nascida de mãe escrava a partir do ano da promulgação da lei; a segunda, pouco efeito surtiu sobre a população realmente escravizada, uma vez que ela tornava livre todo e qualquer escravo que atingisse os 60 anos de idade, naquela sociedade poucos cativos conseguiam chegar a essa longevidade. De um modo geral, ambas as leis foram menos notáveis que a da cessação do tráfico negreiro<sup>30</sup>, esta última foi decisiva. Concomitante a esses acontecimentos um novo ciclo estava em ascensão, o do café; desse modo, “Em face à procura crescente de trabalhadores”, pôde-se verificar que “a escravaria disponível no país não só era insuficiente como reduzia-se numericamente” (IANNI, 1972, p. 13-14).

Uma nova solução deveria ser encontrada; e foi na figura do imigrante europeu que tudo se centrou. Esses imigrantes deveriam vir para o Brasil com o intuito de servir de mão de obra na fazenda produtora de café, o que seria uma tolice até meados do século XIX, haja vista o grande volume de terras disponíveis para que estes camponeses pudessem cultivá-las sem que estivessem subjugados a um fazendeiro. A saída encontrada foi a promulgação da Lei de Terras em 1850; ela consistia no fato de ser a posse da terra, a partir daquele momento, possível apenas mediante a compra e venda, inclusive as terras devolutas. Na conjuntura anterior a 1850, “Se a escravidão cessasse nada poderia prevenir o deslocamento dos antigos escravos e dos novos trabalhadores para as abundantes terras livres da fronteira agrícola, [...] onde poderiam tornar-se trabalhadores autônomos em suas próprias terras” (MARTINS, 2017, p. 199). A Lei de Terras veio por fim ao velho sistema de sesmarias no Brasil, e assim proteger a oferta de mão de obra para a fazenda, o fez por meio da inacessibilidade dos sujeitos à lavra particular, para que deste modo lhes restassem apenas a força de trabalho a ser empregada nos cafezais que não lhes pertenciam.

---

<sup>30</sup> Um autor como Caio Prado Júnior, assevera, por exemplo, que “A lei do Ventre Livre não resultou assim, em última análise, senão numa diversão, uma manobra em grande estilo que bloqueou muito mais que favoreceu a evolução do problema escravista no Brasil. Foi preciso um decênio para que as contradições inerentes à escravidão cheguem ao auge da crise” (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 179).

Em virtude dos fatos até aqui mencionados, pode-se afirmar que a crescente crise de abastecimento da mão de obra escrava africana para as fazendas de café do Sudeste e do Sul, concorreu decisivamente para que o seu preço obtivesse elevadas oscilações, o que tornava o uso do escravo inviável. Naquela época “A única região em que havia um estoque significativo de trabalhadores em condições de ser aproveitado no Sul era o Nordeste. Todavia, essa população foi atraída pela expansão crescente da exploração da borracha na Amazônia” (IANNI, 1972, p. 18). Esse foi mais um fator decisivo para que a imigração europeia fosse estimulada; o escravo estava se tornando um empecilho ao desenvolvimento da produção, pois o seu preço estava numericamente superior ao ganho possível com o seu uso. Assim sendo,

Com a demanda crescente de trabalho escravo e a conseqüente elevação do preço do cativo, os fazendeiros teriam que imobilizar parcelas crescentes de seus rendimentos monetários, sob a forma de renda capitalizada, pagando aos traficantes de negros um tributo que crescia desproporcionalmente mais do que a produtividade do trabalho (MARTINS, 2017, p. 43).

Por fim, a saída encontrada foi a abolição da escravidão; “Ao transformar o escravo em trabalhador livre, o que ocorre é a libertação da empresa do ônus da propriedade de um *fator* do que agora só interessa a sua capacidade de produzir valor” (IANNI, 1972, p. 14); José de Souza Martins é mais enfático quando afirma que “Foi o fazendeiro quem se libertou do escravo, e não o escravo quem, propriamente, se libertou do fazendeiro”, portanto, “A proposta da Abolição, em tese, não se destinava a remir o cativo mas a dele libertar o capital, que se contorcia nas limitações, impedimentos e irracionalidades da escravidão” (MARTINS, 2017, p. 226). De fato, quando a lei Áurea é promulgada em 1888, abolindo a escravidão, o processo migratório de europeus para o Brasil já estava bem consolidado; por isso é correto afirmar como fez José de Souza Martins, que no advento da jurídica libertação dos cativos, “o número de imigrantes entrados em São Paulo já correspondia às necessidades de mão de obra que surgiriam com o término do trabalho escravo” (MARTINS, 2017, p. 243). Da Lei de Terras até a abolição foram decorridos 38 anos, tempo suficiente para que uma nova massa pudesse ser formada e destinada à exploração dos fazendeiros, o colono.

Portanto, a crise do trabalho escravo foi um dos pressupostos para a implementação do trabalho livre no território brasileiro; o papel da lei de terras foi o de impedir que esses homens livres em conjunto com os escravos libertos pudessem ter tido acesso a terra<sup>31</sup>,

---

<sup>31</sup> “A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da

restando a eles apenas a opção de “negociar” a própria força de trabalho; “Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação do mercado de mão-de-obra baseado no trabalho livre” (IANNI, 1972, p. 5). Nessa fase da história brasileira surge o regime do colonato, que não era de forma alguma o regime do trabalho assalariado como muitos pensam. Havia uma liberdade apenas relativa do colono (migrante) em relação ao fazendeiro, sobretudo devido à dívida contraída pelo imigrante no que diz respeito aos custos relativos à sua viagem para o Brasil, já era senão uma forma de prisão ao capital. Por conseguinte,

O trabalho livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundiam, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (MARTINS, 2017, p. 30).

O colonato como forma de exploração da força de trabalho em muito se assemelhava ao escravismo; de fato, a libertação dos cativos proporcionou exclusivamente a separação do trabalhador de sua força de trabalho, segundo Martins (2017). O objetivo foi acabar com as despesas oriundas do fato de se ter o escravo como renda capitalizada. Assim, o colonato se caracterizou “pela combinação de três elementos: uma pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos” (MARTINS, 2017, p. 35); essas características formaram um sistema diferente em partes do regime escravocrata que o precedeu, mas que ainda não poderia ser qualificado como um regime de trabalho assalariado propriamente dito.

O trabalho do campesinato tinha sua marca devido ao caráter eminentemente familiar, não havia um contrato individual, mas sim um acordo que levava em consideração toda a unidade familiar. José de Souza Martins trata dessa problemática construindo uma crítica sistemática a autores como Caio Prado Júnior e José Graziano, pois o primeiro acreditava que o colonato possuía “relações salariais disfarçadas”, ao passo que o segundo, via o colono como um “um assalariado temporário” (MARTINS, 2017, p. 245); ambas as concepções são renegadas pelo autor.

Talvez a maior diferenciação do colono para o trabalhador assalariado esteja no fato de o primeiro produzir diretamente os seus meios de subsistência, segundo Martins (2017). Assim,

---

Abolição da escravatura um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudesse mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro” (MARTINS, 1995, p. 42).

É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações propriamente capitalistas de produção. A prévia mercantilização de todos os fatores envolvidos nessas relações, mediante a qual o salário não pode ser um salário aritmético, isto é, disfarçado, mas deve ser salário em dinheiro para que os meios de vida necessários à produção da força de trabalho sejam adquiridos e regulados socialmente pela mediação do mercado, é condição para que as relações de produção se determinem como relações capitalistas de produção” (MARTINS, 2017, p. 36).

A retribuição monetária recebida pela família camponesa não representava a maior parte de seus ganhos materiais, pois estes estavam mais precisamente ligados à produção alimentícia permitida pelo fazendeiro em meio aos cafezais. Assim, de acordo com José de Souza Martins (2017), a parcela da jornada de trabalho referente ao tempo necessário para a produção dos bens necessários para a manutenção da força de trabalho, não era remunerada totalmente como acontece no trabalho assalariado moderno, havia um processo de produção direta dos meios de vida por parte dos colonos junto à plantação de café; assim, “Na mesma jornada, o colono, desse modo, intensificava o resultado de seu trabalho. Trabalhava para o fazendeiro ao mesmo tempo que trabalhava para si” (MARTINS, 2017, p. 73). Dessa forma,

O colono combinava a produção do café com a produção de uma parte substancial dos seus meios de vida. Especialmente nos cafezais novos era-lhe permitido plantar milho e feijão e, em menor escala, arroz de sequeiro, batatas, legumes etc. Essa produção lhe pertencia inteiramente, em grande parte consumida pela família e em parte vendida aos comerciantes ou, até mesmo, ao fazendeiro (MARTINS, 2017, p. 73).

A exploração do fazendeiro em relação à família camponesa fica mais evidente quando a partir de um dado momento, o cafezal se torna impróprio para a cultura de subsistência, sobretudo devido ao volume de sombra da plantação, o que inviabilizava a prática de qualquer outra cultura concomitante. Quando esse estágio era alcançado “o fazendeiro colocava à disposição de cada família de colono um pedaço de terra em outro lugar, [...] a fim de que se dedicasse ali ao cultivo dos gêneros de subsistência” (MARTINS, 2017, p. 73). Nesse momento escancarava-se a exploração sofrida pelo colono, pois de acordo com Martins (2017, p. 73), “ocorria uma extensão da jornada de trabalho ou o aparecimento de uma segunda jornada de trabalho do colono na sua própria cultura de subsistência ou na sua roça”. Dessa forma, o tempo de trabalho necessário à manutenção da força de trabalho do colono, assim como o tempo excedente açambarcado pelo fazendeiro estavam nitidamente separados, o que dava uma clara visão do processo exploratório ao qual o campesinato estava submetido. Portanto,

A alimentação do colono provinha em grande parte dessas culturas acessórias. Trabalhando fora do cafezal para prover sua subsistência e a da família, duplicava a

jornada de trabalho. A intensificação do processo de exploração do trabalhador nessa variante do regime de colonato deixava nítida a peculiar e oculta exploração do trabalhador que nela havia. O tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho e o tempo de trabalho excedente, de que o fazendeiro se apropriava no fruto desse verdadeiro e complexo sistema de produção, que era o café, não se efetivavam num único processo de trabalho” (MARTINS, 2017, p. 73).

Ainda em se tratando do colonato, cabe salientar que com a crise de 1929, devido à superacumulação ocorrida nas nações industrializadas, sobretudo nos Estados Unidos da América do Norte, e a conseqüente quebra da bolsa de valores de Nova Iorque; os países agrícolas agroexportadores como o Brasil sofreram bastante como a diminuição brusca das exportações de produtos primários, que no caso da economia brasileira baseava-se no café. O colapso fez com que muitos colonos viessem a ter acesso a terra, sobretudo devido ao processo de fracionamento da grande propriedade, arruinada pela crise mundial, segundo Martins (2017). Todavia, mesmo com a venda das propriedades houve o enriquecimento do bolso do fazendeiro, já que a terra havia se tornado uma mercadoria por excelência dotada de um valor comercial, sobretudo após a promulgação da Lei de Terras, pois com o seu advento “o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para a outra, da atividade produtiva do trabalho para o objeto do trabalho, a terra” (MARTINS, 2017, p. 40).

Nesse contexto, o final do século XIX e início do século XX apresentam um cenário republicano que se diferencia politicamente do Império, mas que manteve as mesmas estruturas de dominação e de propagação da grande propriedade privada. Na segunda metade do século XX, o camponês passa a ter uma visibilidade maior nos partidos de esquerda no país; estes sujeitos sociais só haviam antes sido mobilizados pelos chamados *movimentos messiânicos*, em outros casos pelo *cangaço*, ou mesmo pelas *ligas camponesas*. A Primeira República faz com que surjam conflitos mais incisivos no campo, pois a Constituição de 1891 assegurava aos estados antes da federação a posse da maioria das terras devolutas, o que na visão de José de Souza Martins (1995), contribuiu para a criação de conflitos e de oligarquias regionais, baseadas na figura dos coronéis<sup>32</sup>.

As primeiras formas de luta e resistência camponesas ocorreram já nesses primeiros anos de República, que foram também anos de intensas e generalizadas lutas de coronéis contra coronéis em todo o país, verdadeiras guerras, que terminarão o seu

---

<sup>32</sup> “Quando, no fim do século XIX, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados e se abriu em muitas regiões do país a especulação imobiliária, a necessidade de regularizar limites entre fazendas, de definir a situação da propriedade fundiária, abriu-se, também, um período de convulsão na própria classe dos fazendeiros e negociantes. E mais, terras de antigos agregados, vaqueiros, convertidos em sitiantes, sofreram a ameaça da incorporação ao patrimônio dos fazendeiros mais ricos e poderosos” (MARTINS, 1995, p. 50-51).

ciclo de maior vitalidade com a Revolução de Outubro de 1930 e o início da centralização do poder (MARTINS, 1995, p. 49).

O messianismo que engajou em grande parte as revoltas camponesas, sobretudo devido à pouca atuação política dos partidos de esquerda naquela época, se é que existiam. Um caso memorável é o da revolta de *Canudos*, cujo principal líder era Antônia Maciel, mais conhecido como conselheiro; ele circulou por vários estados da região Nordeste, mas foi na Bahia que ele fundou à margem do rio Vaza-Barris “uma grande povoação de peregrinos, denominada Belo Monte, que chegou a ter mais de trinta mil habitantes e de cinco mil casas” (MARTINS, 1995, p. 52). Esse movimento foi duramente combatido pelo exército brasileiro, foram em quase sua totalidade exterminados entre 1896 e 1897, devido à acusação de que eram monarquistas, uma vez que “Esse era na verdade o crime político maior que se podia cometer então” (MARTINS, 1995, p. 52)<sup>33</sup>. Esse movimento reunia camponeses expropriados pelos coronéis nordestinos.

Outro importante movimento messiânico foi o liderado por José Maria, o monge; esse movimento assim como o de Canudos esta ensejado de misticismo, foi denominada *Guerra do Contestado*. A história reza que:

Há anos, desde final do século XIX, havia conhecimento pelo menos um outro monge, João Maria, que deixou forma de santidade na região e que, tendo desaparecido nos primeiros anos do século, esperava-se que ressuscitasse por aquela ocasião, na região de Campos Novos. José Maria foi aceite, após ter feito curas, como o antigo monge ressurrecto (MARTINS, 1995, p. 55).

Estava em curso naquela época, lá pelos idos de 1912 a 1916 uma disputa fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná; quando da mobilização de José Maria no estado de Santa Catarina, sobreveio a necessidade de se juntar aos posseiros que estavam localizados no estado vizinho, a situação então azedou. De acordo com José de Souza Martins (1995), o estado do Paraná viu isto como uma invasão catarinense em seu território, e logo começaram as represálias contra o movimento camponês<sup>34</sup>. Esse foi o maior e mais sangrento conflito entre os camponeses e as elites que dominavam o país. “A guerra durou praticamente quatro anos, envolvendo mais de 20 mil camponeses, incluindo alguns fazendeiros, que os apoiavam

<sup>33</sup> De acordo com José de Souza Martins (1995, p. 52), “O Exército sentia-se o guardião da República, que fora proclamada pelo Marechal Deodoro em 1889, numa espécie de golpe não só contra a monarquia, mas basicamente contra os republicanos civis, constituídos pela nova e próspera fração de classe dos fazendeiros de café de São Paulo, que desde os últimos anos do Império vinha assumindo uma participação cada vez maior no governo”.

<sup>34</sup> Para mais detalhes acerca do conflito verificar a obra de José de Souza Martins *Os Camponeses e Política Pública no Brasil* (1995) listada nas referências, sobretudo no item 3 do capítulo 1, que trata do “Messianismo e Cangaço: a crise do coronelismo”.

e que abandonando todos os seus bens se recolheram aos redutos organizados pelos sertanejos” (MARTINS, 1995, p. 57).

Outro movimento importante do campesinato na Primeira República foi o do cangaço, responsável pela afronta ao autoritarismo do coronelismo no Nordeste. O cangaceiro, de acordo com Martins (1995, p. 59), ao contrário do *jagunço*, que era um empregado do fazendeiro, “tende a ser o camponês, que já era livre no que se refere a ter a sua terra, ainda que ciente de um chefe político”. Assim,

O cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos para exterminar parentes. A vingança não era apenas pessoal (MARTINS, 1995, p. 60).

Vários movimentos puderam ser verificados nessa época dentre eles os promovidos Antônio Silvino, o maior cangaceiro que existiu, ou por um Lampião, cangaceiro amplamente conhecido na literatura nacional. O primeiro teve uma postura íntegra não atacando os menos favorecidos, e em muitas vezes proporcionando uma relativa distribuição de renda entre os camponeses pobres; o segundo, por outro lado, tem na história uma personalidade controversa, pois de acordo com Martins (1995), não distinguia em muitos casos os ricos e os pobres, além de ter em sua ideologia um forte preconceito racial em relação aos negros. Todavia, nas palavras de Martins (1995, p. 60), “Tanto num caso como no outro, entretanto, o cangaço representava um questionamento ao poder dos coronéis”.

Num período posterior, para ser mais preciso, durante e logo após a Segunda Grande Guerra Imperialista Mundial (1939-1945); um produto brasileiro, o açúcar, tivera aumentos nos preços internacionais significativos. Esse fato fez com que a pequena propriedade camponesa no Nordeste viesse a ser alvo da cobiça dos grandes senhores de engenho, o que culminou na criação das chamadas ligas camponesas, para se mais exato no ano de 1955. “Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais” (MARTINS, 1995, p. 76). Entretanto,

[...] como consequência do próprio avanço do movimento camponês durante os anos 50, quando Goulart assumiu em 1961, já existia praticamente montado um sistema sindical rural. O empenho do governo na concessão de cartas de reconhecimento aos sindicatos de trabalhadores rurais leva a um rápido desenvolvimento do sindicalismo no Nordeste, particularmente na zona canavieira. Começa a haver um refluxo nas Ligas Camponesas, ligas sendo convertidas em sindicatos [...] (MARTINS, 1995, p. 78).



O sindicalismo aí sinalizado por aquele governo aparentemente de “esquerda”, e que viera a desfigurar as Ligas Camponesas é fruto da corrente marxista que assegura o fato de ser necessário a proletarianização do campesinato, para que só depois estes sujeitos venham a se tornar atores tipicamente revolucionários<sup>35</sup>, sobretudo devido às associações de classes como os sindicatos e aos partidos de esquerda que se baseiam unicamente na figura do proletário industrial urbano. Todavia, como foi descrito as maiores revoltas, inclusive armadas, no Brasil não foram proporcionadas por proletários industriais, mas sim por sujeitos camponeses, cujos exemplos clássicos são a revolta de Canudos, a Guerra do Contestado, assim como o movimento do cangaço e as ligas camponesas. Tais fatos mostram como o campesinato se comportou durante o processo de formação da civilização brasileira.

### 2.3 A Questão do Território e a Luta Camponesa

O território enquanto conceito na geografia social se coloca como uma peça chave para a análise da condição camponesa. Não o território em si, mas o *território usado* como ensina o geógrafo Milton Santos, esse autor afirma que “não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores”, para ele, “O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual” (M. SANTOS, 2001, p. 26). O território só pode ser considerado um aporte social por meio dos usos que lhes são impostos, caso contrário, se fosse considerado apenas a natureza em conjunto com os seus ciclos, o objeto já não se enquadraria no domínio da ciência geográfica propriamente dita, mas teria relevância primordial no seio das ciências ditas da natureza.

O território sem uso não passa de um dado natural, nem mesmo deve ser considerado como território no sentido geográfico da palavra, nesse caso não passaria de uma simples *extensão ecológica*. O conceito território usado compromete toda e qualquer análise a levar em consideração não só a dinâmica social hegemônica, mas também aquelas que são protagonizadas pelos atores ou sujeitos hegemônicos na era do capital, enquadrando-se nesse bojo a classe camponesa que, por seu turno, não está sujeita a relações de produção nos moldes capitalista.

---

<sup>35</sup> Prova da valentia do campesinato é o relato de Leon Trotsky sobre essa classe social e o seu papel na Revolução Russa, o autor assevera que “O proletariado russo não hauria somente em si mesmo sua audácia revolucionária. Sua situação de maioria no país mostra de um lado que não poderia dar à luta tão grande amplitude nem tampouco assumir a direção do Estado, se não tivesse encontrado apoio nas mais densas camadas das massas populares. Foi a questão agrária que lhe assegurou êste apoio” (TROTSKY, 1977, p. 57).

Para que se possa fazer uma análise geográfica clara a partir do conceito de território usado, cabe antes de tudo salientar que, o território em si é uma extensão física de limites imutáveis<sup>36</sup>, tem um recorte traçado pelo acordo mútuo ou por meio do conflito, o mesmo território pode ao longo da história não ter uma extensão fixa, mas em um determinado momento ele pode ser concebido como um dado rígido, ele se torna espaço a partir da sucessão histórica de ocupação concreta organizada por um povo, baseada nas leis relativas ao modo de produção adotado (M. SANTOS, 2012). Em resumo: “A utilização do território pelo povo cria o espaço” (M. SANTOS, 2012, p. 232-233). O território na concepção aqui apresentada significa o firmamento da vida, ele é a base de toda e qualquer existência, uma vez que não há sociedade que não esteja debruçada sobre um espaço territorial, território este dotado de uma carga valorativa e organizacional em virtude das necessidades do homem.

[...] seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes materiais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e interações determinados por e pertencentes a um processo político (GOTTMANN, 2012, p. 523).

O território usado pode ser concebido como um elemento agido (receptor) ao passo que a sociedade se coloca como ator (portadora da ação), mas, da mesma forma, o contrário pode ocorrer, o território pode se tornar ator e a sociedade o ente agido (M. SANTOS et al, 2000). A dialética dessa dinâmica é que se torna uma questão chave para a disciplina, entender o papel do território usado no movimento atual da sociedade, uma vez que o território usado, que é sinônimo de espaço geográfico, comporta as marcas de diferentes divisões social e territorial do trabalho (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001); essas divisões, bem como os seus componentes materiais (sistemas de engenharias) do passado podem determinar as ações e os novos objetos no presente. A existência da sociedade é graças à dinâmica do próprio território. O território como ator “[...] ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe” (M. SANTOS, 1999, p. 8).

O território só pode ser usado, geograficamente falando, de duas formas, como *recurso* ou como *abrigo* (GOTTMANN, 2012; M. SANTOS; SILVEIRA, 2001; M. SANTOS et al, 2000). Muito embora essas duas formas possam se fundir e direcionar as ações de diferentes atores da contemporaneidade. O território está sujeito a diferentes formas de usos, cada um a de acordo com os interesses e condições técnica, a base física da sociedade se torna não um objeto, mas um ator, já que as ações e técnicas materializadas em sua configuração

---

<sup>36</sup> Para Gottmann (2012, p. 525), “O território é fruto de repartição e de organização [...] ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão”.

pelo trabalho humano pretérito podem atuar como um dado determinante na guia para as novas ações e implementações no arranjo territorial. Assim, o território usado é “[...] tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas ações humanas” (M. SANTOS et al, 2000, p. 104). A materialidade agida em conjunto com o movimento da sociedade assume um papel social crucial, desse modo, o próprio espaço se constitui como uma instância social da sociedade determinado pela interconexão entre o lugar e o mundo em função do modo de produção assumido.

Por suas qualidades funcionais, o espaço, como qualquer outra estrutura social (ou nível da sociedade, se se prefere dizer assim), é, por sua estrutura mais que por sua forma, um reflexo da sociedade global, seu dinamismo sendo consequência da cisão da sociedade global e sua consequente distribuição sobre o território (M. SANTOS, 2012, p. 180-181).

O território enquanto instância social, só o pode ser mediante a implementação de modificações ao seu conteúdo originário, e também por meio das práticas sociais. De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 21), “O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas, [...] mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade”. A configuração territorial se torna uma peça chave para a interpretação do território na atualidade, uma vez que a sua “realidade e extensão” podem se confundir “com o próprio território de um país” (M. SANTOS, 2014b, p. 84). É desse modo que o componente material agido do território se configura como um ator decisivo para a reprodução social. O território usado deve ser considerado como o casamento indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações, este par dialético é por natureza “solidário e também contraditório [...] não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (M. SANTOS, 2014a, p. 63).

O papel social desempenhado pelo território usado no movimento dialético da sociedade não está restrito apenas à sua esfera material, mesmo que ela seja o resultado dos mais sofisticados e avançados arranjos técnicos e científicos. Como afirma Milton Santos (2014a, p. 63), “Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permite o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações”, da mesma forma “Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos”<sup>37</sup>. Daí deriva também a velha necessidade de se estudar o espaço como uma cisão dialética entre o passado e o atual em vias

---

<sup>37</sup> Em outro texto Milton Santos afirma que “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado [...]. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas” (M. SANTOS, 1998, p. 16).

de um futuro. O território já utilizado pela sociedade, segundo M. Santos e Silveira (2001), recebe funcionalidades atuais que se superpõem e que proporcionam a construção de descontinuidades regionais e, por isso, “Certas regiões são, num dado momento histórico, mais utilizadas e, em outro, o são menos”, assim, “cada região não acolhe igualmente as modernizações nem seus atores dinâmicos, cristalizando usos antigos e aguardando novas racionalidades” (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 13).

A dinâmica social não pode ser homogênea em todas as partes que compõem um território, os diferentes usos empregados a ele estão diretamente ligados à forma de apropriação que será imposta. Os modos de apropriação e de domínio são balizados pela perspectiva de um território sendo visto como recurso ou como abrigo. Estes pressupostos dão a totalidade do movimento social, pois enquadra todos os atores dentro da realidade atual, pois acima de tudo “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (M. SANTOS, 1999, p. 7). O território é então um fator essencial à existência humana em todas as suas formas, talvez por isso Milton Santos et al (2000, p. 104) tenham conduzido o conceito de território ao encontro da ideia de *espaço banal*, que é, senão, “o espaço de todos, todo o espaço”<sup>38</sup>, levando em consideração a ideia do economista francês François Perroux<sup>39</sup>.

Seja como recurso ou como abrigo, o uso aplicado ao território terá por finalidade última realizar algum estágio da produção, sendo essa produção referente aos atores hegemônicos ou aos sujeitos hegemonzados. Assim, “A territorialidade se inscreve no quadro da produção”, pois ela “É sempre uma relação, mesmo que diferenciada com os outros atores” (RAFFESTIN, 1993, p. 145); a territorialidade liga não só os atores e sujeitos ao componente físico do território, mas pressupõem uma trama de relações existentes entre os próprios homens no seio da produção. A produção, por outro lado, concorre para o fato de haver a necessidade de transformação da natureza através do trabalho social; e “nesse processo de desenvolvimento humano, não há uma separação do homem e da natureza”, pois “A natureza socializa-se e o homem se naturaliza” (M. SANTOS, 2014b, p. 98).

---

<sup>38</sup> Os autores prosseguem afirmando que “Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social” (M. SANTOS et al, 2000, p. 104).

<sup>39</sup> Este é o mesmo autor precursor da ideia de pólo de crescimento e pólo de desenvolvimento, que foi objeto da crítica de Milton Santos (2003); o geógrafo brasileiro assevera que para os países subdesenvolvidos essa ideia, em conjunto com a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, não abarcaria todas as especificidades do terceiro mundo.

Quando a comunidade produz, ela se eleva ao status de sociedade organizada, pois “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir”, de tal modo que “Nenhuma produção, por mais simples que seja, pode ser feita sem que se disponha de meios de trabalho, sem vida em sociedade, sem divisão do trabalho” (M. SANTOS, 2012, p. 202)<sup>40</sup>. O território assume papel crucial para a própria existência humana, uma vez que homem só pode viver se estiver constantemente produzindo<sup>41</sup>, isso remete imediatamente ao espaço geográfico que é socialmente produzido através da dialética da sociedade com a natureza.

A história do homem comum é também a história da perda de sua autonomia sobre o processo de trabalho, e na era do capital isso se torna quase que uma regra geral; esse fato deve-se ao processo de privatização em massa dos meios de produção ocorrido desde a dissolução do comunismo primitivo e intensificado após o surgimento do capitalismo, que agora condiciona os produtores diretos à subjugação e à alienação. Por isso, os usos do território podem ser complementares ou conflitantes (M. SANTOS et al, 2000), assim, em curso inúmeros processo de negação do território, ou melhor, de negação da autonomia dos sujeitos sobre território, que alguns preferem chamar *desterritorialização*. A desterritorialização é, de acordo com M. Santos (2014a, p.), “frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização”. Portanto,

A cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio, o resultado obtido por intermédio do próprio processo de viver. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo, do qual é o cimento. É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar. Desterritorialização é frequentemente uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização (SANTOS, 2007, p. 81-82).

Os atores hegemônicos em boa parte concebem o território como um recurso, e é por esse motivo que o “rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação de seu uso, com a adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar,

---

<sup>40</sup> “O homem começa a produzir quando, pela primeira vez, trabalha junto com outros homens em um regime de cooperação, isto é, em sociedade, a fim de alcançar os objetivos que haviam antecipadamente concebido, antes mesmo de começar a trabalhar” (M. SANTOS, 2012, p. 202).

<sup>41</sup> Marx e Engels afirmam que a produção está condicionada ao fato de haver inúmeras necessidades que devem ser saciadas minimamente para que homens possam continuar a existir, tais como “comer e beber, habitação, vestuário e ainda outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos” (MARX; ENGELS, 2009, p. 40-41).

aprofundando a divisão social e territorial do trabalho” (M. SANTOS et al, 2000, p. 108). Os sujeitos hegemônicos, por outro lado, “têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (M. SANTOS et al, 2000, p. 108). Quando essas duas formas de uso se chocam o conflito se faz de imediato, todavia, as grandes corporações estão sempre à frente dos homens comuns, não só pelo seu cabedal econômico, mas também pela sua influência diante do Estado, o maior ator geopolítico e instrumento de dominação de classe.

O homem simples está à mercê de uma política devastadora, pois ela acaba por tirar qualquer autonomia que ele poderia ter em relação ao uso do território. No começo, o território “era abrigo e era recurso. As pessoas tiravam dele a sobrevivência e eram também protegidas por ele. A história da humanidade é a história da dissociação dessas duas condições, que agora chegou ao ápice com a produção das chamadas redes” (M. SANTOS, 1997 p. 22). O território passa a ser cada vez mais considerado um valor de troca, correspondendo à lógica do modo de produção em vigor. O próprio território tem o seu nível de fragmentação acentuado, graças à ordem global capitalista que faz emergir inúmeros casos de negação, bem como de negação da negação do território. O lugar e o território passam a ser esquizofrênicos, para se usar a linguagem de Milton Santos, pois “de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro lado, neles se produz uma contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos e marginalizados” (M. SANTOS, 2005, p. 114).

No Brasil, pode-se dizer que o território teve diferentes fases de seu uso; os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira verificam três estágios, onde num primeiro momento pode-se “falar do território brasileiro como um arquipélago, contendo um subsistema que seria o arquipélago mecanizado, isto é, o conjunto de manchas ou pontos do território onde se realiza uma produção mecanizada”, no segundo momento, “a própria circulação se mecaniza e a industrialização se manifesta”, todavia, “É somente num terceiro momento que esses pontos e manchas são ligados pelas extensões das ferrovias e pela implantação de rodovias nacionais, criando-se as bases para uma integração do mercado e do território” (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 31). Esses períodos comportam ciclos econômicos, conflitos e mutações territoriais; a matança indígena, a escravidão negra, bem como o colonato são marcas das relações envolvidas no processo de apropriação e domínio do espaço territorial que cabe ao povo brasileiro.

Nesse contexto de uso do território, o campesinato aparece com a sua territorialidade pautada na produção da vida imediata, e, assim como o proletariado resiste e se reproduz não graças à exploração da força de trabalho alheia, mas em virtude de seu próprio trabalho. Por outro lado, a agricultura capitalista tende, como já observava Marx no século XIX, a se tornar cada vez mais um campo da “aplicação científica consciente da agronomia”, (MARX, 2017, p. 678), fato este que só acentua a competitividade. Assim,

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. Estas são a base ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho [...] (M. SANTOS, 2014a, p. 304).

Mas com o campesinato a coisa é diferente, a sua forma de usar o território está imediatamente ligada à sua autoexploração, por isso é correto afirmar que “a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio” (A. U. OLIVEIRA, 1987, p. 68). Desse modo,

O camponês constitui seu território buscando em primeiro lugar a sua sobrevivência, precisando para isso desenvolver contraditoriamente todas as dimensões da vida – econômico, cultural, social, etc. O espaço que ocupam é seu espaço de vida, que se torna local de moradia e de trabalho coletivo e individual e que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos (NASCIMENTO; MENDONÇA, 2012, p. 6).

O camponês enquanto sujeito social não tem sua existência, a princípio, ligada a relações tipicamente capitalistas, mas na sua autoexploração; de acordo com Chayanov (2014, p. 106), “o grau de autoexploração é determinado”, no modo de vida camponês, “por um equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devida ao trabalho”; por isso, o camponês não tem em mente a utilização da terra, ou seja, do território como fonte de acumulação de capital, assim como fazem os latifundiários. Por isso o campesinato tende a ser considerado “como uma classe social e um modo de vida especial” (MARQUES, 2008a, p. 69).

Então, pode-se afirmar que o capitalismo enquanto modo de produção dominante só pode prosseguir com o seu desenvolvimento mediante a ampliação de suas contradições, o campo, por seu turno, acaba sendo um lugar privilegiado para isso (A. U. OLIVEIRA, 2001a). Assim, acredita-se que o campesinato é senão uma forma de reprodução das contradições desse modo de produção, é criado e recriado para que a acumulação de capital possa ser

assegurada perenemente (A. U. OLIVEIRA, 1987, 2001a). Por isso é que o capital se apropria da produção camponesa, pois isso lhe poupa tempo e dispêndio de capital. Assim, o capital “quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitado a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada”, de modo que se apropria “da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista” (A. U. OLIVEIRA, 1987, p. 53).



### **3 A USINA HIDROELÉTRICA DE ESTREITO E A EXPULSÃO DOS CAMPONESES DA ILHA DE SÃO JOSÉ**

Esse capítulo tem por finalidade analisar o processo de expulsão sofrido pelos camponeses da Ilha de São José, sobretudo referente àqueles que vieram a formar o assentamento Mirindiba. Num primeiro momento será debatida a questão das usinas hidroelétricas como um todo, destacando a relação desses empreendimentos com o fenômeno do subdesenvolvimento e o uso do território. O segundo momento será traçado um panorama geográfico-histórico da implantação da usina Hidroelétrica de Estreito, enfatizando a vocação econômica desse objeto técnico em detrimento dos demais interesses coletivos da população impactada. E, por fim, no terceiro tópico será tratado o processo de expulsão dos camponeses da Ilha de São José propriamente dito, esse ponto se baseia em trabalhos de campo realizados com os camponeses do assentamento Mirindiba, em busca da reconstrução analítica do processo expulsório ao qual foram submetidos à população camponesa em destaque.

#### **3.1 A Natureza Estrutural das Usinas Hidroelétricas**

A energia elétrica no Brasil se torna uma peça central para o desenvolvimento econômico nacional, assim como o petróleo o é para a economia estadunidense. Cabe salientar desde início que “A difusão da energia elétrica no território nacional leva, num primeiro momento, à construção de sistemas técnicos independentes, chamados a atender às necessidades locais” (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 69); esses sistemas também conhecidos como *pequenas centrais hidroelétricas* proporcionava o suprimento das necessidades locais, o que, todavia, teve o seu fim com o advento da industrialização nacional a partir, sobretudo da crise do café em 1929, quando teve início processo de industrialização por substituição de importações (P. SINGER, 2002). A deterioração dessa forma de organização e de produção se deu pela apropriação capitalista das pequenas centrais hidroelétricas, assim como pela construção de empreendimentos estruturalmente maiores (C. MOREIRA, 2015).

Para se ter uma ideia, em todo território nacional, no ano de 1900, de acordo com Cristiane Moreira (2015), haviam apenas 11 usinas hidroelétricas; a autora também afirma que naquele momento a implantação de usinas estava ligada às quedas d’água naturais, e em sua totalidade financiada por investidores locais<sup>42</sup>; assim, “As primeiras empresas de

---

<sup>42</sup> “A primeira geração de usinas hidroelétricas do Brasil foi construída nos municípios onde houvesse um investidor local para tal empreendimento e, uma vez adquirida concessão, que era municipal à época, o concessionário contratava uma importadora de equipamentos, que também fornecia o projeto básico e um

eletricidade eram de caráter municipal e assinavam contratos com a prefeitura ou com câmaras locais para manter serviços de iluminação pública”, desse modo, “Eram construídas pequenas barragens, equipadas com aparelhagem adquirida no exterior – das turbinas até as lâmpadas – por meio de importadoras sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro” (C. MOREIRA, 2015, p. 79). A industrialização maciça ainda não existia, o que fazia da energia uma mercadoria não tão disseminada pelo território no início do século XX, a exceção era a indústria têxtil; e foi por meio desse ramo industrial que a energia elétrica se disseminou mais amplamente, contando também com a participação do setor de iluminação pública.

Com a crescente intensificação do processo de industrialização do país após 1929, a produção de energia elétrica em grande escala se tornou indispensável, pois a velha economia primária exportadora estava em processo de declínio. Os antiquados sistemas locais já não eram suficientes para suprir as novas necessidades em ascensão. Assim, surge durante o desenrolar do século XX inúmeras empresas do setor hidroelétrico, além dos consórcios formados por duas ou mais firmas, que se beneficiam da produção e/ou distribuição da energia hidroelétrica brasileira.

Atualmente, a implantação de usinas hidrelétricas se torna uma problemática emergente na realidade geográfica do Brasil; pois na era da globalização um país com dimensões continentais pressupõem uma maior emergência quanto à dinâmica dos fluxos (de informação, de capitais, de energia etc), de modo que o território não se torne um todo em desconexo. Nesse país a hidroeletricidade acaba se tornando uma política pública de Estado, uma vez que nem mesmo os ditos governos populares conseguiram frear essa prática tão prejudicial ao meio e às comunidades atingidas<sup>43</sup>. Parece se tratar de uma questão meramente econômica para os que governam, os interesses de grupos minoritários acabam por conceber o território apenas como uma fonte de recurso. Sem nenhum compromisso com a população, os atores da economia acabam por instaurar uma desordem entre os sujeitos e instituições públicas dentro do território. A produção de energia hidroelétrica, como mostra o Quadro 1, vem relativamente perdendo respaldo nos últimos 10 anos frente as outras matrizes energéticas, todavia, isto não desqualifica a importância crucial dessa fonte, que mesmo em 2017 (ano do segundo menor índice do período ilustrado), representa quase o dobro da produção de todas as outras fontes juntas:

---

técnico ou engenheiro para coordenar a implantação da usina e treinar os trabalhadores locais” (C. MOREIRA, 2015, p. 76).

<sup>43</sup> Um dos maiores danos ao meio físico causado pela construção de uma usina hidroelétrica é “a contaminação da água. Isso acontece porque, quando se interrompe o percurso normal de um rio, mudanças na qualidade da água são verificadas em sua composição química física e térmica” (M. F. SILVA; MACHADO, 2013, p. 227).

**Quadro 1:** Números da Produção Hidroenergética nos Últimos 10 Anos

Ano	Produção Hidroenergética em números absolutos	Participação Geral na Produção de Energia Elétrica
2017	407,3TWh	65,2%
2016	421,7TWh	68,1%
2015	372,1TWh	64%
2014	385TWh	65,2%
2013	402TWh	70,6%
2012	424,8TWh	76,9%
2011	435,5TWh	81,9%
2010	376,8TWh	74%
2009	358,5TWh	76,9%
2008	324,1TWh	70%

**Fonte:** Balanço Energético Nacional 2009-2018 (MME)**Organização:** O Autor

As usinas hidroelétricas tais como são concebidas atualmente no Brasil assumem uma postura de atraso e de interesse concomitantemente; elas se tornam um atraso pela característica rudimentar do ponto de vista técnico, pois como já se sabe existem outras diferentes formas de se chegar à energia elétrica sem tantos prejuízos à natureza; todavia, do ponto de vista econômico a construção e operação dessas usinas beneficia uma classe de pessoas que se dedicam à acumulação de capital. A sociedade e o meio ambiente sofrem os desgastes das inconseqüências da ação humana em seus maiores extremos, o arcaico persiste pelo simples fato de proporcionar mais lucro; a técnica não apenas esposa o meio, mas o escraviza, não pela vontade da sociedade total, mas pela ganância de poucos. A técnica deixa de ser apenas um dado material para se tornar uma ideologia despótica que influencia decisivamente no uso do território, ela passa a ser também o retrato de “instrumentos ‘mentais’”, ou seja, um retrato do próprio “conhecimento filosófico” (GRAMSCI, 1978, p. 41). Portanto,

Desde, porém, que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser uma parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas. As técnicas são aqui consideradas como o conjunto de meios de toda espécie de que o homem dispõe, em um dado momento, e dentro de uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores (M. SANTOS, 1988, p. 10).

Nesse emaranhado de relações de interesses e complementaridades, a mais evidente é a existente entre as empreiteiras e o Estado; economia e política, um casamento indissolúvel, uma vez que o aparelho estatal possui um lado, o lado dos poderosos. “As formas de Estados burgueses são as mais variadas. Mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia” (LÊNIN, 2007, p. 55). O direito e a moral burguesa fazem de determinadas parcelas do território verdadeiros receptáculos de ordens, cujas raízes estão centradas em lugares alheios à realidade local. As empreiteiras em conjunto com o Estado acabam por deformar o território em favor da reprodução cada vez mais ampliada do capital. Assim, segundo Chaves (2009), o capital financeiro, que muitas vezes é oriundo dos próprios bancos públicos ou de organismos internacionais, tende a mudar a geografia física das regiões. Dessa forma, o chamado desenvolvimento das áreas ainda não desenvolvidas “significa, investir na construção de hidrelétricas, ferrovias, rodovias” (CHAVES, 2009, p. 107). Em todo caso,

[...] o Estado neoliberal típico tende a ficar do lado do clima de negócios favorável em detrimento seja dos direitos (e da qualidade de vida) coletivos do trabalho, seja da capacidade de autorregeneração do ambiente. O segundo campo de vícios vem do fato de que, em caso de conflito, os Estados neoliberais tipicamente favorecem a integridade do sistema financeiro e a solvência das instituições financeiras e não o bem-estar da população ou a qualidade ambiental (HARVEY, 2014a, p. 81).

Mas não só os aspectos físicos são modificados, acrescenta-se também a dinâmica populacional. A economia local não é levada em consideração pelos atores hegemônicos nestes casos, para eles não passa de mera irracionalidade, já que não se enquadra nos perfis da economia de mercado capitalista. O capital monetário, cuja função é a de custear as ações das firmas hegemônicas no âmbito nacional, facilita o uso autoritário do território por parte dessas empresas. No final, quem acaba pagando a conta é o homem comum, já que boa parte dos recursos dos bancos públicos é oriunda da arrecadação de impostos da população mais pobre, assim, o expropriado, indiretamente, expropria a si mesmo. É o abalo do território como abrigo.

É muito comum hoje dentro da ciência geográfica praticada pelos *pós-modernistas* a criação de inúmeros vocábulos para tentar afirmar uma relativa perda de soberania do Estado sobre o território, alguns chegam a afirmar o fim das fronteiras, a morte do Estado, além da multi ou trans territorialidade. Todavia, isso não passa de uma análise superficial da realidade, e que despercebe a existência do movimento dialético como guia da evolução histórica; a interconexão universal dos fatos não deixa dúvida de que a realidade não pode ser apreendida

pela simples análise isolada de uma de suas partes. O presente é apenas um momento do desenvolvimento histórico, e, por isso, só pode ser considerado por meio da análise de sua historicidade no tempo e no espaço, haja vista que até o passado, ele próprio, necessita de explicação (MALAGODI, 1988). Por isso, é falacioso afirmar que o Estado se torna um fator relativo na dinâmica econômica atual<sup>44</sup>, muito pelo contrário, ele se torna tão indispensável como antes, e uma

Prova disso é que nem as empresas transnacionais, nem as instituições supranacionais dispõem de força normativa para impor, sozinhas, dentro de cada território, sua vontade política ou econômica [...]. É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade (M. SANTOS, 2005, p. 77)<sup>45</sup>.

Na atualidade, o Estado atende às demandas do grande capital em escala internacional sem que o antagonismo entre as classes extrapole os limites da comodidade burguesa. Lênin (2007, p. 27), asseverou que “O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. É, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis”. Os grandes empreendimentos hidroenergéticos são uma forma de contradição do uso do território e geram um antagonismo crônico na sociedade, pois de um lado tem-se uma pequena minoria visando à maximização de seus rendimentos a qualquer custo, e do outro uma maioria considerável de sujeitos, cujas condições de luta e de resistência se tornam ineficazes frente à estrutura econômica e ao aparelho repressivo do Estado. Desse modo, o Estado por “ser o único intermediário possível entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade”, tem, por conseguinte, o seu papel renovado “no período atual” (M. SANTOS, 2012, p. 223).

Por ser um órgão da classe dominante, o Estado “tem por função básica manter e preservar a ordem constituída e portanto preservar os direitos à dominação, no campo econômico, dos que legalmente têm a posse dos meios de produção” (P. SINGER, 2002, p. 101). Com o advento do neoliberalismo, o Estado se torna, ao contrário do que muitos pensam, cada vez mais importante para a manutenção do sistema econômico; todos os ônus acumulados pelo Estado são pagos pela sociedade, principalmente nos dias atuais, onde “Investimentos feitos sem cautela deveriam ser punidos com perdas ao empreendedor, mas o

---

<sup>44</sup> Também não é o objetivo aqui afirmar que o Estado seja o único detentor de poder, já que esse fato gera “uma confusão, mas também um discurso metonímico. Ou o Estado detém o poder e é o único a detê-lo, ou é o poder superior e é preciso construir a hipótese de poderes inferiores que podem agir com ele” (RAFFESTIN, 1993, p. 14).

<sup>45</sup> “Assim o Estado atual, o Estado da globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto se esquece do social” (M. SANTOS, 1997, p. 17).

Estado torna os empreendedores largamente imunes a perdas”, já que ele deve “pagar em seu lugar, seja qual for o custo social decorrente” (HARVEY, 2014a, p. 84). A ideia de Ramón Losada Aldana (1968, p. 129-130), de que “a superestrutura se adapta objetivamente à estrutura econômica e consolida, em termos gerais a estabilidade da situação histórica”, se aplica perfeitamente à realidade do mundo capitalista, principalmente em países de capitalismo subdesenvolvido como o Brasil. O desenvolvimento dessas formações sociais deve ser assegurado por uma estrutura de poder, assim, até que “a estrutura econômica não se tenha transformado, a superestrutura desempenha, principalmente, um papel de contenção” (ALDANA, 1968, p. 130).

A política é a expressão dos interesses de uma classe possuidora do domínio administrativo de uma dada sociedade. O Estado em qualquer formação social é chamado a criar mecanismos, cuja finalidade principal é a perpetuação e maximização da dinâmica econômica. O capital, como afirma David Harvey (2013, p. 270), “é valor *em movimento*, o valor só pode permanecer valor continuando em movimento”; na formação econômica capitalista é através do movimento que o capital muda a geografia dos lugares, e desse modo acentua as disparidades regionais, promovendo junto com as firmas hegemônicas novas divisões sociais e territoriais do trabalho. Em virtude disto, “O Estado tem que assumir, cada dia de maneira mais clara, seu papel mistificador, como propagador ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças que ele está bem longe de transferir para os fatos” (M. SANTOS, 2012, p. 223).

O território usado pela sociedade, evidentemente, pressupõe uma heterogeneidade de interesses, pois como afirmou Marx (2008, p. 260), “A população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem”. As classes sociais possuem interesses diferentes umas das outras, já que a própria ideia de classe presume a divisão da sociedade em grupos distintos. O território, por exemplo, não tem para o agropecuarista patronal a mesma significância que tem para o camponês; assim, o espaço territorial se torna objeto de disputas que envolvem os interesses particulares das classes que compõem qualquer formação social.

O camponês brasileiro vem sofrendo há décadas o processo de expulsão em virtude da implantação de usinas hidroelétricas. O território nacional em quase sua totalidade está sob o julgo de alguma forma de uso, que na maioria das vezes é pretérita a estes grandes empreendimentos. Em grande parte o modo de vida camponês é reproduzido nas vastas regiões até serem inundadas pelos reservatórios de hidroelétricas. Para além dos camponeses existem também os povos indígenas e outros inúmeros grupos de indefesos frente a essa já denominada *política energética* (SIEBEN, 2012). O camponês diverge dos grandes

proprietários de terras pelo fato de ser a sua parcela uma *terra de trabalho* e não uma *terra de exploração* (A. U. OLIVEIRA, 1987; 2001); todavia, quando se trata da instalação de usinas hidroelétricas os aspectos do conflito mudam qualitativamente, pois há uma institucionalização dessa forma de produção. Assim, a qualquer preço devem ser implantados esses megaprojetos, que proporcionam um uso hegemônico do território, além de causar insegurança e conflitos.

Esse monopólio acaba por fazer do território um cenário de grandes antagonismos. Há aqueles que, como Sieben (2012, p. 80), seguem a crítica afirmando a existência na Amazônia de uma “monocultura das águas para a produção de energia elétrica”; todavia, terminologicamente falando, nesse processo a água não entra como sendo a mercadoria final, logo, não pode ser qualificada como uma “cultura”, não no sentido econômico da palavra; ela (a água) é o objeto da produção, funciona como uma espécie de *capital fixo*, da mesma forma como a terra firme o é para boa parte da agricultura. Os atores servem-se da água com o intuito de produzir uma mercadoria, a energia elétrica; a água, por assim dizer, é uma *força produtiva*. O que há, na verdade, é um *monopólio da produção de energia hidroelétrica* no território, que no Brasil só é “possível” graças ao processo de barramentos dos canais fluviais, dando origem aos reservatórios das usinas hidroelétricas, erroneamente chamados de “lagos”. Assim, chega-se à mercadoria desejada, a energia elétrica, cujo valor está determinado, como o de qualquer outra, pelo tempo socialmente necessário à sua produção.

Atualmente, o conflito pelo uso do território se torna um elemento típico de qualquer sociedade capitalista, já que esse modo de produção se encarrega de estratificar os homens. Por contradição, o território é o abrigo dos homens comuns, ao mesmo tempo que é a mercadoria por excelência dos atores hegemônicos da economia. O Estado em sua condição instrumental proporciona aos detentores de capital o acesso conivente aos recursos do território; por isso Engels (2011, p. 90), afirma que “O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, o Estado dos capitalistas, ou para dizer melhor, o capitalista coletivo ideal”. É por meio desse aparelho que as contradições são impostas na sociedade; ao mesmo tempo que o Estado serve como aparelho mediador dos antagonismos entre as classes, tem igualmente a função de garantir a dominação econômica de uma minoria sobre todo o restante da sociedade, bem como de seus recursos.

A dominação econômica, por seu turno, se realiza pelo processo de apropriação e gestão do território; fato este possível graças ao intermédio do aparelho estatal como foi dito. Longe daquela definição de Estado presente em Azambuja (1993), baseada na premissa de

que a estrutura estatal é a responsável pela realização de um *objetivo comum*<sup>46</sup>, afirma-se aqui, por outro lado, a visão de Althusser (1970, p. 118), de que a própria natureza dos aparelhos ideológicos e repressores do Estado “só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, como aparelhos da luta das classes, assegurando a opressão de classe e garantindo as condições da exploração e da reprodução desta”. Por isso, não se pode falar de objetivos comum quando se refere ao Estado, a sua própria origem aqui já discutida presume que o seu surgimento teve por finalidade abafar o antagonismo das classes em desenvolvimento; o Estado foi criado e manipulado pela classe que desejava dominar econômica e politicamente as outras. Portanto,

[...] o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a opressão e exploração da classe oprimida (ENGELS, 1984, p. 193).

Assim, por exemplo, quando a territorialidade camponesa é posta e xeque pela dinâmica da implantação de uma usina hidroelétrica toda uma problemática econômica e psicossocial se desenvolve. As barragens são projetos que do seu processo de idealização ao pleno funcionamento demandam um volume de tempo considerável, às vezes décadas; por esse motivo é criado um ambiente de insegurança e imprevisibilidade na consciência daqueles que serão impactados diretamente, uma *tortura social*. Os atingidos por esses empreendimentos estão sujeitos, na maioria das vezes, a um processo migratório, cuja anúncio é feita antes mesmo de o canteiro de obras ser instalado; o cenário de incertezas, é sinônimo de desesperança. No Brasil, inúmeros empreendimentos hidroenergéticos vêm negando a autonomia e o direito ao território dos mais variados grupos de atingidos, tais como camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, cidadãos etc.

O campesinato aqui estudado, por ser uma classe social e um modo de vida, está sujeito ao processo de evolução por contradição quando inserido na dinâmica do capital, que é o modo de produção dominante da formação social brasileira. No momento em que essa classe é desapropriada por uma barragem, a luta pela terra se torna uma realidade perene; os camponeses batalham pela continuidade de seu modo de vida. Entretanto, na maioria das vezes os empreendedores utilizam-se de artimanhas para pressionar o campesinato a aceitar outras formas de indenização que não seja o *assentamento*; tal fato diminui consideravelmente

---

<sup>46</sup> Por ser um jurista e ter por objetivo traçar um caminho seguro para a aplicabilidade do Direito Positivo no território, Azambuja (1993, p. 2), diz que “O Estado, portanto, é uma sociedade, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados permanentemente para realizar um objetivo comum. E se denomina *sociedade política*, porque, tendo sua organização determinada por normas de Direito positivo, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem uma finalidade própria, o *bem público*”.



os gastos indenizatórios, haja vista que a compensação mediante assentamento pressupõe a compra de terras próximas ao empreendimento; essas propriedades geralmente possuem preços elevados.

Assim, os malefícios causados pela implantação de usinas hidroelétricas às comunidades camponesas são imensos no Brasil, principalmente após a década de 1970; a “implantação de grandes projetos de barramento, erguidos praticamente em todas as regiões do Brasil para dar suporte econômico e estrutural ao desenvolvimento regional brasileiro”, ocasionou e ainda ocasionam “uma série de problemas de ordem política, social, econômica e ambiental às comunidades ribeirinhas que dependiam diretamente dos grandes rios para suas sobrevivências” (PEREIRA, 2013, p. 21-22). O camponês tem a sua territorialidade original destruída, pois a emigração se torna uma realidade frenética e imposta de fora pelos atores hegemônicos.

O processo descrito é senão uma verticalidade do modo de produção capitalista; marca a imposição de uma lógica hegemônica, cujas características nada têm a ver com a realidade local. Uma usina hidroelétrica é um objeto técnico projetado e executado por essa ordem *extra-lugar*, não tem compromisso moral, visa antes de tudo à maximização do processo de produção da mais-valia e não o bem-estar social. Por isso,

A ordem trazida pelos atores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma autorreferência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da humanidade (M. SANTOS, 2014a, p. 334).

Pela sua própria natureza, o espaço banal “agrupa horizontalidades e verticalidades” (M. SANTOS, 2013, p. 51). A horizontalidade carrega em si elementos de solidariedade, pois “enquanto conjunto de lugares contíguos, é o substrato dos processos da produção propriamente dita, da divisão territorial do trabalho”, já a verticalidade, por outro lado, “se associa aos processos da cooperação, cuja escala geográfica não raro ultrapassa a do processo direto da produção” (M. SANTOS, 2013, p. 51). Enquanto as horizontalidades comportam recortes inseparáveis, e abriga o processo direto de produção, as verticalidades “dão conta sobretudo dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo)” (M. SANTOS, 2013, p. 88). Os lugares são alvos de lógicas cada vez mais distantes de suas próprias vontades, isto se dá pelo domínio vertical da economia, repercutindo diretamente no uso do território por parte das grandes corporações. Essas características *desenraizadas e imperativas* das verticalidades fazem com que “A circulação”, para citar Milton Santos

(2014a, p. 327), se torna “mais criadora que a produção”. Quando uma usina hidroelétrica é implantada, o sistema de engenharia que integrará a sua produção ao restante do território já está desenvolvido e construído há bastante tempo. Assim,

Se outrora havia a necessidade de implantar sistemas de objetos que assegurassem a produção e, por conseguinte, seu escoamento para o estrangeiro, hoje os sistemas de engenharia devem garantir primeiro a circulação fluida dos produtos, para possibilitar a produção em escala comercial. É a circulação, em sentido amplo, que viabiliza a criação e a continuidade das áreas de produção (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 64).

Nesse tocante, o capital financeiro subsidia as grandes empresas a arquitetarem os mais diversos e proveitosos usos do território. O Brasil devido ao seu caráter subdesenvolvido possui uma grande dependência do mercado externo, baseada na exportação de uma grande parcela produtos primários. A energia elétrica se coloca como uma peça chave no processo de produção de grande parte dessas mercadorias, sobretudo dos itens que estão relacionados à mineração e à agroindústria. As grandes empresas buscam constantemente diminuir os custos de produção, pois a concorrência é uma lei natural do capitalismo, o que pressiona esses atores a estarem sempre reinventando os seus artifícios tecnológicos, e incentiva a busca por novas fontes de energia.

As grandes empresas construtoras de empreendimentos hidroenergéticos, em virtude do estágio atual do modo de produção, estão sujeitas à dinâmica do capital financeiro, que pode ter na maioria dos casos a sua origem fora do território nacional, sobretudo por meio das grandes instituições financeiras internacionais, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e demais instituições. O Brasil é vitimado por essa forma de acumulação rentista dos países centrais, haja vista o crescente volume de sua dívida externa, o que é característico do Imperialismo, pois este significa “O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os restantes” (Lênin, 2012, p. 89). Os bancos são os grandes responsáveis por essa dependência econômica dos países subdesenvolvidos em relação ao capital financeiro. Conforme asseverou Hilferding (1963, p. 9),

[...] a característica do capitalismo “Moderno” são aqueles processos de concentração que se manifestam, por um lado, na “abolição da livre concorrência” através da formação de cartéis e trusts, e, por outro lado, num relacionamento cada vez mais próximo entre capital bancário e industrial. Essa relação, precisamente, é a

causa de que capital, como será explicado mais tarde, assumir a forma de capital financeiro, que constitui sua manifestação mais abstrata e suprema.

Nessa conjuntura a divisão territorial do trabalho se acentua cada vez mais no Brasil, em virtude das condições impostas pela *estrutura-mundo*. A economia global tem por finalidade difundir e intensificar o processo de divisão do trabalho no âmbito internacional, buscando constantemente a *especialização produtiva* dos diversos países, o que influencia diretamente nas formas dos arranjos espaciais dentro dos territórios; desse modo, “O trabalho de cada país em particular torna-se parte do conjunto do trabalho social por meio da troca que se realiza no plano mundial” (BUKHARIN, 1988, p. 21). Sob o capitalismo a divisão internacional do trabalho teve sempre como suporte a exploração de uma ampla maioria de nações por uma minoritária parcela de países europeus. A crescente mecanização provocada pela revolução industrial contribuiu para que a divisão internacional do trabalho fosse “adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” (MARX, 2013, p. 523). Por isso,

A divisão internacional do trabalho coincide aqui com a divisão do trabalho entre os dois principais ramos do conjunto da produção social, a indústria e a agricultura, e constitui o que se chama de divisão geral do trabalho. É fácil convencer-se disso quando se examina a relação entre as regiões que produzem os produtos da indústria e as ligadas aos produtos da agricultura (BUKHARIN, 1988, p. 20).

A desigualdade dessa divisão internacional reside no fato de que os países de capitalismo avançado, a partir da revolução industrial, têm intensificado o processo de subjugação de suas antigas colônias ao ponto de estas mergulharem numa nova dependência, mesmo após as suas “independências”. “A exploração de outras partes do mundo, por meio do saque militar, do comércio desigual e do trabalho forçado, foi uma grande e indispensável condição de desenvolvimento do capitalismo europeu” (HOBSON, 1996, p. 33). Portanto,

A afirmação da revolução industrial na Europa, no final do séc. XIX, trouxe como resultado o reforço do pacto colonial. Os países subdesenvolvidos tornaram-se cada vez mais fornecedores de produtos agrícolas e de matérias-primas para os países industriais. Seu papel consistia principalmente em responder às necessidades destes (M. SANTOS, 2008, p. 92).

A princípio, apenas a Inglaterra passou pelo processo de revolução industrial, ainda no século XVIII, todavia, isso não impediu que a partir de meados do século XIX outros países como a Alemanha, França e Estados Unidos da América do Norte também fizessem suas respectivas revoluções industriais, de tal forma que “Esses países retardatários aproveitaram-

se dos avanços tecnológicos britânicos para queimar etapas e saltar degraus” (MORAES; FRANCO, 2000, p. 15). Naquele momento, as nações que passaram pela revolução industrial impuseram uma pena ainda mais dolorosa às suas colônias, pois diferentemente do mercantilismo, cuja busca era apenas por riquezas em territórios ainda não desbravados, o capital industrial, por outro lado, impôs novas regras a esse pacto colonial exploratório, a colônia a partir de agora executava “a dupla função de exportar matérias-primas e importar produtos manufaturados” (VITALE, 1982, p. 189). Por conseguinte,

A economia como um todo dos países de economia colonial tendia a crescer quando o Setor de Mercado Externo crescia, e tendia, inversamente, a decrescer quando esse setor entrava em crise. Era o setor dinâmico e dominante desses países, mas seu crescimento dependia, na verdade, de demanda externa, isto é, do crescimento dos países industrializados (P. SINGER, 2002, p. 150-151).

Na atualidade, os países subdesenvolvidos exercem funções bem claras no que diz respeito à divisão internacional do trabalho, ou seus territórios são utilizados para a produção agrícola e de matérias-primas, ou encontram-se inseridos num processo de industrialização subordinada, além de serem mercados dos países de centro. A partir do século XX países como o Brasil sofreu o processo de industrialização por substituição de importações, ocasionado pela crise dos países industriais iniciada em 1929 após a quebra da bolsa de Nova Iorque. Tal fato fez com que um país de economia primária, como o Brasil, tivesse suas fontes de receitas solapadas, haja vista que os mercados consumidores internacionais encontravam-se fechados e em resseção, assim, a maior fonte de receita do país, a exportação de café, foi drasticamente prejudicada; logo, o saldo da balança comercial não era suficiente para quitar os gastos provenientes das importações de produtos industrializados. Nesse momento, o país começou a se industrializar de forma sólida, pois ascendera ao topo “uma certa burguesia industrial, a qual passou a desfrutar de um mercado interno ‘protegido’ por efeito da própria crise” (P. SINGER, 2002, p. 118)<sup>47</sup>. A crise internacional, de certa forma, foi uma das molas propulsora para o fenômeno industrial efetivo no Brasil.

Todavia, um país como o Brasil não se viu livre por muito tempo das amarras da estrutura-mundo, períodos depois a dependência “ressurge pois sob diferentes formas – dependência tecnológica, financeira e, em certa medida, política” (P. SINGER, 2002, p. 170). A partir da década de 1950 uma nova lógica foi posta em prática pelos países de centro, uma vez que as economias das nações em desenvolvimento encontravam-se fechadas para muitos

---

<sup>47</sup> “Assim se estabelece um núcleo ativo de crescimento industrial, já não mais apêndice de uma estrutura agrário-comercial voltada para o exterior, mas autônomo e determinante da estrutura econômico-social, voltada para o mercado interno” (IANNI, 1963, p. 23).

produtos do mundo desenvolvido; entretanto, “Nada impedia que uma empresa estrangeira se estabelecesse no Brasil, por exemplo, para produzir e vender artigos que antes exportava do seu país de origem”, dessa forma, “A subsidiária estrangeira goza de toda proteção e dos eventuais subsídios que o Estado dá à indústria nacional, o que torna tais inversões bastante lucrativas” (P. SINGER, 2002, p. 119). Dessa forma, “Quando um capital é investido e funciona como capital num país ‘estrangeiro’ ele passa a beneficiar-se da ‘proteção’ aduaneira de que gozam os industriais do país” (BUKHARIN, 1988, p. 89). Por isso,

As multinacionais são portanto a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e a expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem simultaneamente três processos inter-relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos em nível internacional (A. U. OLIVEIRA, 2005c, p. 241-242).

Apesar de o desenvolvimento industrial ter alcançado algum nível considerável em muitos países da América Latina, as características básicas dessas economias ainda se mantiveram as mesmas, haja vista que a “tarefa de casa” do Imperialismo consiste sempre em “atrapalhar, frear e impedir o desenvolvimento dos países pouco evoluídos” (GHIOLDI, 1961, p. 71). Vive-se a égide do “domínio dos grandes monopólios industriais e financeiros sobre o mundo” (GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 26); em virtude disto, a divisão internacional do trabalho, como asseverou Aldana (1968, p. 105), “adquiriu o aspecto da distribuição do mundo entre nações adiantadas e países pobres, entre monopólios e nações dependentes, tudo isso imolado no altar da absorção monopolista e da opressão financeira de grandes riquezas da terra”.

O território brasileiro, ainda hoje, tem a sua organização pautada nos anseios dos países industriais, esse fato é herança do período colonial. O Imperialismo não é nada mais que “a política do capital financeiro” (BUKHARIN, 1988, p. 106); a sua história marca o desenvolvimento de uma dependência dos países subdesenvolvidos frente às nações de Primeiro Mundo. A Europa, os Estados Unidos e outras nações desenvolvidas veem os territórios dos países subdesenvolvidos como uma imensa reserva de capital, seja como fontes de matérias-primas e mão de obra barata ou mesmo como mercado consumidor. Por isso, o Imperialismo deve ser visto como “um projeto distintivamente político da parte dos atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares” (HARVEY, 2014, p. 31).

Um país de economia dependente como o Brasil sofre perenemente os efeitos das *inversões geográficas* promovidas pelos países de centro. Isso acarreta na formação de uma economia dual, “em que um setor de alta produtividade que produz para exportação coexiste com um setor de baixa produtividade que produz para o mercado interno” (H. W. SINGER, 1950, p. 233). Logo, os setores que destinam suas produções preferencialmente ao exterior, acabam por modernizar-se mais rapidamente em relação aos setores que produzem preferencialmente para o mercado interno; isso se deve, de acordo com H. W. Singer (1950, p. 233), ao fato de aqueles segmentos terem “frequentemente um alto grau de intensidade de capital, apoiada por uma ampla utilização de elementos tecnológicos estrangeiros”. O agronegócio brasileiro é um bom exemplo, esse ramo é palco da ação de inúmeras firmas internacionais que investem maciçamente em tecnologia, pois o foco é prioritariamente o mercado externo; o setor doméstico, por outro lado, é abastecido em grande porcentagem pela agricultura camponesa, ainda sedenta de recursos técnicos se comparada à agricultura patronal.

Geralmente, as frações mais desenvolvidas das economias dependentes possuem duas características básicas: a) apresentam ligações majoritárias com o setor primário da economia e b) funcionam como apêndices das economias dos países desenvolvidos. Essas particularidades se devem principalmente à divisão internacional do trabalho imposta pelo centro à periferia, de modo que as principais manufaturas ficam sob a responsabilidade das grandes potências, enquanto que o mundo subdesenvolvido se encarrega preferencialmente da produção de matérias-primas e de alimentos, “Economicamente falando, estes elementos seriam na realidade extensões das economias dos países inversionistas mais desenvolvidos” (H. W. SINGER, 1950, p. 235). Dessa forma, o capital investidor produz um contraste

[...] entre a apropriação monopolista externa dos recursos e meios econômicos fundamentais e o crescimento das forças produtivas nacionais. Nesse freio que a economia externa impõe à economia interna, esta última fica convertida em apêndice daquela, nos quadros de um estado de subordinação que torna impossível todo desenvolvimento autêntico (ALDANA, 1968, p. 106).

As inversões geográficas dão aos países inversionistas a “possibilidade de aumentar suas exportações de manufaturas e assim transferir sua população de ocupações de baixa produtividade para ocupações de alta produtividade” (H. W. SINGER, 1950, p. 243). Pode-se concluir que boa parte da produção nacional brasileira, por exemplo, está alicerçada numa forte dependência do mercado externo, sobretudo em relação aos países de centro; tal fato conduz imediatamente a um processo de primarização da economia nacional, sendo esta

voltada preferencialmente para a produção de matérias-primas e alimentos, cujo valor agregado se torna supérfluo em comparação com os produtos manufaturados importados dos países desenvolvidos. Essas atrocidades são impostas sob o pretexto de serem *vantagens comparativas*, o que na verdade condena os países subdesenvolvidos a uma eterna dependência por meio de inversões e de trocas desiguais. Assim,

Uma das consequências desse processo é que grande parte da mais-valia, produzida nos países não-desenvolvidos e que poderia ser usada para acumular capital neles e deste modo impulsionar sua industrialização, acaba sendo transferida mediante a troca desigual, para os países já industrializados. Desta maneira, o comércio mundial e o movimento internacional de capitais reitera e reforça os desníveis de desenvolvimento, ao transferir valor dos países mais pobres aos mais ricos (P. SINGER, 2002, p. 128-129).

Em virtude do que já foi mencionado, pode-se afirmar que a energia elétrica assume um papel crucial na nova tessitura internacional em que se encontra inserido o Brasil. Os produtos primários e semimanufaturados, como o alumínio, por exemplo, necessita do dispêndio de muita energia em seu processo de produção. O mercado internacional ideologicamente planejado pelos países de centro atribui a países como o Brasil a vantagem comparativa no que diz respeito à produção de matérias-primas, sobretudo as de origem mineral, deriva daí a natureza das grandes usinas hidroelétricas. Aos Estados subdesenvolvidos impõe-se uma necessidade constante do aumento da produção e da produtividade, já que “A capacidade de exportação repousa na capacidade de produção do país” (M. SANTOS, 2008, p. 11); mas produção de quê? No caso das nações subdesenvolvidas, a produção primária. Atualmente, praticamente não existe produção que se dê sem o uso de energia elétrica; em virtude disso o território passa a ser arena de interesses dos diferentes grupos ligados à produção para exportação; as empresas produtoras de minérios e derivados são as mesmas responsáveis pela construção e operação dos grandes projetos hidroelétricos no Brasil; juntas estas corporações formam verdadeiros *cartéis hidroenergéticos*, que têm por finalidade última a exploração das riquezas do mundo subdesenvolvido.

### **3.2 A UHE Estreito, uma Construção do e para o Capital**

Atualmente, quanto mais a divisão internacional do trabalho pressiona os países periféricos a uma fragmentação, mais a divisão em âmbito interno se acentua. No Brasil, a produção de energia elétrica encontra-se numa frente em direção à Amazônia Legal por meio da difusão da hidroeletricidade. Inúmeros projetos já foram executados, que ocasionaram

diversos problemas de ordem econômica, social e ambiental, todavia, cabe salientar que muitos dos empreendimentos ainda não saíram do papel, como demonstrou Philip M. Fearnside (2015a; 2015b). A Amazônia brasileira é por assim dizer, a última *frente da hidroeletricidade* no Brasil. O que não limita a análise apenas ao espaço territorial brasileiro, haja vista que “o Brasil é o financiador e construtor de muitas barragens em países vizinhos” (FEARNSIDE, 2015a, p. 10); só na Amazônia peruana, por exemplo, o governo brasileiro projeta 5 novas barragens, ambas se consolidadas serão financiadas por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)<sup>48</sup>; estes empreendimentos muito embora futuramente localizados no território peruano têm por finalidade o fornecimento de energia para o Brasil (FEARNSIDE, 2015a).

A maior virtualidade da Amazônia Legal é sem dúvida a sua inestimável quantidade de recursos socionaturais, que podem ser perfeitamente utilizados de acordo com a lógica mercadológica do modo de produção burguês, amparada por incentivos e políticas territoriais do Estado que visam “integrar” a Amazônia ao restante “nação”. Estas políticas passaram a ter relevo a partir da década de 1960, na égide da ditadura militar, sob o pretexto de garantia da soberania nacional (COSTA, 1988; A. U. OLIVEIRA, 1991; SENRA, 2009).

O rio Tocantins vem se enquadrando materialmente dentro da política energética nacional desde as últimas décadas do século passado; a primeira usina de grande porte instalada em seu curso foi a de Tucuruí, implantada em 1984 ainda na ditadura militar, localizada no estado do Pará. De lá para cá o rio vem se tornando um verdadeiro *campo de reservatórios*, pois só no estado do Tocantins são quatro usinas hidroelétricas implantadas e em pleno funcionamento; desse modo, o espaço territorial do estado acaba por se tornar um dado cada vez mais técnico, sobretudo pelo alto grau de cientificidade desses objetos técnicos, planejados indubitavelmente para a economia capitalista. Em virtude disto, uma nova geografia é criada através do uso do território promovido pelos atores hegemônicos da hidroenergia.

O território enquanto base das ações pelas quais a sociedade justifica o seu modo de produção, não necessariamente precisa ter o mesmo uso ao longo do tempo histórico. Um rio como o Tocantins foi utilizado nos séculos do Brasil colônia e imperial essencialmente para os fins de navegação. Por outro lado, as populações camponesas ribeirinhas, seja hoje ou no passado, condicionam o seu uso à manutenção da vida material, sobretudo devido à oferta de

---

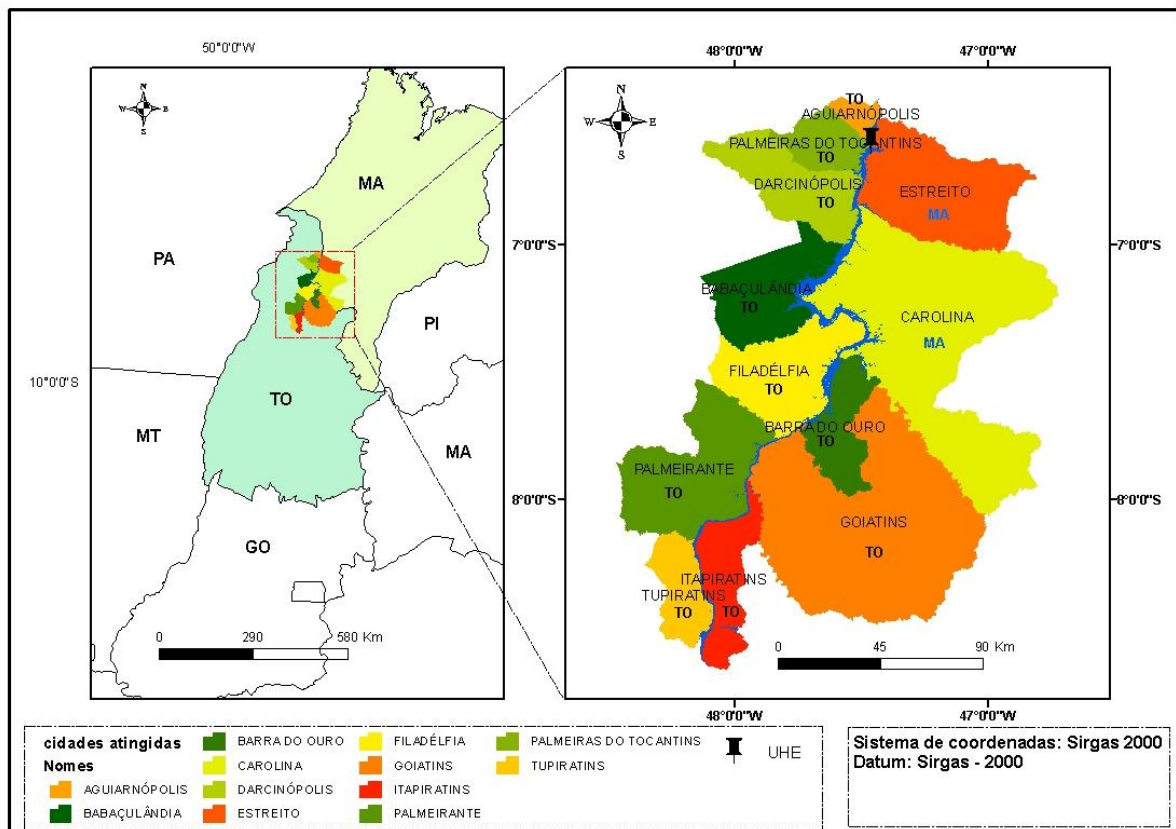
<sup>48</sup> Todos esses novos empreendimentos hidroenergéticos na Amazônia só existem graças às políticas públicas que viabilizam as suas territorializações por meio de financiamentos e legislações, da mesma forma como acontece com o agronegócio, analisado por Roberto de Souza Santos (2014; 2015).



peixes e/ou através da agricultura de várzeas proporcionada pelo ciclo de suas águas. Já os atores hegemônicos da economia atual têm o rio como um recurso inquestionável a serviço da produção elétrica nacional. Assim, “De acordo com as épocas e com as técnicas, um mesmo recurso oferece possibilidades diferentes de utilização”, por isso é “possível haver pluralidade de utilizações de um mesmo recurso ou concorrência para o seu uso” (DOLLFUS, 1991, p. 38). O contraste que uma usina hidroelétrica proporciona se deve ao fato de o território usado ser um palimpsesto, pois a matéria modificada no passado pelas comunidades camponesas assume novas formas sob a difusão das técnicas sofisticadas e mercantis dos atores hegemônicos e, desse modo, a geografia do lugar sofre um processo de recriação a partir dos conflitos gerados pelas diferentes formas de apropriação do território.

A Usina Hidroelétrica de Estreito está localizada no médio curso do rio Tocantins, na divisa dos estados do Tocantins e do Maranhão, entre os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO); o reservatório deste empreendimento atingiu diretamente um grupo de doze municípios: Estreito e Carolina, no Maranhão, além de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no Tocantins (Mapa 1).

**Mapa 1:** Localização da UHE Estreito e os Municípios Atingidos



Fonte: SEPLAN-TO

Organização: Marcelo Pereira

Em 2001, ano da elaboração do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), o orçamento da usina era estimado em R\$ 2,3 bilhões; além disso, estava “projetada para uma potência total de 1.109,7 MW, com um reservatório de 590 km<sup>2</sup> de superfície, sendo 434 km<sup>2</sup> de terras inundadas e de 5.400 x 10<sup>6</sup> m<sup>3</sup> de volume de água”, e energia firme estimada em “587,3 MWh” (CNEC, 2001, p. 2). Hoje, sabe-se que a capacidade da barragem é de 1.087 MW e que a sua energia firme é de 584,9 MWh<sup>49</sup>; já as áreas inundadas totalizam 400 km<sup>2</sup>. As informações técnicas atuais do empreendimento estão disponíveis no sítio do CESTE na internet<sup>50</sup>.

Todavia, a única previsão distorcida foi a dos custos do empreendimento, pois estes saltaram de 2,3 bilhões aproximados, para mais de 3,6 bilhões, segundo estimativas realizadas ainda no ano de 2008<sup>51</sup>. Esse fato, sem dúvida, apenas comprometeu os cofres públicos, pois grandes empreendimentos como este são em partes financiados pelos bancos públicos de fomento à economia capitalista, cujo maior expoente no Brasil é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em aspectos históricos, a usina foi licitada e concessionada no ano de 2002; o consórcio vencedor era composto pelas empresas Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE), Alcoa Alumínio S.A., Billiton Metais S.A. (atual BHP Billiton Metais), Camargo Corrêa Energia Ltda. e Suez Energy South America Participações Ltda.

Todas estas firmas têm os seus centros de decisões localizados na região concentrada do Brasil, principalmente no Sudeste; o que evidencia uma *ordem distante* influenciando diretamente na dinâmica geográfica de outra região, além disso, quatro dessas firmas são de capital estrangeiro (transnacionais). Por fim, a quase totalidade dessas empresas dedica-se ao ramo da mineração, tendo com plataforma de atuação o território nacional, atividade esta que demanda da oferta de bastante energia elétrica. Na economia de mercado nada ocorre por acaso, a premeditação é uma das virtudes econômica das grandes firmas, o que repercute diretamente no uso hegemônico do território nacional, que acaba por excluir os mais pobres. Na verdade, esses grandes *sindicatos de empresas* necessitam apenas do apoio estatal para promoverem suas ações; na verdade, “o Estado moderno é apenas uma união patronal, tendo em seu leme os mesmos homens que se acham na direção das filiais de sindicatos de bancos” (BUKHARIN, 1988, p. 147). A tendência do capitalismo é tentar “fazer desaparecer as

<sup>49</sup> Energia firme é a produção máxima alcançada por uma hidroelétrica num determinado período considerado crítico, ou seja, quando a vazão diminui em decorrência da estiagem.

<sup>50</sup> Informações disponíveis em <<http://uhe-estrito.com.br/o-empendimento/a-usina.html>>. Acesso: 24/06/2018.

<sup>51</sup> Informações disponíveis em <<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20081231/estrito-nome/12495>>. Acesso: 24/06/2018.

fronteiras que separavam o público do privado, porque no capitalismo monopolista o Estado é simultaneamente público e privado. É público porque se transformou no capital geral; é privado porque é atuando na sua esfera particular que realiza sua produção” (OLIVEIRA, 2005b, p. 315). David Harvey é mais profundo historicamente, e assevera que “A ascensão do capitalismo foi acompanhada – em alguns aspectos precedida – pela criação e transformação das instituições e funções estatais, satisfazendo as necessidades específicas do capitalismo” (HARVEY, 2005, p. 93). Na Amazônia, a finalidade principal da produção de energia elétrica não é o consumo do homem simples, mas sim a manutenção do fornecimento às grandes firmas produtoras de minérios e derivados, bem como ao restante da indústria nacional.

A UHE Estreito (Imagem 1) de longe se figura como uma *paisagem derivada*, já que a sua natureza jurídica, política e econômica não se fundamentam no cotidiano local, mas sim na vontade de atores, cujas origens ninguém sabe ao certo. A natureza física é o que ainda de mais forte resta da ordem local, o funcionamento desse empreendimento depende agora da vontade, das necessidades e dos comandos advindos de fora.

**Imagem 1:** Usina Hidroelétrica de Estreito



**Fonte:** <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/estado/desapropriados-de-%C3%A1reas-da-usina-de-estreito-ser%C3%A3o-indenizados-1.991647>>. Acesso: 01/12/2018.

O homem comum perde a autonomia sobre os processos de modificação do habitat e, dessa forma, “A indústria isola o homem da natureza porque ela se encarrega da relação homem-natureza” (SIMONDON, 2014, p. 147); esta mesma indústria modifica a geografia das regiões sem compromisso local, criando as *paisagens derivadas* de que fala Max Sorre apud M. Santos (2012). Assim,

Será que se pode, ainda hoje, admitir que as construções humanas, tal qual se apresentam na face do planeta, resultam de uma interação entre ‘um’ grupo humano e “seu” meio geográfico? Max Sorre já havia respondido a essa pergunta quando falava em “paisagens derivadas”. Essas paisagens dos países subdesenvolvidos, na verdade, são derivadas das necessidades da economia dos países industriais onde finalmente se encontra a decisão. As relações mantidas entre os grupos humanos e suas bases geográficas não dependem de tais grupos (M. SANTOS, 2012, p. 39).

Com a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o seu consequente Relatório de Impacto Ambiental, pôde-se escolher por meio de fatores estritamente físicos o local mais adequado à implantação da barragem; outra vez a sociedade não foi levada em consideração, mas apenas as oportunidades que o meio poderia oferecer; para os atores hegemônicos “o que mais importa na Amazônia é não a sociedade, mas sim o território” (GONÇALVES, 2008, p. 29). Em função disso, diz o documento que, devido à largueza do canal e às condições de ombreiras, “a pesquisa dos locais foi direcionada para trecho a montante da cidade de Estreito, evitando interferência direta do reservatório sobre as áreas baixas do núcleo urbano e a relocação de pontes e ferrovias existentes” (CNEC, 2001, p. 38). A área mais estreita do rio naquela região é escavada sobre rocha basáltica, o que facilita a construção de barramentos, ao contrário do que ocorre em espaços formados por rochas areníticas; sendo assim, não foi a população atingida pelo reservatório a maior beneficiária, mas os empreendedores que, querendo ou não, pouparam gastos eventuais por não terem escolhido um lugar menos favorável fisicamente.

De acordo com os empreendedores:

A ocorrência de rocha basáltica nas ombreiras direita e esquerda indica a possibilidade de sua utilização como fonte de material pétreo, tanto para o enrocamento das ensecadeiras, quanto para brita do concreto das estruturas. Jazidas de areia são abundantes na região, tanto a montante quanto a jusante do eixo, não sendo também descartada a exploração no leito do rio, como ocorre atualmente. (CNEC, 2001, p. 42).

Novamente vem à tona a necessidade de ver o território não em si, mas através dos usos que lhes são dados; os recursos de um território são, enquanto durarem, alvos de uma política, talvez por isso Carlo Walter Porto Gonçalves (2008, p. 25), tenha afirmado que “a Amazônia nunca é o presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos reais e imaginários”. De acordo com o EIA/RIMA da UHE Estreito, havia ainda outras duas opções que poderiam ter sido escolhidas para a implantação do empreendimento, ambas à montante do local selecionado, todavia, devido aos estudos físicos realizados nestes locais verificou-se que estas alternativas possuíam inúmeras deficiências do ponto de vista

ambiental o que levaria à produção de ônus financeiros ao consórcio. Assim, as opções 2 e 3 à montante foram rejeitas pelo grupo empreendedor, de modo que,

Tendo em vista uma melhor condição de arranjo, uma geologia favorável, a ocorrência de material de empréstimo e o menor custo de implantação, foi escolhida a Alternativa 1 de localização do eixo do barramento da UHE Estreito. Do ponto de vista ambiental, esta alternativa também se apresenta como mais vantajosa por gerar menor volume de material de empréstimo e bota-fora (CNEC, 2001, p. 44).

Após a concessão ao consórcio, houve momentos reservados às audiências públicas, no período compreendido entre os anos 2004 e 2005, realizadas nos municípios de Estreito e Carolina, no Maranhão, e em Babaçulândia, Filadélfia e Aguiarnópolis, no Tocantins. Também em 2005 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a Licença Ambiental Prévia atestando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito. Todavia, é somente no ano de 2006 que a Licença de Instalação é concedida pelo IBAMA, essa medida autorizava, de fato, o início das obras. Em fevereiro de 2007 é iniciado o processo de implantação do canteiro de obras, e em junho daquele mesmo ano inicia-se a construção da UHE Estreito. O desvio do rio Tocantins foi realizado em 2009, possibilitando a construção do barramento no ano seguinte. Em novembro de 2010 o IBAMA emite a Licença de Operação que autorizava o início do enchimento do reservatório, e no mês seguinte as comportas do vertedouro são fechadas, dando início à formação da represa.

Em abril de 2011 a usina começa a produzir energia por meio do funcionamento da primeira unidade geradora, já no mês seguinte é concluído o enchimento total do reservatório. Em julho daquele mesmo ano entra em operação comercial a segunda unidade geradora; todavia, é somente em outubro de 2012 que a UHE Estreito é oficialmente inaugurada, contando com a presença da então Presidenta da República Dilma Rousseff, que na época acionou “simbolicamente” a oitava unidade geradora que compunha a hidroelétrica. A partir desses eventos uma nova roupagem é dada à configuração territorial da região, o que repercute diretamente na vida das pessoas, ou melhor, nas antigas formas de cotidiano.

A energia produzida pela usina é “incorporada aos Sistemas Norte/Nordeste e Norte/Sul/Sudeste, por intermédio da rede básica do sistema interligado” (CNEC, 2001, p. 2). A Linha de Transmissão “LT 500 kV SE – ESTREITO / SE IMPERATRIZ” é responsável pela interligação entre as duas cidades maranhenses (Estreito/Imperatriz), com extensão de 140,4 km e 1 (uma) Subestação de Energia de 500 kV na área da Usina Hidroelétrica de Estreito. Essa lógica de integração do território por meio de sistemas técnicos é típico da globalização; o meio técnico-científico-internacional se expande consideravelmente pelo país,

e à medida que os lugares se especializam acabam por criar uma nova geografia local, de modo que “as infra-estruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção: dependem também do seu destino, o que obriga a levar em conta os processos da circulação”, ou seja, “as infra-estruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar” (M. SANTOS, 2013, p. 61).

A divisão territorial do trabalho assume papel importantíssimo na formação dos novos quadros regionais; essa fragmentação é posta em prática por meio da ação dos grandes atores geopolíticos, que tendem a ver território como um valor inestimável à economia de mercado. Dessa forma, “A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições” (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21). Essa hierarquia criada pela divisão do trabalho no território é contraditória, pois de um lado une os lugares por meio da solidariedade na produção, circulação, distribuição e consumo, ao mesmo tempo em que cria uma série de regiões, cujas dinâmicas dependem de comandos exteriores e às vezes antagônicos às suas vontades. Por isso admitiu Milton Santos (1991, p. 8), que “o tempo que está em todos os lugares é o tempo das metrópoles, que transmitem a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais”.

Cada subespaço pode estar tendenciosamente condicionado à lógica da produção capitalista, a fragmentação é uma das maiores virtudes da produção; os lugares se especializam e dialogam entre si por meio das redes geográficas, que formam um verdadeiro emaranhado no território. Nessas circunstâncias o consumo e a produção podem estar espacialmente separados, de modo que “Nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local” (M. SANTOS, 2013, p. 61). Assim, a energia da UHE Estreito não tem sua produção diretamente determinada pela dinâmica socioeconômica da região onde está localizada; ela, entretanto, devido aos grandes avanços da técnica atende às demandas de espaços longínquos. Assim, “Já não podemos falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todo os tipos, intensidades e direções, temos de falar de circuitos espaciais da produção” (M. SANTOS, 2014c, p. 55-56).

Em meio à guerra entre os lugares, a cidade de Estreito levou a melhor sobre Aguiarnópolis, haja vista que a subestação ficara localizada em seu espaço territorial, talvez mais por questões logísticas do que por fatores de atratividade fiscal, uma vez que a interligação ao sistema nacional dar-se-ia de forma mais eficiente através dos ramais

existentes entre Estreito e Imperatriz, ambas no Maranhão. Assim, o território usado exerce uma influência quase que decisiva no contexto da implantação da UHE Estreito; as velhas infraestruturas vão se juntando às novas em uma trama, cujo conteúdo principal é formação de verdadeiros sistemas de objetos que coabitam juntamente com os sistemas de ações. A organização preexistente subsidia ou contesta as novas ordens impostas aos lugares, esse caráter do espaço lhe dá a atribuição de uma instância social, determinante e determinada, receptora e promotora do movimento social.

O estado do Tocantins teve um número maior de municípios atingidos pela formação do reservatório, dos 43.532 mil hectares inundados quase 60% está localizado no território tocantinense. A usina que fora planejada ainda na década de 1970 promoveu um imenso processo de desapropriação; segundo o consócio cerca de 1287 famílias teriam sido atingidas, sendo 1019 rurais e 268 urbanas, totalizando uma população de 5937 habitantes que se dividiam em 4789 rurais e 1148 urbanos. Todavia, Patrícia Rocha Chaves em seu estudo produzido ainda no ano de 2009 sobre os futuros impactos da hidroelétrica naquela região, alega que os dados dos empreendedores nunca condiziam com os resultados empíricos verificados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), este organismo estimava que a usina “atingiria”, na verdade, aproximadamente 5000 famílias; tal fato, segundo a autora, “mostra que a empresa visivelmente está desconsiderando o problema social acarretado pelo empreendimento” (CHAVES, 2009, p. 132). Esse “desconhecimento” proposital por parte dos atores se justifica pelo fato de ele proporcionar o barateamento dos custos relacionados aos processos indenizatórios (CHAVES, 2009, SIEBEN, 2012; PEREIRA, 2013).

A hidroelétrica promoveu a perda de autonomia dos sujeitos em sua parcela territorial, essa ordem distante fortalece a criação de um sentimento de impotência e insegurança dos homens comuns frente às grandes firmas. As firmas hegemônicas usam o território de forma despótica e sem compromisso social, por isso o conflito é uma das marcas principais da atualidade, Assim,

A lógica do grande capital do setor elétrico, que parece ter estacionado no tempo e no espaço no que diz respeito à apropriação de um território para a exploração hídrica, é justamente a que consiste em realocar as comunidades situadas nas áreas sujeitas a submersão por enchimento do reservatório para lugares cada vez mais distantes de suas origens, à beira do rio, como se esses grupos de atingidos pela implantação das usinas hidrelétricas fossem objetos inanimados, a-históricos e a-culturais e, por conseguinte, não mantivessem nenhum tipo de vínculo com seus antigos territórios hídricos (PEREIRA, 2013, p. 23).

Esse descompromisso não é involuntário, é antes uma condição para que a produção de mais-valia se estenda por todo o território de forma eficaz; extensões outrora utilizadas de formas tradicionais são transformadas em elementos da reprodução ampliada do capital. Todavia, parafraseando Carlos Walter Porto Gonçalves, os atores hegemônicos não podem simplesmente “revogar a lei da gravidade” (2008, p. 52), por isso as populações originárias entram em conflito com as firmas e instituições, é devido principalmente à imprevisibilidade de seus destinos. As indenizações não compensam a grande maioria do que foi deixado para trás, daí a sensação de impotência. As terras férteis, as plantações, as construções, os riachos, as florestas e o apego, não podem ser transportados para outro lugar. Os atores da hidroeletricidade utilizam o território mediante o assassinato de outras formas de cooperação, aquelas mais tradicionais como as dos camponeses, pescadores, barqueiros e indígenas.

A UHE Estreito, assim como os inúmeros empreendimentos capitalistas Brasil a fora, tem sua gênese associada à espoliação das populações menos assistidas pelo Estado. As indenizações são uma forma de amortecer os impactos do antagonismo entre as classes sociais envolvidas na problemática. Na usina em questão o processo de negociação das indenizações foi conduzido de forma individual, ou seja, o consórcio achou por bem negociar individualmente com cada proprietário atingido; o EIA/RIMA deixa isso bem claro quando previa “que as indenizações obedecerão rito no qual o empreendedor procurará privilegiar mecanismos visando a negociação direta com os proprietários dos imóveis a serem atingidos” (CNEC, 2001, p. 88). Essa escolha visou, principalmente, ao desmonte de qualquer organização que pudesse aumentar os custos dos empreendedores com despesas indenizatórias, caso os atingidos fossem associados em grupos organizados ocorreria o aumento considerável do poder de resistência e de barganha.

O que é deixado para trás não são apenas valores econômicos, mas também aquilo que os novos territórios não poderão suprir por inteiro; existem outros aspectos da vida que não podem ser atribuído valor econômico, ou pelo menos não estão à venda. Para Marcelo Divino Ribeiro Pereira (2013, p. 35),

Parece não haver uma compreensão, por parte das empresas construtoras de obras hidráulicas no rio Tocantins, pois, não se trata simplesmente de, mediante uma indenização financeira, querer acoplar todos os prejuízos que a implantação das grandes hidrelétricas tem provocado nas mais variadas comunidades, já que o deslocamento compulsório, ao qual estão submissas, por mais “justo” que possa ser, tem sido responsável por um quadro de perda de identidade cultural, social e principalmente econômica de um número sempre crescente de famílias inteiras, que são vítimas da implantação dos empreendimentos hídricos de envergadura.



A precariedade em que são mergulhados muitos sujeitos se deve também ao fato de muitas populações não terem sido inclusas no rol de atingidos pela usina. As indenizações partiram do pressuposto de que o beneficiário deveria possuir títulos imobiliários e posses que lhes comprovassem “vínculo” com a área atingida, o que “excluiu desse processo compensatório os pescadores, barraqueiros e parcialmente os barqueiros, que há décadas mantinham uma estreita relação com o rio Tocantins” (PEREIRA, 2013, p. 49). Muitos atingidos que não foram beneficiados pelas políticas de indenizações tiveram que mudar de profissão, já que o imenso reservatório pôs fim às inúmeras atividades econômicas existentes anteriormente (pesca abundante, transporte por barcos, comércio em tempos de praias etc); cria-se, na verdade, um processo de “desestabilização socioeconômica”, para usar a linguagem de Pereira (2013, p. 58).

Quanto mais se economiza com os gastos de compensações, mais a renda auferida se torna significativa para os atores da economia. Aqueles que não puderam receber indenizações e deixaram de tirar o seu sustento da antiga dinâmica econômica da região sucumbiram, pois, no fundo, a UHE Estreito produziu um processo de *acumulação primitiva*, haja vista que os sujeitos sociais que tiveram os seus meios de produção açambarcados não necessariamente continuaram a ser autônomos no que diz respeito à produção, já que “alguns estão trabalhando atualmente como atendentes de lojas, ajudante de pedreiro, moto táxi, capinando lotes” (PEREIRA, 2013, p. 58). O rio era, por assim dizer, um *meio de produção coletivo*, era a base para que muitas atividades econômicas pudessem ser desenvolvidas de modo a garantir a manutenção da vida material daquela população. Quando o consórcio pôs fim à velha dinâmica, ele também contribuiu para que muitos sujeitos deixassem de ser verdadeiramente ribeirinhos, uma vez que a pouca fertilidade do reservatório e a inundação das terras de várzeas promoveu o declínio da produção regional. Esses sujeitos agora, em muitos casos, só têm a força de trabalho para vender; a liberdade de pescar, de cultivar e de executar outras atividades econômicas ligadas ao rio já não faz mais parte da nova e maléfica realidade dos atingidos.

Logo, pode-se concluir que a velha assertiva de Rosa Luxemburgo (1970), de que o modo de produção capitalista tende a fortalecer o processo de acumulação do capital mediante a acumulação primitiva, ou seja, atacando e destruindo tudo aquilo que é não-capitalista, se aplica coerentemente na contemporaneidade; David Harvey chama atualmente esse processo de *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2014). Parcelas territoriais que ainda não receberam formas de uso vinculadas ao modo de produção burguês devem ser continuamente anexadas ao processo de acumulação de capital, nem que para isso o Estado da classe

dominante tenha que utilizar de seus aparelhos repressivos, foi exatamente o que ocorrera no caso da UHE Estreito. Na acumulação originária do capitalismo analisada por Marx no livro primeiro d'O Capital, o objetivo era expandir o capitalismo sobre o campo, concomitante ao processo de expropriação de populações camponesas, úteis para a formação da massa trabalhadora da grande industriais em formação; na atualidade ela não se diferencia muito do passado; entretanto, o maior objetivo agora é promover a rapina dos recursos territoriais que estão sob a custódia de populações seculares, e transformá-los em meios de produção para o capital, o reservatório da UHE Estreito é a grande marca desse processo, que de uma forma ou de outra, expressa o subdesenvolvimento.

Estamos tratando, portanto, com um processo duplo, e os lados do mesmo devem ser combinados para que possamos compreender a gênese e o subsequente autodesenvolvimento do capital. Em outras palavras, a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através da produção de mais-valia não são apenas fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *convergentes*. Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção (MANDEL, 1985, p. 30)<sup>52</sup>.

É nesse quadro contraditório que a UHE Estreito radicaliza a geografia de uma região antes regida por um *acontecer complementar*<sup>53</sup>, um lugar cujos fluxos econômicos ainda estavam baseados na agricultura camponesa, na pesca e nos serviços auxiliares de transporte fluvial artesanal, com uma forte solidariedade entre cidade e campo. Os argumentos do grupo empreendedor para a construção da barragem são movidos por razões econômicas unicamente; para o capitalismo tudo o que importa é “desenvolvimento econômico”; mas desenvolvimento para quem? De acordo com o consórcio,

[...] o Brasil detém todas as condições para iniciar um novo ciclo de expansão ao longo desta década, com a taxa de inflação convergindo para patamares internacionais, os juros domésticos em queda e a dívida pública e o déficit em conta corrente assumindo trajetórias declinantes como percentagem do PIB. Perspectivas de crescimento como estas não ocorrem desde a época áurea dos anos 70, quando as reformas de 1964/1967 geraram, em um contexto externo favorável, bases para a expansão observada no período do “milagre brasileiro” (CNEC, 2001, p. 17).

<sup>52</sup> Os países subdesenvolvidos estão mais sujeitos a esses mecanismos, pois “Embora esse processo de acumulação primitiva já pressuponha a existência do modo de produção capitalista, ao contrário do processo histórico de acumulação primitiva de capital, descrito por Marx, e embora seu papel nos países capitalistas já industrializados seja insignificante, ele é, apesar disso, de importância considerável nos países coloniais e semicoloniais – os chamados países ‘em desenvolvimento’. Em geral, nessas áreas, o processo permanece ainda, quantitativamente e qualitativamente, mais decisivo para a estrutura social e o desenvolvimento econômico do que a criação de mais-valia no decorrer do processo de produção” (MANDEL, 1985, p. 30).

<sup>53</sup> “O acontecer complementar é aquele das relações entre cidade e campo e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas da produção e do intercâmbio geograficamente próximo” (SANTOS, 2014a, p. 166-167).

O CESTE tem o cinismo de se referir ao período do “milagre econômico” como se este tivesse sido, de alguma forma, benéfico para a maioria das pessoas. Já é por demais sabido que naquele período houve forte repressão por parte da ditadura militar às organizações sindicais e a qualquer outra forma de cooperação que visasse à coalização entre operários e patrões, logo, o caminho ficou aberto para as mais diversas atrocidades no cenário econômico, esse foi justamente um período de baixas salariais, que inversamente produziram o aumento das taxas de lucro. Portanto, o “milagre” não foi outra coisa que o “sacrifício” da classe trabalhadora. O “crescimento” em que se baseia a análise do consórcio nada mais foi do que o crescimento da taxa de lucros, possível graças ao aumento dos níveis de exploração da força de trabalho.

O grupo afirma tacitamente que “A opção pelas usinas hidrelétricas foi a trajetória tecnológica escolhida pelo país em razão da ampla disponibilidade de potenciais hidráulicos, a custos não excessivamente elevados e, sobretudo, em razão da falta de disponibilidade nacional de combustíveis fósseis” (CNEC, 2001, p. 28); isso não passa de um discurso falacioso já impregnado na retórica das grandes empresas e dos atores políticos. O Brasil pelas suas dimensões continentais abriga um potencial energético que vai muito além da exposição feita pelo consórcio; o seu vasto litoral e os altos níveis de insolação na área intertropical poderiam ser perfeitamente aproveitados para a produção de energia elétrica baseada nas matrizes eólica e solar. Os empreendedores chegam a afirmar que “a alternativa hidrelétrica ainda é a mais atrativa, tanto dos pontos de vista técnico e econômico, como estratégico e ambiental” (CNEC, 2001, p. 31), mas “O cinismo está nas coisas, não nas palavras que as exprimem” (MARX, 2009, p.64); como pode um empreendimento que inunda milhares hectares de terras, que produz um processo de poluição atmosférica e contaminação da água ser mais atrativo que as demais matrizes energéticas, seja econômico, ambiental ou tecnicamente? A resposta é a sua viabilidade econômica para os atores hegemônicos.

Esse fato conduz a uma outra contradição, a do ônus social e bônus empresarial, ou seja, quando a sociedade ganha, obviamente as empresas perdem, como acontece nos casos do emprego das matrizes energéticas eólica e solar, haja vista que o investimento nestas fontes podem trazer um retorno gradual ao longo do tempo bem maior do que o de usinas hidroelétricas, todavia, neste caso não há garantias de que as empreiteiras tenham grandes obras para executar, e assim girar os seus respectivos capitais. O processo de construção de uma usina hidroelétrica envolve gastos significativos e um volume de capital variável extremamente relevante, o que, em outras palavras, quer dizer que o número de pessoas

empregadas nos canteiros de obras condiciona o processo de acumulação do capital, mesmo antes de a usina ser inaugurada.

Portanto, as usinas hidroelétricas não podem ser consideradas como elementos viáveis do ponto de vista econômico, nem muito menos ambiental. Uma prova de que esses empreendimentos são maléficos ao meio ambiente é o estudo de Philip M. Fearnside (2015a, p. 24), já que:

O reservatório é como uma banheira, onde a tampa é retirada do ralo e a água drena do fundo, em vez de transbordar da parte superior, como no caso de um lago. Como a água que sai das turbinas vem da camada aprisionada abaixo da termoclina e está com alta concentração de metano, a diferença com a pequena concentração no ar é muito grande e boa parte do metano é rapidamente liberada para a atmosfera logo abaixo das turbinas.

Se realmente o EIA/RIMA estivesse correto, a UHE Estreito não teria causado tantos danos sociais e ambientais. A mortandade de peixes à jusante da barragem é também outro ponto de degradação ambiental (Imagem 2), além disso, mostra o quanto essa forma de se produzir energia elétrica vem se tornando antiquada. Se por um lado contribui para o fortalecimento da economia em aspectos gerais, por outro ajuda a manter padrões ultrapassados de relações da sociedade com a natureza, seriam estes vetores de uma *modernização conservadora do território*.

**Imagem 2:** Peixes Mortos após o Enchimento do Reservatório da UHE Estreito



**Fonte:** Colônia de Pescadores de Babaçulândia (Z-15).

Os peixes do rio Tocantins acabaram mortos devido à modificação ocorrida na dinâmica ecológica da região. A desoxidação da água é fato corriqueiro no processo de formação de reservatórios de usinas hidroelétricas; Fearnside analisando a hidroelétrica de

Balbina, no estado do Amazonas, verificou que após o enchimento da represa “a água liberada pelos vertedouros e turbinas era praticamente destituída de oxigênio, provocando a mortandade de peixes no rio à jusante”, nesse caso, “a falta de oxigênio, também, inibe o reestabelecimento das populações de peixes” (FEARNSIDE, 2015a, p. 18). Como a natureza é regida por leis gerais, esse caso emblemático também se aplicou perfeitamente à UHE Estreito, haja vista o imenso volume de peixes mortos após o enchimento do reservatório (Imagem 2). Outra vez os maiores atingidos foram as populações ribeirinhas que dependiam da pesca para garantir o auto sustento e/ou fornecimento ao mercado local.

Outro fator que pode ser admitido como atenuante no que diz respeito à mortandade de peixes, é o período de enchimento do reservatório; nessa fase, a vazão é controlada para que o barramento atinja os níveis aceitáveis para a produção; o consórcio diz que:

Durante a fase de enchimento, parte das vazões afluentes está alocada na formação do reservatório, devendo ser mantida uma vazão mínima a jusante garantindo, entre outras finalidades, a qualidade e o abastecimento de água às comunidades situadas a jusante do Empreendimento (CNEC, 2001, p. 53).

Todavia, o padrão de escoamento nesse período baseou-se em médias históricas de vazão do rio Tocantins, o que não condiz com as médias individuais de cada estação, tal fato prejudica em partes a adaptação da fauna aquática. A *Piracema*, período de reprodução dos peixes, ocorre durante os meses chuvosos da região; portanto, a utilização de médias históricas jamais poderiam suprir as necessidades de água por parte dos cardumes que migram durante o período. Acredita-se que tal metodologia tenha contribuído assiduamente para o processo de mortandade dos peixes à jusante da UHE Estreito. O período de reprodução dos peixes (novembro a fevereiro, normalmente), coincidiu com o processo de enchimento da barragem (dezembro de 2010 a maio de 2011), logo, as populações aquáticas que deveriam subir o rio para o ciclo de reprodução se depararam com o baixo volume de água, além de uma grande barreira geográfica criada pela força do capital, a UHE Estreito.

Os seres humanos são também brutalmente castigados pela falta de compromisso moral desses empreendedores. As comunidades ribeirinhas que foram expulsas não tiveram a compensação financeira adequada, haja vista que os intermináveis embargos jurídicos parecem não levar a lugar nenhum. Um grupo de ribeirinhos, por exemplo, que foi remanejado para a zona urbana de Babaçulândia, muito tem sofrido com o descaso do

CESTE, o “reassentamento Novo Milênio” (Imagens 3 e 4) não apresenta a menor condição de abrigar as famílias que antes não se preocupavam com a questão da moradia<sup>54</sup>.

As imagens demonstram o quanto o consórcio fora displicente em relação aos atingidos; as construções são de péssima qualidade, as instalações elétricas se posicionam próximas à caixa d’água, o telhado não tem altura suficiente para diminuir a sensação de calor durante o verão e as cerâmicas desprendem-se do contrapiso com facilidade.

**Imagens 3-4:** Novas Condições de Moradia dos Ribeirinhos no “Reassentamento Novo Milênio”



**Fonte:** O Autor (Projeto de Pesquisa Realizada na Cidade de Babaçulândia no ano 2015).

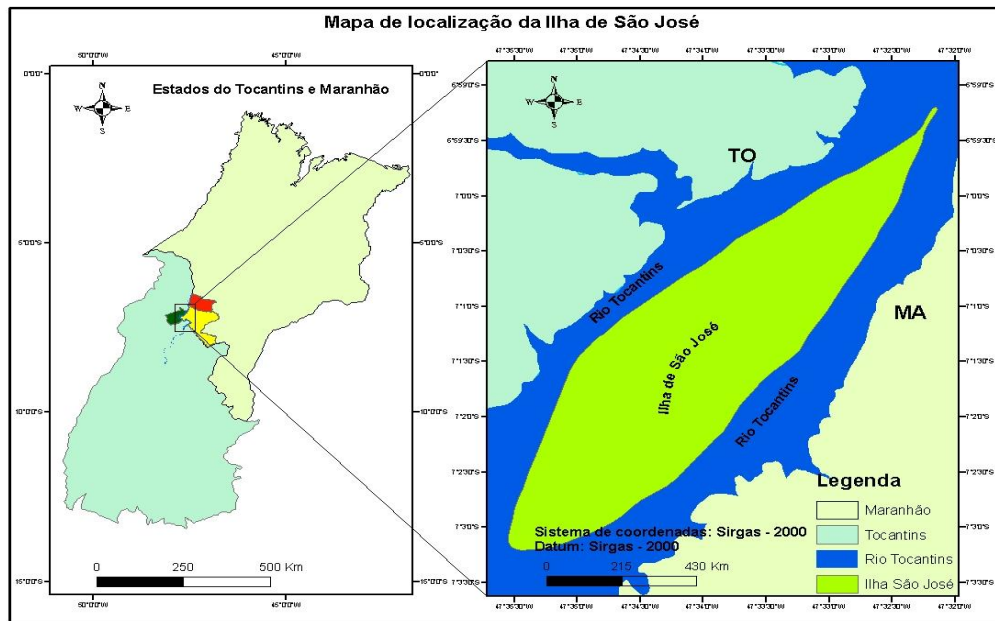
Os moradores se emocionam quando retratam o quadro atual, relembram suas antigas moradas, as grandes extensões e as atividades produtivas que antes realizavam. Agora, encontram-se alojados em pequenas propriedades, cuja área não é superior a 360 m<sup>2</sup>. E o mais emblemático de tudo é fato de as habitações terem sido construídas numa localidade, cujo lençol freático encontra-se próximo da superfície terrestre, ou seja, durante o inverno os terreiros mais parecem verdadeiras nascentes; tal fato tem abalado à estrutura física das moradias ocasionando rachaduras em várias residências. Este é apenas um dos inúmeros casos em que o CESTE não agiu com compromisso. Os elementos até aqui reunidos demonstram o quanto esse empreendimento serve apenas aos interesses daqueles que dominam a economia de mercado, em detrimento dos que usam o território de forma tradicional e despretensiosa. Adiante analisar-se-á a expulsão sofrida pelos camponeses da Ilha de São José, sujeitos estes que fazem parte desse imenso universo de pessoas martirizadas pelo ideal do progresso capitalista materializado na UHE Estreito.

<sup>54</sup> As problemáticas do reassentamento Novo Milênio foi objeto de estudo de Costa; Lopes (2016) e de Sousa; Lopes (2016).

### 3.3 Os Camponeses da Ilha de São José e o Processo de Expulsão da Terra

Com o advento da implantação da UHE Estreito, houve também o processo de expulsão dos camponeses que antes residiam na Ilha de São José (Mapa 2), localizada à montante da barragem e à jusante da sede do município ao qual pertencia, Babaçulândia. Por ter essa localização a ilha hoje encontra-se submersa pelas águas do reservatório. Na localidade habitavam 74 famílias, como uma população de mais de 260 pessoas. Todos esses sujeitos foram retirados de seu habitat ancestral para que a barragem pudesse ter funcionalidade técnica e econômica. Entretanto, um grupo composto por 18 famílias pertencentes à extinta ilha viera a formar o assentamento Mirindiba, em Araguaína; esses sujeitos sociais, antes de tudo, passaram pelo drama da desapropriação em suas piores extremidades, pois de longe representavam a resistência frente ao autoritarismo dos empreendedores.

**Mapa 2:** Localização da Ilha de São José



Fonte: SEPLAN-TO

Organização: Marcelo Pereira

Na Ilha de São José a vida era típica de um campesinato quase que autossuficiente, a sua dependência do mercado era irrisória, o volume de produção era satisfatório, além de haver uma diversidade produtiva que garantia uma segurança alimentar em patamares significativos. A agricultura de tipo tradicional se fazia presente, às vezes ocorria à derrubada e a queimada da mata para que depois pudesse haver a semeadura; esse processo era realizado dentro dos limites da razoabilidade, sobretudo pelo fato de existirem *vazantes* às margens do Tocantins, estas lavouras eram de longe o cenário mais adequado à produção de cereais e legumes (Imagem 5). Nas vazantes a fertilidade do solo era renovada ciclicamente pelas

cheias do rio, uma espécie de ciclo natural em favor da agricultura camponesa desenvolvida na ilha.

**Imagem 5:** Agricultura na Ilha de São José



**Fonte:** Maria da Ilha

A ilha era um espaço, cuja configuração territorial se dava por meio de sistemas naturais dotados de um grande poder de resiliência. “Na ilha a terra já vinha preparada”, relata Maria da Ilha (54 anos), liderança camponesa antes, durante e após a implantação da UHE Estreito. As vazantes situavam-se nas partes mais planas, bem próximas ao leito do rio; durante a fase de cheia o rio depositava nas terras mais baixas uma grande quantidade de húmus, dotando a terra de uma fertilidade excepcional. No período de estiagem, ou seja, na vazante do rio, a terra submergida era exposta novamente, mostrando-se qualitativamente melhor do que antes, abastecida de matéria orgânica e de água, proporcionava uma agricultura regular durante todo o restante do ano.

A sabedoria camponesa acumulada na ilha ao longo de gerações foi repassada aos mais jovens pelos mais velhos, já que de fato, “A história dos homens constitui a história da transformação permanente acumulativa da natureza pelo processo de trabalho” (CRUZ, 2003, p. 71). Os ciclos naturais da localidade não eram estranhos aos camponeses, muito pelo contrário, eram utilizados em benefício da produção material desses mesmos sujeitos. A Ilha de São José era o território abrigo daquele campesinato; não havia interesse em acumular riquezas exorbitantes, a finalidade última da produção era a manutenção da própria vida imediata. Plantava-se o arroz duas vezes por ano (julho-agosto e novembro-dezembro), o que de forma alguma comprometia a produtividade das safras, pois a ilha regenerava-se



constantemente devido aos ciclos naturais. Havia autossuficiência na produção de arroz, umas base alimentar dos brasileiros, o que impedia os ribeirinhos de recorrerem ao mercado.

Quando algum sistema técnico era utilizado, a sua eficácia estava diretamente condicionada aos atributos naturais que a ilha proporcionava. O emprego de irrigação no período de estiagem baseava-se no escoamento de água dos riachos localizados nas partes mais altas; “Utilizava apenas a encanação, a água vinha por gravidade, não precisava de bomba e nem de pagar nada por isso”, diz Gerdean Carvalho (40 anos), camponês criado na Ilha de São José. De acordo com os camponeses a produtividade era tamanha que às vezes faltavam utensílios e depósitos para que a safra fosse guardada; era plantado de tudo um pouco, abóbora, arroz, milho, mandioca, mas de longe o produto de maior destaque era o feijão. O leguminoso era plantado preferencialmente em abril, quase no encerramento do período chuvoso, já a colheita era executada nos meses de julho e agosto.

A Ilha de São José possuía imensas florestas naturais onde imperava o Babaçu, palmácea endêmica da região (Imagem 6). As mulheres camponesas da ilha desenvolviam atividades ligadas a esse vegetal, as *Quebradeiras de Cocos*<sup>55</sup> também eram parte daquele campesinato; com a quebra do fruto era possível à produção do leite de coco, do azeite, e do sabão, além do carvão feito da casca; era desconhecido por parte dos moradores à utilização de outros óleos vegetais no preparo da comida que não fosse o do Babaçu, além é claro da gordura animal.

**Imagem 6:** Floresta de Babaçu na Ilha de São José



**Fonte:** Gerdean Carvalho

<sup>55</sup> Na Ilha de São José, de acordo com A. Santos; Sieben (2014, p. 8), “O extrativismo caracteriza-se basicamente pelas quebradeiras de coco, aproveitando-se da imensa e potencialíssima floresta de palmeiras de babaçu, mulheres tiram seus sustentos através da coleta e, a extração da amêndoa do fruto dado pela planta”.

As folhas da palmeira eram utilizadas na cobertura das casas; assim, o vegetal influenciava diretamente na renda auferida por aquela população (Imagem 7). Produtos como o azeite e o sabão possuem uma quantidade de trabalho cristalizada em sua composição bem mais volumosa que o produto *in natura*, o que contribuía para o aumento global dos rendimentos. Para o campesinato da Ilha de São José o solo não era a única coisa de valoração material do território; boa parte dos sujeitos tem a dimensão do papel dos ciclos ecológicos na produção das configurações espaciais. Quando os eventos físicos sofriam alguma alteração as consequências eram sentidas na produtividade do trabalho. Gerdean Carvalho afirma que a estiagem prologada, por exemplo, comprometia relativamente à qualidade da produção realizada nas vazantes; isto era perfeitamente notado pelos camponeses. Os moradores da ilha sabiam que o equilíbrio era necessário à manutenção da vida, assim, rapidamente associavam as deficiências da produção aos eventos físicos ausentes ou presentes em determinado período de tempo.

**Imagem 7:** Residência Camponesa na Ilha de São José



**Fonte:** Maria da Ilha

Para além da agricultura os camponeses da Ilha de São José eram autênticos pescadores. A fartura do exuberante Tocantins contribuía para que a alimentação daqueles sujeitos fosse reforçada com o consumo de peixe ao bel-prazer. Por isso é inadequado o uso de padrões fixos para a classificação do campesinato, já que “Para começar, ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico”, assim, “Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica

quanto o próprio mundo” (SHANIN, 2005, p. 1)<sup>56</sup>. Não só a produção de bens advindos da terra era realizada, a pesca apesar de não ser a atividade principal contribuía para a alimentação das unidades camponesas, além é claro de haver dentre as 74 famílias sujeitos que se dedicavam exclusivamente à pesca e ao seu comércio<sup>57</sup>.

Os camponeses que se dedicavam à produção alimentícia não eram pescadores profissionais, mas apenas esporádicos. Um camponês relata que a sua casa era localizada a poucos metros da barranca do rio, de onde admirava a passagem dos cardumes e os ataques dos Botos aos bandos de peixes. Devido à grande fertilidade das águas do rio Tocantins, os moradores tinham uma ampla disponibilidade de espécies das quais poderiam se alimentar; Gerdean diz que no antigo território “A gente escolhia o peixe que iria comer; quantas vezes eu não soltei peixes mais frascos: Traíra, Cachorra, Cará... E dizia: ‘hoje eu quero é uma Pacu... Vou pegar um Surubim, ou um Mandubé, ou senão uma Pacu Manteiga, ou mesmo um Tucunaré’”, para ele “O rio era como uma caixa cheia de peixes, bastava botar a mão e pegar”. A panela da refeição do camponês poderia estar composta apenas pelo o arroz, mas dentro de poucos minutos descia-se até o rio e conseguia o complemento necessário à alimentação, o peixe.

De fato, Shanin (2005, p. 3) tem razão ao afirmar que “as condições da vida produtiva camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um eco-sistema e um equilíbrio particular entre agricultura, atividade extrativa e artesanato, com uma ênfase particular no cultivo, mais do que na manufatura”. O camponês da Ilha de São José era polivalente dentro de seu território, atuava em várias frentes de produção; a policultura era a marca de sua atuação. Extraía sem prejuízos ao meio ambiente aquilo que a natureza proporcionava; mantinha uma manufatura simples de produtos primários, produzia sabão, azeite, queijo, tapioca e farinha de mandioca.

O grosso da alimentação era integralmente produzido nas terras férteis da insular; até mesmo o café era plantado e beneficiado pelos camponeses. A aquisição daquilo que não era produzido se dava após a negociação do excedente produtivo levado ao mercado; logo após a transmutação dos produtos em equivalente geral, ou seja, em dinheiro, o camponês poderia ir novamente ao comércio, mas agora para comprar, mercadorias como a querosene, o óleo

---

<sup>56</sup> “O campesinato não se apresenta com um tipo único de relações de produção no interior da sociedade capitalista, pelo contrário se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas em diferentes relações de trabalho e de acesso à terra como posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário [...]” (MIRANDA; LIRA, 2015, p. 326).

<sup>57</sup> Dentro do território da Ilha muitas pessoas sobreviviam através de atividades pesqueiras com o emprego de pouca tecnologia, o pescado retirado das águas do rio Tocantins era comercializado no perímetro regional (A. SANTOS; SIEBEN, 2014, p. 8).

diesel, os tecidos e demais artigos que não eram confeccionados na ilha. Esse ato compreendia minime às necessidades daquela população, pois o essencial já havia sido laborado em abundância pelas próprias mãos dos camponeses, ao ponto de gerar o excedente que era comercializado. Por isso, o campesinato não pode de forma alguma ser visto como um alienígena ao modo de produção dominante (PAULINO, 2006), ele deve ser compreendido “através da investigação das características do estabelecimento rural familiar [...], tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto social mais amplo” (SHANIN, 2005, p. 5).

O escoamento do excedente era feito por barcos até as cidades de Estreito e Carolina, no Maranhão, ou até o sítio urbano de Babaçulândia, no Tocantins. Era de praxe todos os finais de semana haver esse intercâmbio; a produção transportada era constituída de feijão, laranja, milho, mandioca, farinha, azeite de coco, abóbora, galinhas etc. De acordo com Maria da Ilha, 6 barcos eram responsáveis pela prestação desse serviço, que era pago pelos camponeses. A figura do atravessador não existia na Ilha de São José, a produção era negociada com os comerciantes na entrada das cidades, ou diretamente com o consumidor final nos mercados e feiras. Estreito era a localidade que mais se destacava de acordo com camponeses, o “Mercadão” situado na cidade contribuía para que as trocas pudessem ser efetivadas. Muitos camponeses quando não conseguiam vender inteiramente a produção, mesmo a preço mais baixo, retornavam a ilha e utilizava os produtos como estoque ou como ração para os animais: porcos, galinhas e gado.

De fato, os comerciantes que compravam as mercadorias do campesinato da ilha se apropriavam de parte da renda produzida pelo mais-trabalho dos sítiantes. Os preços dos produtos repassados aos revendedores eram inferiores aos que eram cobrados do consumidor final. Obviamente, a comercialização direta poderia gerar uma renda bem mais vantajosa do que a realizada com a venda em atacado; todavia, o tempo do camponês não é igual ao do comerciante, intercambiar dessa forma pressupõe um período de tempo mais longo, talvez maior do que o de um dia, por isso era bem mais prático resumir as vendas em um único ato. O camponês, como já foi dito, ia à cidade não apenas para vender, mas também para comprar aquilo que não produzia, e isto requeria a posse imediata do dinheiro, daí o privilégio à venda em atacado.

A situação dos camponeses não era degradada fortemente pela venda em atacado, sobretudo pelo fato de estes cederem apenas uma parte da renda da terra aos comerciantes intermediários. As terras cultivadas na Ilha de São José eram propriedades dos camponeses, ou seja, não eram arrendadas; esse fato contribui para a ampliação das receitas dos produtores

diretos, haja vista a não existência do pagamento da *taxa de arrendamento*, comum na agricultura patronal, já que “A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois de um pagamento ao seu proprietário”, e, “Esse pagamento é a renda da terra” (MARTINS, 1995, p. 161).

Outro fator que favorecia os camponeses era a alta fertilidade de suas terras insulares. Devido a esse fato, o solo da ilha, certamente, não funcionava como o regulador de mercado, pois esse encargo é dado ao solo de pior qualidade, cuja produtividade é inferior à dos solos mais férteis, levando em consideração a mesma extensão e quantidade de capital investido. Assim, os produtos poderiam ser comercializados a preços regulados pelos solos onde a produtividade do trabalho fosse menor, aumentando quantitativamente os ganhos daqueles que produziam em condições mais favoráveis; esse pode ser um caso em que o campesinato usufrui da renda da terra diferencial<sup>58</sup>. Supõe-se que o não pagamento de taxas de arrendamento, e o aparecimento de excedentes proporcionados pelo mais-trabalho em decorrência da fertilidade natural da ilha contribuía assiduamente para que os ganhos do campesinato não fossem comprometidos com rebaixamento dos preços das mercadorias a atacado.

Estes fatos seriam teoricamente uma base para a *diferenciação do campesinato*, pois é evidente que as vantagens produtivas poderiam ser utilizadas mais eficazmente por uns do que por outros. A teoria de Vladimir Lênin não se aplica ao caso em análise, porque não ocorria na ilha o processo de anexação de terras por parte de lavradores abastados, e nem tão pouco o trabalho assalariado de camponeses em declínio ou de ex-camponeses já proletarianizados. Tais fatos não foram possíveis devido a um fato crucial, não era da natureza do camponês explorar os seus semelhantes<sup>59</sup>. Mesmo com uma porcentagem considerável de vendas a atacado, cabia ainda ao campesinato boa participação na apropriação do superlucro, todavia, esse fenômeno não era habitual, pois “o trabalhador camponês, ao tomar consciência do aumento da produtividade do trabalho, não deixa de equilibrar mais cedo os fatores internos da sua exploração, isto é, diminui a autoexploração da sua capacidade de trabalho” (CHAYANOV, 2014, p. 110). Restavam então os ganhos normais gerados pelo mais-trabalho

---

<sup>58</sup> “[...] os fatores que estão normalmente na origem da renda, tais como a qualidade do solo ou a localização relativamente ao mercado, *também* existem sem dúvida nas explorações baseadas no trabalho familiar que produzem bens com vista à venda. Esses fatores devem ter por resultado o aumento do produto e o pagamento da unidade de trabalho” (CHAYANOV, 2014, p. 110).

<sup>59</sup> “a agricultura em pequena escala de modo algum tem como condicionante uma diferença de classes entre os indivíduos ativos na produção agrícola; ao contrário, a simples presença dessa diferença indica a incipiente decadência da economia parceleira” (ENGELS, 2015, p. 178).

dos membros das famílias camponesas, o suficiente para garantir a compra daquilo que não era produzido na ilha.

Sem a produção de mais-produto, ou seja, de excedente, o camponês da Ilha de São José não poderia ir até o mercado e adquirir o dinheiro necessário às demais necessidades. “O excedente”, por seu turno, “depende de vários fatores. De um lado, do número de braços na família. De outro lado, da fertilidade remanescente do terreno” (MARTINS, 2016, p. 160). O conceito de *economia de excedentes* formulado por José de Souza Martins ajuda na interpretação do antigo quadro de vida dos camponês da ilha. Nessa perspectiva o próprio campesinato é o responsável pelo cálculo da porcentagem dos meios de vida que serão postos na circulação, e não o comércio (MARTINS, 2016); assim, “Mesmo que tais populações se tornem dependentes do mercado e dos pequenos comerciantes de seus povoados, seu vínculo mercantil será acessório, limitado e marginal, no sentido de que não é ele que organiza a totalidade do mundo camponês” (MARTINS, 2016, p. 160-161). A reprodução do modo de vida camponês na Ilha de São José pautava-se na produção material executada pelo trabalho familiar *a priori*; o mercado de forma alguma determinava aquela organização.

Como asseverou Marques (2008b, p. 59), “O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista”. Os camponeses insulares mantinham relações com os mercados situados em Babaçulândia, Estreito e Carolina, as trocas realizadas na circulação de mercadorias assumiam características típicas das relações capitalistas, mas a produção propriamente dita afastava-se longamente dos parâmetros do modo de produção burguês já que o trabalho empregado era o de base familiar. Ora, mas a troca deve ser “claramente compreendida como um momento na produção” (MARX, 2008b, p. 258); a comercialização do excedente camponês só era possível graças à reprodução do próprio modo de vida campesino, que em seu alicerce baseava-se em relações não capitalistas de produção.

O trabalho assalariado não era o fundamento da produção camponesa da Ilha de São José, quando muito havia o trabalho em parceria, mas nada que viesse a diferenciar socialmente os sujeitos daquela comunidade. Assim, o lavrador da ilha possuía todas as condições para uma subordinação apenas parcial em relação ao modo de produção capitalista. A propriedade dos meios de produção, principalmente a terra, fazia dele um sujeito dotado de certa autonomia, já que o mesmo ia ao mercado apenas com o intuito de comercializar aquilo que o seu mais-trabalho era capaz de produzir, diferentemente do trabalhador assalariado que busca primeiramente vender a sua força de trabalho e não aquilo que produz.

O camponês ou o artesão que gere a sua própria empresa, sem recurso ao trabalho assalariado, obtém, como resultado do trabalho de um ano, uma quantidade de produtos que, depois de vendidos no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste produto bruto temos que deduzir uma soma correspondente aos custos de produção materiais necessários durante o ano; fica então o aumento de bens materiais em valor obtido pela família graças ao seu trabalho do ano, ou, em outras palavras, o produto do trabalho dessa família. Este produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração artesanal ou camponesa baseada no trabalho familiar; visto não existir maneira de decompor analítica e objetivamente o rendimento. Posto que o fenômeno social do salário não existe, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. É, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro (CHAYANOV, 2014, p. 105).

Em virtude do que já foi mencionado, compreende-se que o campesinato da Ilha de São José não tinha tendência alguma ao aburguesamento. No capitalismo, “Vender sem cessar, lançar continuamente mercadorias, é a primeira condição do entesouramento, do ponto de vista da circulação de mercadorias” (MARX, 2008a, p. 167); fato este não verificado no comportamento daqueles sujeitos. A anarquia social de querer sempre produzir não fazia parte do dilema das unidades familiares da ilha, apenas o excedente era comercializado, não havia uma produção diretamente atribuída ao mercado. A produção da vida imediata era a força motora de qualquer atividade desenvolvida, e não a busca por lucro, por isso a agricultura camponesa se difere da agricultura patronal.

A dinâmica econômica e social em que estava mergulhada aquela comunidade veio a se transformar drasticamente a partir do anúncio da implantação da Usina Hidroelétrica de Estreio. De acordo com seu Júlio da Silva (61 anos), camponês nascido e criado na Ilha de São José, os primeiros relatos e notícias acerca da construção da barragem se deram por volta do ano 2000; criou-se um ambiente de imprevisibilidade, já que, segundo ele, “Ninguém sabia se ia ou se não ia...”. De fato, a insegurança permeia todo o processo que envolve o atingido por barragem. Os camponeses da ilha só vieram a confirmar todas as especulações acerca da usina em 2004, período em que foi realizado o Cadastro Socioeconômico dos que seriam “atingidos” pela formação do reservatório da hidroelétrica.

O conflito pelo uso do território ganhou relevância histórica naquele momento; de um lado, camponeses que sempre reproduziram o seu modo de vida naquele lugar, do outro, firmas hegemônicas que visam à maximização de lucros a partir do uso indiscriminado dos recursos socionaturais. Nessas condições, ergue-se a figura de Dona Maria da Ilha, líder dos atingidos e camponesa de nascença; seu papel foi marcante no processo de conscientização de muitos camponeses e de demais atingidos pela barragem. O surgimento de personalidades como Dona Maria faz parte de quase todos processos de expulsão promovidos pelo modo de

produção capitalista; estes muitas vezes se tornam mártires, mas acima de tudo insígnias para as novas gerações que virão.

Maria dos Anjos Nunes da Silva, popularmente conhecida como Maria da Ilha, nasceu em 1964 no município de Babaçulândia, não especificamente na Ilha de São José, mas logo cedo migrou para a insular. Casou-se jovem e constituiu família, sendo mãe de 4 filhos (3 homens e 1 mulher), e é avó de 8 netos até então. Sua personalidade é forte e as expressões são simples e coloquiais; na Ilha de São José terminou o ensino fundamental, mas só veio a concluir o ensino médio na cidade de Babaçulândia, tudo isso depois que os filhos já se encontravam em idade adulta, na linguagem dela: “depois de meus filhos criados é que eu fui terminar meus estudos”. Trabalhou 12 anos como agente de saúde na ilha e durante todo esse tempo conheceu a fundo a realidade daquele campesinato, por isso tinha bastante propriedade em seus discursos diante dos empreendedores.

A líder camponesa desempenhava um papel bem significativo para aquela população, o ofício de *Parteira* também fazia parte das atribuições de Maria. Nalguns casos, as mulheres grávidas não se deslocavam até os centros urbanos para dar a luz aos seus bebês. Cabia a Maria da Ilha comandar o parto dessas camponesas, ao todo foram 16 nascimentos presenciados por ela. Em virtude disto, foi convidada a fazer um estágio no hospital de Wanderlândia, cidade vizinha a Babaçulândia, com isso aperfeiçoou as técnicas de tratamento de gestante e também de enfermos, sendo-lhe conferida o certificado de técnica em enfermagem, fato que contribuiu ainda mais para a melhoria na qualidade de vida da população da Ilha de São José.

Maria da Ilha ganhou notoriedade e passou a atuar como forte liderança do MAB, acreditando que o movimento contribuiria assiduamente para que as injustiças fossem diminuídas nos casos de desapropriações. Maria tem personalidade forte, e durante o processo de expulsão gerou nos representantes do consórcio uma certa antipatia, mas nada que a impedisse de continuar na luta pelos direitos das populações atingidas, principalmente dos camponeses da Ilha de São José. Da antipatia veio o respeito, pois logo Federal; o que de certa forma intimidava a ação autoritária dos agentes empreendedores.

Para Maria da Ilha, “O primeiro passo foi lutar contra a barragem”; não havia outra opção aos camponeses, indígenas, barqueiros, pescadores, barraqueiros e demais atingidos que não fosse a luta. As populações atingidas reuniram-se e organizaram-se no ano de 2009 em forma de protesto contra o despotismo da implantação da hidroelétrica, e durante mais de 1 ano foi montado acampamento na cidade de Estreito frente às obras, na rodovia BR 010 (Imagem 8). Nesse período a líder encontrava-se na linha de frente do acampamento, cuja



existência em muito incomodava os dirigentes locais do consórcio; durante esse tempo os atingidos acampados eram subsidiados por aqueles que não puderam comparecer. Não havia distinção de segmento econômico de cada indivíduo, todos os sujeitos ali presentes representavam uma única classe, a dos atingidos pela barragem de Estreito, o movimento contou com o apoio irrestrito do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

**Imagem 8:** Atingidos pela UHE Estreito acampados na cidade de Estreito (MA), 2010



**Fonte:** Carlos Lee

Disponível em: <http://carlosleen.blogspot.com/2010/08/atingidos-pela-uhe-de-estreito-realizam.html>. Acesso: 28/11/2018.

Na Ilha de São José o processo de expulsão foi doloroso para a população originária como em todo caso. Com a confecção do cadastro socioeconômico muitos camponeses deixaram de produzir o excedente, já que para aqueles sujeitos não fazia mais sentido se envolver numa dinâmica econômica fadada à destruição; os últimos 4 anos foram dedicados apenas a uma produção de subsistência, o volume das lavouras diminuiu drasticamente, assim como os investimentos na melhoria das propriedades foram abafados; a própria condição mental é abalada, pois o atingido por barragem sofre igualmente os efeitos psicológicos das perdas materiais. Em meio a esse cenário o CESTE realiza a perícia nas propriedades da ilha, tal processo deve ser visto como uma injustiça histórica para com os ribeirinhos, pois o responsável pela ação fora designado pelo próprio consórcio, obviamente que a lisura desse fato estava por assim dizer comprometida.

Na perícia foram avaliadas a terra e as benfeitorias anexadas a ela. Para ambas foi atribuído um valor. O consórcio conferiu às benfeitorias da propriedade de Maria da Ilha o montante de 60 mil reais, segundo ela, “Fazia até vergonha oferecer 60 mil reais em 8

alqueire de terra... Lá nos tínhamos sítio, tinha vazante, tinha pasto, tinha a nossa roça de toco... Isso não é dinheiro! Eu não estava vendendo ela!”. Devido a esse conflito, houve por parte dos atingidos a busca pelos seus direitos; muitos entraram na justiça contra os valores das indenizações atribuídos ao trabalho cristalizado nas propriedades da insular. Nessa conjuntura, muitos camponeses dispersaram-se da organização inicial, já que muito pouco se sabia do futuro reservado a eles; a população da ilha se dividiu em grupos, consequência da atuação imoral dos representantes do consórcio.

Muito dos camponeses da ilha foram realocados em assentamentos no município de Babaçulândia; houve uma forte pressão das elites políticas do município para que esses sujeitos não se dispersassem para áreas fora dos limites territoriais de Babaçulândia. A natureza desse interesse reside principalmente em questões eleitoreiras; além, é claro, da ambição dos atores políticos em relação aos *Royalties* gerados pela usina, cálculo que levaria em conta a população atingida residente na circunscrição. Em virtude disto, uma ampla população de ribeirinhos foi transferida para terras inférteis, apenas pelo desejo financeiro de um punhado de atores.

O grupo de 35 famílias sob a liderança de Maria da Ilha representava a resistência na insular, esses sujeitos procuraram lutar contra o despotismo dos empreendedores. O compromisso moral é algo que não existe no vocabulário das grandes empresas; o consórcio tentou de todas as formas inviabilizar a organização camponesa. Propostas irrisórias foram feitas aos camponeses da Ilha de São José, uma delas era a carta de crédito; essa modalidade indenizatória consistia no repasse em dinheiro para o atingido, o mesmo deveria buscar uma propriedade rural ou urbana que coubesse dentro dos limites estipulados pela empresa; Maria relata que “A carta de crédito mais valiosa que apareceu foi no valor de 45 mil reais”.

A *ilusão monetária* verificada em muitos casos por Sieben (2012) não se fez presente no grupo comandado por Maria da Ilha. Todos sabiam o real valor de suas terras, pois há muito tempo cultivavam, extraíam e pescavam abundantemente naquele lugar. A carta de crédito livrava os empreendedores de terem que buscar uma nova moradia para os atingidos, como acontece no caso dos assentamentos restituitórios, cujos custos se tornam bem mais relevantes se comparados à carta de crédito. Os assentamentos que foram utilizados para abrigar os camponeses em Babaçulândia possuem uma configuração territorial totalmente desfavorável à reprodução do modo de vida camponês; por isso, o grupo de Maria da Ilha resistiu até o momento em que houve a possibilidade de se adquirir terras mais produtivas. A essa altura a resistência contava apenas com 18 famílias, consequência das fortes pressões promovidas pelos representantes do CESTE.

Segundo a maioria dos camponeses entrevistados, existia uma forte pressão do CESTE pela escolha da carta de crédito por parte dos atingidos; alegava os representantes que “não haveria (re)assentamento!”. Um conluio entre empreendedores e elite política de Babaçulândia foi formado, os assentamentos restituitórios criados nessa circunscrição foram idealizados pelos prefeitos municipais da época, Agemiro Costa (2001-2008), concluindo-se no mandato de Alcides Filho Rodrigues (2009-2012). Essa estratégia visou à diminuição dos gastos com a compra de terras, pois foram adquiridos terrenos de péssima qualidade e sem cursos d’águas adequados às necessidades da população remanejada, os únicos satisfeitos com essa situação foram os representantes políticos e o consórcio.

As investidas sob o grupo liderado por Maria da Ilha foram incessantes, mas as 18 famílias mantiveram a unidade até o final. Um camponês relata que houve ocasião “em que eu passei de duas a três noites sem dormir”. O discurso ameaçador era sempre utilizado contra os ribeirinhos; muitos camponeses receberam forte pressão para deixarem o grupo de Maria da Ilha; a mãe de Gerdean Carvalho, dona Dorivan Carvalho (62 anos), camponesa matriarca da ilha, foi procurada por membros do consórcio para que recebesse um valor maior do que o usual em forma de carta de crédito, e dessa forma, abrir mão do assentamento restituitório e, conseqüentemente, da participação no grupo chefiado por Maria. Todas as investidas foram em vão.

Quando o consórcio percebeu que o grupo não se dissolveria algumas solicitações foram atendidas em prol das necessidades dos atingidos. Maria da Ilha foi encarregada da escolha das novas terras; circulou em vários municípios próximos, até que encontrou uma parcela de terra relativamente melhor do que as de Babaçulândia e que o CESTE estava disposto a pagar. A fazenda Mirindiba, localizada em Araguaína foi a escolhida; não houve conflito em relação à aquisição da propriedade pelos empreendedores, no mesmo ano da compra, 2010, teve início a formação dos lotes, construção e delimitação da reserva; todo esse processo foi acompanhado de perto pelos atingidos, não apenas por Maria da Ilha, mas também pelos membros das demais famílias. Caso o consórcio tivesse conseguido o desmonte do grupo, essas famílias teriam sido remanejadas para os assentamentos que já existiam, cujas condições físicas eram inferiores às do nascente assentamento Mirindiba. Assim,

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Luta para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objeto e meio básico do trabalho e vida. Em face da acumulação originária, ou do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, o camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta freqüentemente adquire conotação revolucionária (IANNI, 2009, p. 142).

Mesmo depois dessa negociação o conflito entre as partes ainda se fez presente; as indenizações relativas às benfeitorias não foram garantidas pelo CESTE, tal fato causou uma imensa turbulência entre os camponeses, que se agravou ainda mais no período de desocupação da ilha. Como não tinham sido atendidos pelos empreendedores, os ribeirinhos resolveram buscar a justiça, por isso boa parte das unidades camponesas que forma o assentamento Mirindiba ainda não recebeu a devida indenização pelo trabalho cristalizada em suas antigas propriedades. O grupo de 18 famílias, em forma de protesto, não deixou a Ilha de São José até que se esgotassem todos os prazos “legais”; sendo sempre alvos de intimidação por parte dos representantes do consórcio.

Em meio a essa disputa proporcionada pelos interesses de classes, os camponeses se viram vitimados por um incêndio criminoso na Ilha de São José às vésperas da emigração. As famílias que ainda restavam entraram em desespero ao verem toda a vegetação sendo devastada pelo fogo. A violência então se torna uma força produtiva que expulsa populações seculares, acarretando na apropriação dos meios de produção destas por parte dos atores hegemônicos. Um boletim de ocorrência foi confeccionado, mas os responsáveis nunca foram encontrados, mas na cabeça dos camponeses não havia dúvida de quem eram os culpados; Maria da Ilha procurou novamente o Ministério Público na cidade de Araguaína, sendo orientada juridicamente acerca dessa questão.

O CESTE também tratou de buscar amparo na superestrutura jurídica, como essa instância social está de certa forma a serviço dos atores hegemônicos da economia, logo seus objetivos foram alcançados. A ordem de despejo veio em função da resistência dos camponeses em deixar a ilha; não houve consenso em relação às indenizações daquilo que não poderia ser levado. A decisão judicial foi executada pelas forças militares do Estado, já que “o aparelho repressivo de Estado <<funciona pela violência>>” (ALTHUSSER, 1970, p. 46); violência estampada na figura do policial. Dona Dorivan foi retirada de sua propriedade escoltada por cerca de 50 policiais bem armados, aos prantos, desolada e sem muita perspectiva de um futuro melhor.

Gerdean Carvalho relata que a sua partida foi conturbada e triste, o consórcio como de costume fizera falsas promessas aos camponeses da Ilha de São José, pois havia sido prometidas embarcações para levar tudo aquilo que os ribeirinhos quisessem, mas no momento da retirada nada foi como o prometido; “Foi uma tristeza ver o trator derrubando minhas plantações, meus pés de laranja...”, diz Gerdean. Quando verificou que não teria a possibilidade de levar o mínimo do que precisaria para recomeçar, o camponês entra em desespero. Num ato corajoso Gerdean se posiciona frente à máquina em sinal de protesto,

alega que enquanto não viessem mais embarcações para levar os seus pertences, nada mais seria derrubado na propriedade; o operador conduziu o veículo até bem próximo do camponês destemido, isso foi uma clara forma de intimidação, mas Gerdean manteve-se firme em sua postura até as últimas consequências.

O camponês relata que “Eles colocaram a máquina bem próxima de mim... Naquele dia eu estava pronto para morrer, falo isso aqui ou em qualquer outro lugar, eu estava pronto para morrer”. Os executores da ação testemunharam a braveza de quem não aceita à expulsão a qualquer termo; os mesmos se retiraram, e no dia seguinte retornaram à propriedade de Gerdean com um volume de embarcações maior do que o do dia anterior. Ainda assim, o trauma foi tremendo para aquela família, pois os mesmos acompanharam todo o processo de destruição das plantações, das casas e demais benfeitorias realizadas; a maioria das árvores do sítio era frutífera, estavam floridas ou produzindo frutos; tudo foi destruído na frente daqueles que tanto lutaram para construir.

Desse processo de expulsão resultou a formação do assentamento Mirindiba, a migração forçada proporcionou, mesmo que contraditoriamente a possibilidade de continuidade do modo de vida camponês. O movimento dialético do modo de produção capitalista não permite que os conflitos de classes evoluam tão ferozmente, daí a necessidade do Estado. O assentamento Mirindiba é fruto da tentativa de apaziguamento de tensões sociais criadas pelo antagonismo no uso do território; representa a resistência de um modo de vida frente ao dinamismo excludente do capitalismo. A formação e a dinâmica desse assentamento serão tratadas na sequência.

## **4 LUTA, VIDA E ESPERANÇA NO NOVO TERRITÓRIO**

Nesse capítulo será trabalhado o assentamento Mirindiba em toda sua realidade social e econômica, levando em consideração o seu processo de formação e as atuais implicações. Num primeiro momento será retratado o processo de formação do assentamento que, evidentemente, remeterá a uma análise dos estágios finais da expulsão da antiga Ilha de São José, levando em consideração os aspectos burocráticos que culminaram no novo território, além é claro da abordagem das problemáticas referentes à nova configuração territorial. O segundo momento tratará das dificuldades que os camponeses enfrentaram e enfrentam na nova morada, sobretudo aquelas que podem ameaçar a continuidade do modo de vida camponês, bem como o papel de resistência que os assentados fazem diante dessas adversidades. O último ponto tratará da análise das atividades econômicas e as questões sociais dos camponeses no novo território (produção, troca, organização e conflitos); dessa forma, buscar-se-á traçar um panorama geral da atual condição do campesinato expulso da Ilha de São José, agora moradores do assentamento Mirindiba.

### **4.1 O Assentamento Mirindiba, o Novo Território**

O território, como se sabe, é marcado por diferenciações em sua configuração; daí a singularidade de cada lugar. Olivier Dollfus (1991, p. 9), afirma que “Por sua localização e pelo jogo de combinações que preside a sua evolução, todo elemento do espaço e toda forma de paisagem constituem fenômenos únicos que jamais podem ser encontrados exatamente iguais em outros locais ou em outros momentos”. O assentamento Mirindiba, localizado no município de Araguaína, é um exemplo claro dessa diferenciação existente no espaço territorial como um todo. Esse novo território possui características distintas do território original, a hoje extinta Ilha de São José, portanto, a nova dinâmica social dos sujeitos deve levar em conta não os aspectos da antiga configuração territorial, mas sim os da nova morada<sup>60</sup>.

O território é o firmamento da existência humana. Os sistemas de ações criados pelas necessidades materiais da sociedade estão intimamente correlacionados à natureza exterior. Para Max Sorre (2003, p. 138-139), “Trata-se de uma relação recíproca, posto que por meio da técnica os homens modificam o ambiente natural, ao tempo que adaptam-se a ele”; para tanto, a terra deve ser vista como um bem essencial à existência do ser humano, pois, se por

---

<sup>60</sup> Cabe salientar que “As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas” (M. SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 248).

um lado, ela é o “seu armazém original de meios de subsistência”, por outro, funciona como “seu arsenal originário de meios de trabalho”, uma vez que “Ela lhe fornece, por exemplo, a pedra, para que ele a arremesse, ou use para moer, comprimir, cortar etc” (MARX, 2013, p. 257). O território é o alicerce responsável pela sua própria modificação, a partir do momento em que oferece as condições objetivas para que a sociedade o transforme, pois “A natureza não está, nem objetiva nem subjetivamente, imediatamente disponível ao ser *humano* de modo adequado” (MARX, 2008c, p. 128).

Uma das marcas do território é o seu uso polissêmico, tanto por atores, quanto por sujeitos; “Qualquer que seja sua localização geográfica, um território pode ser politicamente usado de diferentes maneiras” (GOTTMANN, 2012, p. 533). Desse modo, o novo território dos camponeses da Ilha de São José passará a ser o palco da reprodução da vida imediata daqueles sujeitos, mesmo que contra vontade; todavia, o território original será uma marca viva entre os membros, mas apenas na subjetividade da mente. A ilha não sai da cabeça do campesinato expulsado, ela era a porção territorial onde o espaço geográfico fora construído de modo tradicional e de forma coerente com o cotidiano do camponês ribeirinho; as lembranças se devem ao fato de “Os espaços construídos” possuírem “dimensões materiais, concebidas e vividas” (HARVEY, 2015, p. 138). Portanto, a sociedade age sempre no sentido de produzir o espaço geográfico à sua maneira, razão pela qual se desenvolve o apego, não pela natureza natural, mas pelo território já modificado; pois “A construção do espaço geográfico é o processo histórico do distanciamento do homem em relação ao *mundo natural*” (CAMPOS, 2001, p. 93). Portanto:

É através do trabalho material e da produção que o homem ao procurar satisfazer suas necessidades, recria a natureza, produz uma segunda natureza humanizada, de maneira que para compreendermos esse processo de transformação da natureza, ou seja, a própria relação sociedade natureza temos de recorrer às suas bases materiais (M. SILVA, 1988, p. 117).

A expulsão sofrida pelos camponeses da Ilha de São José, sobretudo daqueles que vieram a formar o assentamento Mirindiba, demonstra o quanto o modo de produção capitalista tende a promover uma verdadeira desordem territorial. Ao invés de organizar, ele desorganiza tudo aquilo que o processo histórico construiu; o que não é enquadrado nas formas de organização capitalista deve ser gradualmente destruído ou sujeitado. É como se um perene processo de acumulação primitiva estivesse em curso.

O assentamento Mirindiba, o novo território, é um produto da luta de classes. O mesmo pode ser qualificado como a terra do devir, ou seja, o lugar de um futuro ainda não

muito certo; a Ilha de São José, por outro lado, era a terra típica de trabalho, o *locus* da reprodução da vida imediata do campesinato. Esse grupo social luta e reluta contra as atrocidades do modo de produção capitalista vampírico, pois “Ser camponês no Brasil ou em qualquer parte do mundo nos dias de hoje é em primeira instância sinônimo de resistência” (MARINHO; LIRA, 2018, p. 199). Portanto, o campesinato deve ser visto, conforme insiste Antonio Miranda de Oliveira (2018), como uma *classe social do campo*. Toda classe tem no seio de sua organização necessidades materiais divergente das classes dominantes.

Mesmo com a expulsão da Ilha de São José, os camponeses formadores do assentamento Mirindiba não hesitaram em lutar pela continuidade do seu modo de vida. Isso se deve às contradições do próprio modo de produção capitalista; pois “ao mesmo tempo em que expropria, abre a possibilidade histórica do retorno à terra, em geral em lugares distantes daqueles primeiros” (A. U. OLIVEIRA, 2001a, p. 50). Muito dos camponeses da hoje submersa Ilha de São José foram realocados no município de Babaçulândia, outros em Araguaína e demais localidades próximas, como demonstra o Quadro 2. Entretanto, o grupo que ficara mais distante de seu território original foi o das famílias assentadas no Mirindiba.

**Quadro 2:** Novos Locais de Moradia dos Camponeses Expulsos da Ilha de São José

Assentamento	Município	Quantidade de Famílias
Mirindiba	Araguaína	18
Bela Vista	Babaçulândia	12
Baixão	Babaçulândia	26
Santo Estevão	Babaçulândia	1
Palmeiras	Palmeiras do Tocantins	12
Total de Famílias <sup>61</sup>		69

**Fonte:** O Autor (Relatos de Entrevistas).

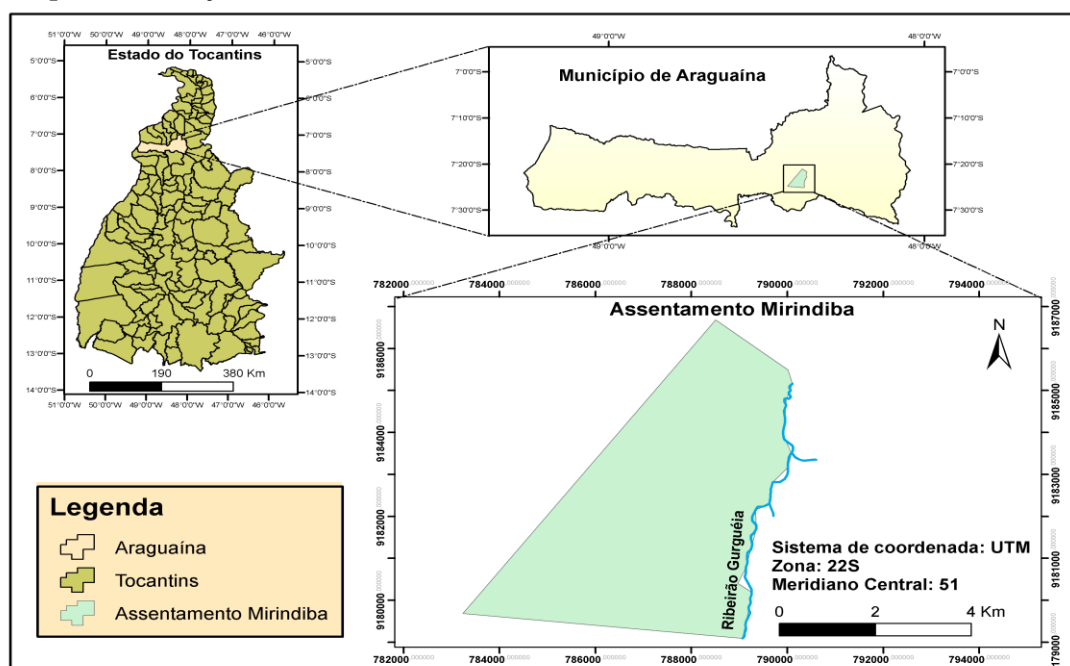
A fazenda Mirindiba, da qual foi originado o assentamento de mesmo nome (Mapa 3), localizava-se nas proximidades da BR-153; era de propriedade de Cassimiro José Taveira, o segundo vice-prefeito da história política de Araguaína (1966-1969). Representava evidentemente o casamento elite rural-elite política, fenômeno típico dessa região. Por meio da hereditariedade da propriedade privada, essa parcela de terra chegou até os dias de sua venda ao CESTE com sendo patrimônio da mesma família. Uma única propriedade hoje abriga 21 unidades produtivas. Isto evidencia claramente o processo de concentração fundiária nesse país. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001b, p. 199), dá uma explicação plausível acerca da lógica por trás das grandes propriedades no Brasil, pois segundo o autor

<sup>61</sup> As 5 famílias restantes optaram pela Carta de Crédito cedida pelo CESTE, segundo informações dos demais camponeses.



“A retenção da terra não é feita com fins de colocá-la para produzir”, esse é na verdade, o “motivo pelo qual a maioria das terras deste país mantém-se improdutiva. Mais do que isso, esta terra improdutiva é retida com a finalidade de constituir instrumento a partir do qual se vai ter acesso por parte, evidentemente, das elites às políticas do Estado”. Quantos financiamentos públicos recebeu a fazenda Mirindiba quando ainda era propriedade da família Taveira?

**Mapa 3:** Localização do Assentamento Mirindiba



Fonte: SEPLAN-TO

Organização: Marcelo Pereira

A terra no modo de produção capitalista é “transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano” (A. U. OLIVEIRA, 2007, p. 66)<sup>62</sup>. A terra em si não possui nenhum valor, mas por ser “monopolizável e alienável, ela pode ser arrendada ou vendida como uma mercadoria” (HARVEY, 2013, p. 432); a propriedade privada da terra é a causa maior da desgraça do campesinato, pois a alta concentração fundiária impede que uma grande maioria de camponeses possa reproduzir-se baseando-se no trabalho familiar. Sabe-se que a concentração fundiária produz um fato social notório, a violência, geralmente praticada contra os pequenos proprietários e posseiros. Ariovaldo Umbelino de Oliveira assevera que:

O Centro-Oeste e a Amazônia representam uma espécie de “paraíso” do latifúndio, e por isso também, nas regiões, é crescente a luta dos posseiros pelo acesso à terra.

<sup>62</sup> “a terra não é produto nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito, que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho” (MARTINS, 1995, p. 159).

Dessa luta resulta a violência expressa no número elevado de assassinatos no campo, praticados sobretudo depois da formação da União Democrática Ruralista, a organização de latifundiários que tem como objetivo lutar contra a reforma agrária (A. U. OLIVEIRA, 2005a, p. 493).

No estado do Tocantins esse fato social foi narrado no trabalho de Elizeu Ribeiro Lira (2018); o autor faz uma análise da violência sofrida pelos posseiros na região de Porto Nacional, localizada na porção central da unidade federativa; o conflito se baseia na agressão dos grandes proprietários sobre o campesinato, que revida como forma de defesa; o apoio do Bispo Dom Celso da Diocese de Porto foi imprescindível. Os membros da Igreja de Roma movidos pela Teologia da Libertação<sup>63</sup> agiam como defensores do campesinato, em meio a uma longa e dolorosa trama envolvendo os pequenos e os grandes, a assassinatos, lutas e julgamentos, provocados pelo mal que é o latifúndio. Patrícia Rocha Chaves (2014; 2018), por outro lado, analisa a violência contra os posseiros na região do Bico do Papagaio<sup>64</sup>, extremo norte do Tocantins, a autora traça um panorama histórico dos conflitos, suas raízes e consequências mais cruéis, principalmente os assassinatos de camponeses por parte dos grandes proprietários de terras.

A terra do pecuarista é a terra de negócios, ou seja, está pautada na exploração da força de trabalho alheia, e não na do seu proprietário<sup>65</sup>. A grande propriedade privada fundiária é a negação da terra livre, aquela que a natureza legou aos homens sem nenhuma cerca ou delimitação; quando uma mudança qualitativa ocorre, como no caso do assentamento Mirindiba, onde uma única fazenda se transforma em 18 novas unidades<sup>66</sup>, temos a negação da negação. A terra de negócio agora passa a ser a terra de trabalho, aquela cujo proprietário só explora a si mesmo. Todavia, essa nova terra de trabalho não é como a terra de trabalho em nenhuma parte do planeta. Apenas uma coisa sobrevive, a forma de apropriação do território,

<sup>63</sup> Sobre o papel da Teologia da Libertação e as questões da luta dos camponeses pela terra, um importante trabalho sobre Padre Josimo, mártir do latifúndio, vem sendo desenvolvido por Gleys dos Santos (2018), ou em parceria Santos; Lira (2017). Outro exemplo bem próximo é o do bispo Dom Pedro Casaldáliga no Mato Grosso analisado por Claudiney de Freitas Marinho (2018), ou em parceria Marinho; Costa (2017) e Marinho; Lira (2018).

<sup>64</sup> Outro importante trabalho sobre a questão agrária da região do Bico do Papagaio é a tese de doutoramento de Alberto Pereira Lopes (2009), o mesmo analisa a questão do latifúndio na sua interface com o trabalho escravo moderno, dentro do próprio modo de produção capitalista, o que gera evidentemente o conflito, sinônimo de violência.

<sup>65</sup> Na região de Colinas do Tocantins, Teles; Santos (2018) narram a metamorfose da Fazenda Monte Alegre que se transforma, mediante a luta dos camponeses contra o fazendeiro, no assentamento Progresso. O processo é marcado por luta judicial e violência, mas ao final o campesinato consegue territorializar-se e, por conseguinte, formar a terra de trabalho, em oposição a terra de negócio.

<sup>66</sup> Caio Prado Jr insiste que “A pequena propriedade – que significa o acesso dos trabalhadores rurais à propriedade fundiária – resulta em regra do retalhamento da grande propriedade, que perde sua principal razão de existência quando não pode ser aproveitadas pela grande exploração. Assim as vicissitudes desta última se refletem na distribuição da propriedade agrária tende a se subdividir” (PRADO JR, 1969, p. 19).

ou seja, permanecem as relações de produção baseadas no trabalho familiar, já que para o camponês:

A sua terra é terra de trabalho, não é terra utilizada como instrumento de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês (MARTINS, 1995, p. 176).

O assentamento Mirindiba é reflexo imediato da luta de classes no interior da sociedade capitalista, da mesma forma como o processo de expulsão dos camponeses da Ilha de São José o é. O campesinato lutou até o fim pelas terras atuais, mesmo não sendo as mais favoráveis; todavia, se comparadas às demais parcelas recebidas pelo restante dos camponeses da ilha em outras regiões, pode se dizer que os assentados gozam de uma qualidade de vida maior. Maria da Ilha afirma que “Aqui [Mirindiba] foi pago R\$ 25 mil no alqueira de terra. Nos assentamentos de Babaçulândia foi pago R\$ 5 mil no alqueire de terra... As terras lá são ruins, nem a água nunca prestou”. De certa forma, o assentamento em debate se coloca como uma das melhores condições em que se encontram os camponeses expulsos da Ilha de São José, mas nada que possa ocultar a condição desfavorável desses sujeitos após a migração forçada à qual foram submetidos<sup>67</sup>.

O grupo de Maria da Ilha que fora expulso da Ilha de São José, a princípio, era composto por apenas 18 famílias; todavia, sofrera um acréscimo de 3 unidades produtivas a partir do desmembramentos de membros das unidades originárias. A chegada ao novo território ocorrera no dia 4 de agosto de 2010, ou seja, a apenas poucos meses do início do enchimento do reservatório, que se dera em dezembro daquele mesmo ano. A fazenda foi dividida em 18 lotes destinados aos membros do grupo liderado por Maria da Ilha; cabe salientar que as três novas famílias acrescidas ao grupo não receberam lotes, pois surgiram após o processo de formação do assentamento, os mesmos ocupam áreas no interior das parcelas já existentes.

O Cadastro Socioeconômico realizado pelo CESTE dividiu os camponeses da Ilha de São José em dois segmentos: *agricultores e pecuaristas*. Tal subdivisão serviu como base para o cálculo da área das novas propriedades; esse fato não se deu apenas com os camponeses do assentamento Mirindiba, mas também com os que foram remanejados para outros assentamentos. No caso em análise as propriedades tiveram a seguinte organização:

---

<sup>67</sup> Aline Cristina Nascimento (2014) e em parceria Nascimento; Mendonça (2012), mostram os malefícios causados à população camponesa quando esta é atingida por um empreendimento como as barragens hidroelétricas. O território ocupado pelo antigo camponês agora dá lugar a uma configuração territorial estranha e sem fundamento para a população local.

para as famílias que “teoricamente”, segundo o CESTE, praticavam apenas a agricultura na Ilha de São José foram concedidos 2,5 alqueires de terra; já para aqueles que praticavam “teoricamente”, segundo o mesmo consórcio, somente a pecuária foram concedidos 8 alqueires. No primeiro caso, equivale dizer que os assentados receberam 6,8 hectares de terra, enquanto que no segundo caso cada um foi contemplado com 21,7 hectares de extensão. Todavia, devido a parâmetros legislativos, cada propriedade teve que fornecer uma parte de sua área para que pudesse ter sido formada a reserva florestal comum, percentagem esta estipulada em 30% da área da propriedade; sendo assim, os camponeses enquadrados como “agricultores” e “pecuaristas” receberam de fato 1,75 e 5,6 alqueires de terra respectivamente, o que também equivale dizer 4,76 e 15,2 hectares simultaneamente.

Ao todo foram distribuídos 15 lotes para pecuaristas e 3 para agricultores. Essa subdivisão nada mais é do que uma forma de o consórcio poupar gastos, sobretudo pelo fato de as novas propriedades não possuírem características nem um pouco parecidas com as existentes no território original. De fato, na ilha não havia quem se dedicasse monoliticamente a uma única atividade produtiva ou extrativa; o campesinato é marcado por sua ampla esfera de atuação produtiva, a sua bandeira não é como a do agronegócio que se baseia na monocultura, mas sim na diversidade de culturas e de criações, na pesca e na extração vegetal, no artesanato doméstico e na manufatura de alimentos, portanto, é inadequado do ponto de vista prático subdividir o campesinato da forma como se procedeu. Mais uma vez falou mais alto o interesse dos atores hegemônico em detrimento das vontades dos sujeitos.

A entrada do assentamento Mirindiba está situada na saída do município de Araguaína em direção a Palmas altura dos 164 km; distante 7 km da BR-153; o mesmo também está situado a mais ou menos 30 km do centro de Araguaína, o coração econômico de toda aquela região. O assentamento é composto por uma malha de estradas vicinais que liga as propriedades camponesas às fazendas circunvizinhas (Imagem 9); além de existir vias mais importantes, como a que liga o assentamento ao povoado Barra da Grota, povoado pertencente também ao município de Araguaína, localizado às margens da TO-222. O novo território é ainda o lugar do desconhecido, da estranheza, do inesperado e do inexplicável. O Mirindiba é a terra do *vir a ser*, é a base material sobre a qual se edificarão os sistemas de objetos e sistemas de ações do modo de vida camponês.

**Imagem 9:** Estrada Vicinal às Margens da Reserva Florestal do Assentamento Mirindiba



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Março de 2017).

O choque foi evidente; um camponês afirma: “Quando eu cheguei aqui [Mirindiba], no outro dia acordei e pensei que eu estava tipo no espaço; parei... E disse: Meu Deus! Onde é que eu estou?”. Essa frase foi dita por um camponês trabalhador que vivera toda a sua vida na farta Ilha de São José, e que agora na velhice vive o drama perverso da impotência frente aos atores hegemônicos que usam o território sem compromisso local, desintegrando antigas relações de produção e de afeto, e se apropriando dos recursos do território como se nada mais importasse além do retorno econômico.

O camponês Júlio da Silva afirma que durante um mês não conseguiu executar qualquer atividade dignamente produtiva, pois o pensamento ainda estava na Ilha de São José, além é claro, da indignação causada pela forma como aquele grupo de 18 famílias fora expulso da parcela territorial que sempre lhe pertenceu. Passado esses dias, novamente o homem se depara com a realidade, e decide recomeçar, segundo Seu Júlio a partir de agora era “plantar e colher... Bola pra frente!”<sup>68</sup>. Na família da líder Maria da Ilha as consequências da expulsão, e a posterior migração foram sentidas de forma mais drásticas; o esposo da mesma desenvolveu uma série de problemas de saúde, inclusive de ordem psicológica. De acordo com Dona Maria, o seu companheiro nunca se conformara com a situação em que vive

---

<sup>68</sup> “Ultrapassado um primeiro minuto de espanto e atordoamento, o espírito alerta se refaz, reformulando a ideia de futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca. O entorno vivido é lugar de uma troca, matriz de um processo intelectual. O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário” (M. SANTOS, 2014a, p. 328).

atualmente, “ele vive dizendo que vai vender essa terra aqui”, diz ela, e continua, “para comprar uma outra terra onde exista água abundante”.

Outro camponês afirma que:

O choque já aconteceu na mudança; quando eu cheguei aqui é de imaginar, o cara olha para os lados, e pensa que você vivia num sítio, você chupava uma lima, você chupava uma laranja, você comia uma goiaba, você pega uma cajá lá no pé, está entendendo? Você bebia uma água de um coco a hora que você queria; você está entendendo? E depois chegar aqui “bicho”, e sentar nessa calçada, eu vou te falar: eu só não chorei por que..., mas eu sentei nessa calçada e fiquei imaginando minha vida; só o ‘capimzinho’ velho feio aqui ao redor e a casa (Gerdean Carvalho, 40 anos).

O que o camponês descreve é senão o processo de estranhamento que é promovido pela infraestrutura econômica em seus empreendimentos. De fato, “O mundo capitalista no qual vivemos, sugere que o capital é mais importante que os indivíduos. As hidrelétricas são mais uma maneira que se tem de acumulação de capital” (A. SANTOS; SIEBEN, 2014, p. 7); as condições do lugar de origem jamais poderão ser reproduzidas novamente, daí não deriva a maior indignação dos assentados, mas sim das precárias condições nas quais os camponeses se viram no novo território. Sabe-se que nada pode substituir a Ilha de São José, entretanto, regredir a um nível tão inferior de forças produtivas foi um verdadeiro sacrilégio para aquele campesinato.

Se árdua foi a chegada ao assentamento Mirindiba, mais árdua ainda foi permanecer. As condições eram no mínimo precárias, sobretudo se comparadas às do território original; um camponês fala que “até eu conseguir me aclimatar, aliás, até hoje ainda não me aclimatei, mas para melhorar muita coisa foram necessários uns 4 anos; daí ver minhas plantas saindo, minhas mudas que eu fui fazendo...”. A aclimação de que fala o trabalhador é senão a territorialidade genuína do camponês, aquela que diz respeito ao entendimento da terra, dos vegetais e dos ciclos atmosféricos que tornam a agricultura de base familiar possível dentro de uma parcela territorial; tal fato não se dá de forma imediata, e nesse caso, até agora não se concretizou totalmente. Até mesmo as moradias necessitaram de alterações em suas deficitárias estruturas originais Imagem 10, todas realizadas pelos próprios camponeses.

**Imagem 10:** Casa Construída pelo CESTE com Área Externa Acrescentada pelo Dono



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Março de 2017).

Seu Gerdean assevera que os empreendedores:

Fizeram essas casas aqui sem nenhum pequeno ferro nas laterais delas; essa daqui só tem um radier de 80 centímetros para dentro do chão nos cantos; fizeram esse radier rés do chão. Essa minha aqui eu fiz foi ver, eu vinha aqui direto... E as outras todas são do mesmo modelo... Bem aí tem um ‘radierzinho’ rés do chão, e aqui encima não tem um ferro... A minha já está começando a rachar no banheiro. Eu tenho o maior medo, igual eu falei para o cara da empresa, se aqui der um vento forte de verdade essa casa cai por cima de nós porque ela não tem ferro (Gerdean Carvalho, 40 anos).

As deficiências das moradias não eram apenas estruturais, mas também de ordem lógica. Um camponês relatou que a sua casa fora construída sob uma área bastante úmida, de modo que “mina água para todo lado, aqui onde é a casa. E eu irei cobrar deles para que tirem minha casa do lugar e coloque para outro lado, mais para o alto”. Essas e outras imperfeições podem ser vistas na estrutura das moradias concedidas pelo CESTE aos camponeses da Ilha de São José. Após essa breve contextualização dos principais aspectos do novo território, será agora narrado e analisado o processo de luta desses mesmos camponeses para dar continuidade ao seu modo de vida, mesmo em meio a tantas adversidades.

#### **4.2 A Luta pela Continuidade do Modo de Vida Camponês, o Papel da Esperança**

O novo território não reservava boas novas aos migrantes camponeses; logo de cara eles se deram conta das hostilidades do novo lugar. Além das deficiências infraestruturais proporcionadas pelo descaso do CESTE, os camponeses ainda vieram a sofrer com as consequências da diferenciação regional daquela área. Apesar de não ser o assentamento

Mirindiba distante mais do que 200 km do território original, nada impede, entretanto, que a natureza se modifique por meio da heterogeneidade típica da configuração territorial de um país. O meio físico se tornou indecifrável num primeiro momento, as chuvas, a terra e a lavoura não mantinham sintonia entre si, pois o responsável por ela, o camponês, encontrava-se perdido em meio a um lugar, cujos arranjos espaciais são alheios à história de vida do camponês que ali habita contra sua vontade.

Em diálogos com os camponeses pôde-se notar claramente que a migração se tornou ainda mais dolorosa devido às péssimas condições da nova morada. Um chefe de família diz que: “Quando eu cheguei, eu vim com 40 galinhas para aqui. Fiz um monte de estacas para elas dormirem encima, mas não tinha uma sombra para elas ficarem debaixo; pouco a pouco foram morrendo... Dessas 40 galinhas só restaram 18”; o mesmo sujeito narra que a única porca que ele trouxera da ilha morrera depois de ter sido picada por uma cobra no ambiente ainda desconhecido. A relação do homem com a natureza exterior a ele é traçada de acordo com as possibilidades que o nível de desenvolvimento técnico oferece; o camponês devido à baixa composição orgânica de suas forças produtivas compensa o déficit com o emprego massivo da força de trabalho familiar, aliada à sua experiência como homem da terra, o que pressupõe uma vivência histórica com o meio; fato este que não era comum aos recém-chegados ao assentamento Mirindiba, deriva daí muitos imprevistos.

O consórcio foi o responsável pela ineficiência produtiva relatada pelos camponeses, sobretudo no início das atividades no novo território. A fazenda Mirindiba, como muitas outras da região, é o reflexo da estrutura fundiária do país, que está baseada na grande propriedade. Nesse caso em especial, a atividade desenvolvida era a pecuária extensiva, os bovinos eram criados na vasta extensão de terras que hoje deu lugar ao assentamento Mirindiba. Devido a essas características, a configuração territorial do lugar era marcada pela presença de vastas pastagens. Como medida paliativa e como o intuito de mascarar a realidade, os empreendedores promoveram a aragem da terra, fato este que provocou o soterramento da vegetação campeira. Segundo os camponeses, esse foi um fator decisivo para a não aclimação dos ribeirinhos no novo território. Maria da Ilha relata que “Quando eles araram a terra, logo depois nós já plantamos o arroz, mas deu uma febre, não nasceu um pé de arroz... Esquentou o arroz, esquentou o feijão e não nasceu nada! Isso nos dois primeiros anos”. Essa condição fez com que os camponeses recorressem aos empreendedores, e de acordo com Maria da Ilha:

No primeiro ano ele [CESTE] deu 30 sacos de arroz, feijão, uns 30 sacos de milho. No outro ano eles deram dinheiro... Deram R\$ 500 numa parcela, e acabaram de



cobrir quando eles vinham ver aquilo que a gente plantava, aí tiravam fotos, depois tornavam dá outro pouquinho [dinheiro]. O que sei é que ele [CESTE] durante esses 2 anos prestaram contas (Maria da Ilha, 54 anos).

Esse apoio, todavia, não supria de fato as reais necessidades do campesinato, uma vez que o reforço material fornecido pelo consórcio era insuficiente para as famílias, pois eles necessitavam realmente era produzir. Uma camponesa asseverou que “Nada se compara... Você estava comendo uma coisa regrada, como se fosse uma coisa alheia, e as coisas alheias não enche a barriga de ninguém”. A fartura verificada na Ilha de São José não era mais a realidade dos camponeses migrantes. Além disso, inúmeros outros atributos foram perdidos, como por exemplo, os babaçuais, a pesca abundante e o lazer existente na insular. Um camponês afirma que “Sinto falta de tudo... Das praias para nós banharmos aos finais de semana, aqueles cardumes de peixes subindo para nós pegar a canoa e ir atrás pegar um peixe...”. O novo cotidiano traz consigo uma realidade cruel e nefasta para os camponeses da Ilha de São José realocados no assentamento Mirindiba; estes sempre acostumados com a abundância da antiga morada se viram, a princípio, sujeitados a uma realidade miserável.

Emocionado ao se lembrar da ilha, o camponês descreve com tom nostálgico como era desenvolvida a pesca artesanal naquele lugar que sempre foi a sua morada, diz ele:

Tem o horário que o sol vem saindo, o horário que o peixe gosta de flutuar e ficar tipo bebendo água, a Curimatá! Eles ‘ficam que ficam’, e de longe você ver! Aí você só ajeita aqui a tarrafa\*... Dá umas duas ‘remadinhas’ na canoa, quando ela embalar um pouquinho você espera e se ajeita, fica esperando... Quando chega a proximidade você só manda o pano [tarrafa] (Júlio da Silva, 61 anos).

Todo esse processo foi aprendido por meio do repasse oral e prático das antigas gerações até os camponeses mais novos. De fato, é inexistente a presença de qualquer camponês da Ilha de São José assentado no Mirindiba que não tenha afinidade com a pesca. De modo que um camponês é enfático em afirmar que “Até mesmo as redes eram nós mesmo que fazíamos”; isto demonstra o quanto essa atividade era importante na vida da população atingida. Maria da Ilha relembra que “Não era preciso ir até o rio para escolher o peixe; lá de longe você via os peixes pulando na água”; segundo ela “Praticamente estamos perdendo o costume de comer peixe. Por que nós não tínhamos o costume de comer peixe de criatório; e nem sabíamos disto! Hoje as coisas são todas de criatório”.

Quando se compara a pesca do antigo território com as condições do assentamento Mirindiba, o camponês nostalgicamente relata que:

---

\* Tarrafa é uma espécie de rede de pesca circular, geralmente pode ser manuseada por uma única pessoa.

Aqui nós não vemos aqueles cardumes; a sensação de você botar a rede, por que lá eu tinha um ponto de botar a rede, da beira de onde eu banhava até o meio como daqui naquela cerca [pelo cálculo visual algo em torno de 15 a 20 metros]... Aqui ninguém vê nada disso não... O peixe aqui é igual a esse aí que acabou de sair<sup>69</sup>; 3 Tambaquis dão 1 kg, e é R\$ 10 o kg com o fato e tudo [peixe sem tratar]; vem vender aqui, se você quiser comer...<sup>70</sup> (Gerdean Carvalho, 40 anos).

A continuidade do modo de vida camponês foi drasticamente comprometida pela baixa produtividade das forças produtivas, sobretudo no primeiro momento (2010-2014). A produção material reduzida fazia com que o nível de saciedade das unidades camponesas se posicionasse em um patamar abaixo do que era registrado na Ilha de São José; tal fato concorreu para o definhamento das condições de vida daquela população. Até mesmo os velhos hábitos alimentares tiveram que ser reformulados; Maria da Ilha diz que:

A gente não tinha costume de comer óleo [de soja], por que quando não era a banha de porco, era o azeite de coco ou o leite de coco Babaçu. Então, aqui começamos a comprar o óleo, por que antes não havia necessidade; nós achávamos o óleo à coisa mais horrível do mundo. Quando você comia uma comida que tinha óleo você já sentia a diferença (Maria da Ilha, 54 anos).

A má qualidade das terras em comparação com as da Ilha de São José tem feito com que os camponeses recorram ao mercado de forma mais significativa<sup>71</sup>. Um produto como o arroz, outrora produzido abundantemente na ilha se torna inexistente nas lavouras do Mirindiba; uma camponesa se assusta e relata: “Hoje mesmo eu fui ao mercado; eu não tinha costume de ir... Ia apenas para comprar alguma ‘coisinha’... Aí a gente vai ao mercado comprar o arroz; o que mais me assusta é o fato de termos que comprar arroz”. A continuidade do modo de vida camponês é assegurada pelo território, seus recursos e a sua função de abrigo, logo, se colocado em condições anormais no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, o camponês se verá num quadro de desolação econômica, ou seja, pode acontecer de ele ser subordinado ao mercado.

A perda de antigos laços de vizinhança contribui também para que a condição do camponês seja arrasada. Esse fato desestimula os sujeitos, a esfera psicológica faz com que os mesmos se sintam mais impotentes diante do capital. De fato, o mundo só é bom para os donos dos meios de produção, pois como asseverou Marx; Engels (1984), a burguesia visa

<sup>69</sup> No ato de realização dessa entrevista, por alguns instantes, teve-se de interrompê-la, haja vista que chegara à propriedade do camponês entrevistado um comerciante de peixes, cuja mercadoria é feita referência no trecho supracitado.

<sup>70</sup> Outro camponês atesta que o assentamento Mirindiba não tem atributos físicos que proporcione a pesca, o mesmo enfatiza que “Quando eu colocava a rede no início nunca consegui pegar mais do que 5 peixes”, no ribeirão Gurgueia, o maior da região.

<sup>71</sup> O próximo item detalhará mais efetivamente as colocações aqui apresentadas ainda de forma superficial sobre a dependência do mercado pelo camponês.

criar um mundo a sua imagem e semelhança. Um camponês quando interrogado a respeito de seus vizinhos, responde cabisbaixo: “Os meus vizinhos? Mudaram todos! Mudaram todos! Meus vizinhos hoje são Valdecir, que nunca foi vizinho meu, a Dorivan, que nunca morou próximo de mim, hoje ela é minha vizinha aqui. Aqui no fundo tem outro vizinho que é fazendeiro e eu não o conhecia”. Quase todos os antigos laços foram quebrados pela ação destruidora do capital hegemônico, pois sob o domínio da burguesia “O que parecia sólido, desaparece; o que era sagrado é profano, e finalmente, os homens são obrigados a encarar, com serenidade, suas condições de vida e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 1984, p. 22).

Os camponeses são acima de tudo seres dotados de emoções. Não são meras expressões da ideologia econômica dominante; seu universo é repleto de saberes, cooperação e apego. Maria da Ilha relata que: “Até agora ainda não ‘caiu a ficha’ que a energia e as telhas da casa é tudo o que eu tenho. Ainda não ‘caiu a ficha’; porque eu sou capaz de viver sem isso”. Maria da Ilha não se desprende dos velhos costumes, tanto é que ao lado da nova morada de alvenaria ergueu a sua casa de fazer farinha nos moldes da antiga morada (Imagem 11).

**Imagem 11:** Maria da Ilha em sua Casa de Fazer Farinha no Mirindiba



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Fevereiro de 2019).

De acordo com ela:

No meu ‘barraquinho de palha’ eu me sinto muito melhor, é a minha cultura! É aquela mistura de bicho, cachorro com galinhas... Foi desse jeito que eu fui criada. Não tem como mudar! E eu não quero mudar! Eu sou uma pessoa que não quero mudar a minha cultura! Posso mudar algumas coisas, porque não tem mais lógica, tipo as coisas que não voltam atrás; mas aquilo que eu puder preservar... O meu

fogão de lenha, a minha ‘aguinha’, minha ‘casinha’... Minhas plantas, essas coisas... Isso não vai tirar de mim” (Maria da Ilha, 54 anos).

O novo território, de início, representava o desconhecido e, por conseguinte, o lugar do pavor. Uma camponesa relata o seu medo: “Quando eu vim da ilha para cá, eu trouxe uns 50 litros de água! Era um trauma”; a experiência dos demais camponeses assentados em outras áreas fez com que o medo tomasse conta do grupo liderado por Maria da Ilha. Os demais assentamentos possuem péssimas infraestruturas e poucos atributos físicos, sendo escassa a presença de cursos d’águas. O majestoso rio Tocantins não faz mais parte do cotidiano dos assentados no Mirindiba, em seu lugar hoje existe apenas o ribeirão Gurgueia que corta a região. Um camponês diz que: “O meu lote mesmo não tem córrego que segura água no verão, o Gurgueia segura! São mais ou menos uns 5 lotes de pecuaristas que não segura água, o meu é um deles. Então, tudo que eu faço no verão... É utilizando a bomba do poço”. Em relação ao problema da falta d’água, o CESTE providenciou poços artesianos com bombas, reservatórios e filtros de tratamento (Imagens 12-13). Tal fato se deu novamente mediante a confrontação dos camponeses diante do consórcio empreendedor, pois “a história da Sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 1984, p. 19).

**Imagens 12-13:** Poço Artesiano e Sistema de Armazenamento Construídos pelo CESTE



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Dezembro de 2017).

Esses mecanismos técnicos, todavia, geram despesas, e os custos adicionais contribuem para que parte da renda seja dispendida no pagamento de energia elétrica; fato este inexistente na Ilha de São José. Sabe-se que os rendimentos do campesinato estão condicionados, pela concorrência, aos níveis impostos pelos grandes produtores que possuem uma elevada composição orgânica do capital (máquinas, insumos, transportes) baseada na

inovação científico-tecnológica<sup>72</sup>, fato que aumenta consideravelmente a produtividade do trabalho; “Em sua condição subordinada, o camponês em geral não tem poder para interferir na definição dos preços de seus produtos e assim participar de maneira mais vantajosa da distribuição da riqueza social” (MARQUES, 2008a, p. 70). Um camponês preocupado com esse quadro indaga: “E se essa bomba quebrar no verão? E se a caixa estiver seca? E aí? E o gado todinho? Eu e as minhas coisas aqui para dar água... A minha preocupação é essa”. A pecuária desenvolvida por uma parcela dos camponeses (Imagem 14) também se viu comprometida devido à falta de cursos d’águas permanentes.

**Imagem 14:** Gado em Meio ao Pasto Seco no Verão



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Julho de 2017).

A saída paliativa encontrada pelo CESTE foi a construção de cochos (Imagem 15) ligados aos poços artesianos; tal estratégia não condiz com a realidade dos camponeses, pois, de certa forma, apenas encarecem os custos de produção da unidade familiar já comprometidos qualidade do solo não muito boa. O enchimento desses reservatórios encarece, novamente, o preço da energia elétrica, que segundo os camponeses, já é bastante elevado; o paliativo então se tornou ineficiente antes mesmo de ter sido testado em sua totalidade. Tal fato fez com que muitos camponeses diminuíssem os seus rebanhos, ou buscassem o aluguel de pastagens fora da área do assentamento, tal fato será analisado mais de perto no próximo item.

---

<sup>72</sup> “O elemento característico no modo de produção capitalista, entretanto, é o fato de cada novo ciclo de reprodução ampliada começa com máquinas diferentes das do ciclo anterior. No capitalismo, sob o logo da concorrência e da busca permanente de superlucro, são feitos esforços contínuos para diminuir os custos de produção e baratear o valor das mercadorias mediante inovação técnica” (MANDEL, 1985, p. 77).

**Imagem 15:** Cocho sem Água durante o Verão



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Julho de 2017).

No assentamento Mirindiba, a principal atividade que o campesinato desenvolve enquanto classe social, a agricultura, se viu comprometida devido à má qualidade do solo; isto já foi objeto de trabalho em outras oportunidades<sup>73</sup>. A produção agora se vê permeada por processos artificiais; realidade esta não condizente com a vivenciada anteriormente na Ilha de São José. O camponês como classe ligada ao modo de produção dominante precisa se adequar frequentemente à estrutura econômica do mesmo, sobretudo devido à imposição da concorrência pela busca de maior produtividade do trabalho; por isso, “Em tempos de grandes avanços tecnológicos, não é estranho em afirmar que até mesmo o camponês compulsoriamente terá que se adequar ao mundo tecnológico” (R. SANTOS, 2003, p. 30).

Se na ilha o adubo era proporcionado pelos ciclos da natureza, sobretudo pelas cheias do rio Tocantins que proporcionava a acumulação de húmus; agora é necessária a utilização de elementos químicos que precisam ser adquiridos no mercado. Maria da Ilha relata que “A produção aqui ficou menos diversificada e, além disso, tem outra história, você só produz se colocar adubo... Na ilha a gente não sabia nem o que era”. Um novo calendário agrícola teve de ser criado pelos camponeses, uma nova ordem física é imposta pela migração forçada. As forças produtivas precisam de uma carga cada vez maior de implementação tecnológica, pois os atributos físicos do novo território não são suficientemente favoráveis.

Todavia, o camponês migrante não se deixa abater pelas condições materiais desfavoráveis, esse sujeito social tem a esperança como guia em sua luta pela reprodução da

<sup>73</sup> O assentamento Mirindiba apresenta deficiências produtivas de ordem natural, que se soma à insuficiência técnica do campesinato (COSTA; MARINHO, 2017; COSTA; LIRA, 2018).

vida imediata, mesmo que isso ocorra diante de atores poderosos como os representantes do consórcio empreendedor responsável pela construção UHE Estreito. De fato, o campesinato brasileiro é, acima de tudo,

Um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc (MARQUES, 2008b, p. 65).

Os camponeses foram à luta e conseguiram um suporte técnico por parte do CESTE; os empreendedores prestaram assistência aos assentados por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS). Esse apoio consistia no acompanhamento agrônomo, e visava qualificar os camponeses a praticar aquilo que vem sendo chamado de *agroecologia*. O MAB esteve presente como agente fiscalizador nessa fase de lutas encarada pelos camponeses da Ilha de São José, entretanto, como ressalta Fabrini (2008, p. 247), “existe uma prática de resistência entre os camponeses que extrapola os limites dos movimentos sociais, ou seja, uma resistência para além dos movimentos sociais, como se existisse um ‘movimento camponês’ mais amplo do que os ‘movimentos sociais’”. O próprio movimento social pode não dar conta dos anseios imediatos da classe a qual pretende representar, por isso, alguns camponeses consideraram quase que incipiente a ajuda técnica prestada pelo consócio.

A territorialidade camponesa foi posta em cheque pela dinâmica vampírica do capital, todavia, a luta e a esperança sempre fizeram parte da vida das unidades familiares do assentamento Mirindiba. No próximo serão analisados os aspectos socioeconômicos do assentamento; dessa forma buscar-se-á compreender a produtividade dos camponeses que resistem às condições mais adversas possíveis.

### **4.3 Os Aspectos Socioeconômicos do Assentamento Mirindiba**

O assentamento Mirindiba carrega em si as marcas de uma de classes aguerrida; mesmo diante de todas as condições adversas o campesinato manteve-se firme, e sempre disposto a batalhar contra aqueles que desejavam explorá-lo inconsequentemente. Para situar a análise em questão, parte-se das premissas de Ariovaldo Umbelino de Oliveira que apresenta aos leitores duas frentes do campesinato no Brasil, a saber: a) a frente dos que lutam para entrar na terra<sup>74</sup>, ou seja, são aqueles sujeitos que ainda não têm; b) a frente dos que

---

<sup>74</sup> “Antes, o fundamento da dominação e da exploração era o escravo; agora passa ser a terra. É a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto camponeses e fazendeiros” (MARTINS, 1995, p. 63).

lutam para permanecer na terra, mesmo diante das dificuldades produtivas e conflitos causados pela violência dos grandes (A. U. OLIVEIRA, 2001b). De fato, ser camponês, como afirmaram Claudiney de Freitas Marinho e Elizeu Ribeiro Lira, é sinônimo de resistência, sobretudo de:

Resistência ao modo de produção atual que os nega na mesma intensidade que os mantêm e apropria-se do seu labor. Resistência aos donos da terra, aos que detêm o domínio sobre ela e que os subjugam enquanto classe inferior. Resistência ao Estado, fiel defensor dessa estrutura social hierarquizada e que está a serviço daqueles que ocupam o topo da pirâmide. Resistência a terra, ou a ausência dela, que por sua vez, faz emergir a esperança (MARINHO; LIRA, 2018, p. 199).

Os camponeses aqui estudados fazem parte do grupo dos que “lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira” (A. U. OLIVEIRA, 2001b, p. 189). Esses sujeitos lutam e relutam pela continuidade de seu modo de vida, pois a posse da terra já é um fato concreto, mesmo que algumas questões jurídicas ainda assustem determinados camponeses. No assentamento Mirindiba não há, pois, luta para entrar na terra, mas sim para permanecer nela. O que deve ser analisado aqui é a capacidade de resistência do campesinato perante as adversidades sociais e materiais; diferentemente da cidade, no campo, a questão da propriedade é mais complexa, e “Para entendê-la temos que compreender que a terra é um instrumento de trabalho, pois sem trabalho ela não oferecerá os seus frutos, não alimentará a sociedade. Qualquer fazendeiro, qualquer camponês, qualquer trabalhador do campo sabe disso, muito bem” (MARTINS, 1995, p. 138).

A propriedade da terra em si não tem significado para o camponês se não for acompanhada do trabalho; o campesinato não sobrevive à custa de rendas ou da exploração da força de trabalho alheia. Logo, a unidade produtiva camponesa deve ser compreendido como uma contradição dentro do modo de produção capitalista (A. U. OLIVEIRA, 1981; 1987; 2001a; 2001b; 2005a; 2007); a sua existência, de acordo com A. U. Oliveira (2001a, p. 11), significa “Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas”<sup>75</sup>.

No assentamento Mirindiba, como já foi mencionado, a produtividade do trabalho sofreu alterações significativas, o que não significou o fim do modo de vida camponês dos sujeitos expulsos da Ilha de São José. A agricultura camponesa se adequa às condições

---

<sup>75</sup> José de Souza Martins (1995, p. 171), vai mais além e diz que “não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar de tipo camponês, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo do capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra”.



adversas de acordo com a experiência vivida a cada dia; o campesinato que chegara ao novo território, ainda em 2010, não é qualitativamente o mesmo de hoje (2019). Apesar das deficiências da terra, os sujeitos sociais vêm conseguindo manter o nível de vida suficiente para não se tornarem proletários. Quando interrogado sobre a sua produção, o camponês responde:

Rapaz eu no segundo ano quando eu comecei a trabalhar aqui... Eu plantei muita mandioca. A terra foi preparada, colocaram calcário e foi jogado adubo, aí deu muita mandioca; isso foi em 2012. Em 2013 eu já fiz outra roça que deu umas 1.200 caixas de mandioca, foi muito bom! Daí para cá eu não plantei muita mandioca, porque foi ficando fraca [a terra]. Também fiz um bananal, eu vendi muita banana (Gerdean Carvalho, 40 anos).

A lavoura de mandioca é de longe a mais praticada no assentamento Mirindiba (Imagem 16); é comum entre os camponeses alguns comentários do tipo: “mandioca nasce em qualquer chão” ou “a mandioca basta plantar”. De fato, a adaptabilidade da leguminosa é tremenda, a necessidade de adubo não é tanta quanto à do milho, por exemplo. A sua produção não se resume apenas na raiz a ser consumida, mas também numa ampla gama de produtos derivados que podem ser extraídos do vegetal.

**Imagem 16:** Plantação de Mandioca



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Março de 2017).

A mandioca representa o produto principal entre as lavouras, mas não o único. Esse artigo só é a base da produção porque o mercado o acolhe bem. Nas propriedades é plantado de tudo, mesmo que em proporções diferentes; produtos como o milho, feijão, maracujá, abóbora, melancia, pimenta, cebola e coentro; são criados animais, tais como os bovinos, porcos e galinhas. Faz parte da natureza do campesinato a variedade na produção; mesmo

quando está submetida às normas do mercado, a unidade familiar busca produzir em menor quantidade produtos que, teoricamente, deveriam ser buscado no mercado. Um camponês relatou que até mesmo o adubo ele evita comprar, pois utiliza os dejetos do gado como fertilizante; fato raro, pois na maioria das propriedades o uso de intensivos é baseado na compra de químicos encontrados na cidade.

O campesinato do assentamento Mirindiba produz valores de uso, pois mesmo os produtos comercializados no mercado foram antes de tudo produzidos com o intuito de satisfazer alguma necessidade imediata. O milho (Imagens 17-18) serve de alimentação às galinhas, aos porcos e aos cavalos, se é colhido verde serve para o consumo humano *in natura* ou de seus derivados (pamonha, cural, mingau); a mandioca pode ser consumida *in natura* pelos camponeses ou também em forma derivada (farinha, puba, mingau), na maioria das vezes serve de alimentação aos porcos; o feijão pode ser consumido pelos membros da unidade familiar, e quase sempre é utilizado também como semente; outros exemplos poderiam ser dados aqui, mas não conveniente esse prolongamento. O que deve ficar claro é que “Na economia camponesa, prevalece a produção *valores de uso* para o autoconsumo, diferentemente do modo de produção capitalista, que produz *valores de troca*” (CARNEIRO, 2009, p. 55).

**Imagens 17-18:** Plantações de Milho em Diferentes Estágios no Assentamento Mirindiba



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Março de 2017).

A primeira necessidade do camponês não é a de comparecer ao mercado como possuidor de mercadoria, mas sim produzir aquilo que lhe forneça alguma utilidade. Um grande produtor de soja não produz dessa forma, ele o faz pensando no retorno monetário que

sua mercadoria pode trazer<sup>76</sup>; “Para ele, o único valor de uso que ela possui diretamente é o de ser suporte de valor de troca e, portanto, meio de troca. Por essa razão, ele quer aliená-la por uma mercadoria cujo valor de uso o satisfaça” (MARX, 2013, p. 160). De fato,

A produção de mercadorias não constitui um fim para o produtor capitalista, e sim um meio para apropriar-se da mais-valia. Mas enquanto a mais-valia permanece contida na forma concreta de mercadoria, ela é inútil para o capitalista. Depois de produzi-la, êle necessita realizá-la, transformá-la em sua expressão de valor, ou seja, em dinheiro. Para que isso aconteça, e o capitalista se aproprie da mais-valia, em sua forma de dinheiro, todo o capital antecipado deve perder a forma de mercadoria e voltar a êle em forma de dinheiro (LUXEMBURGO, 1970, p. 17).

O camponês também transforma produtos em mercadorias, mas só depois de tê-los produzido de forma excedente. Na agricultura camponesa a produção está pautada na reprodução da vida imediata dos produtores diretos. De fato, se o camponês pudesse produzir tudo àquilo que necessita sem precisar recorrer ao mercado, ele o faria. Portanto, impera no assentamento Mirindiba uma *agricultura de excedentes*, já que o mercado só é confrontado quando os produtos são confeccionados acima do essencial para a satisfação dos próprios camponeses, e não só deles, mas também de suas criações de animais. Nessa agricultura,

O excedente já aparece como tal na própria produção. O essencial nessa interpretação é que os meios de vida do agricultor não são imediatamente estabelecidos pela mediação do mercado. Mesmo que o camponês venha a ter que comercializar também parte de seus meios de vida, ele *sabe* que está vendendo aquilo que originalmente fora destinado à sua sobrevivência (MARTINS, 2016, p. 159).

Dessa liberdade não goza o trabalhador assalariado, pois este não sabe, no momento da produção, distinguir a parte da jornada de trabalho que virá a se transformar nos seus meios de vida, do trabalho excedente que será apropriado pelo capital (MARTINS, 2016). O campesinato sabe que comercializado não fora genuinamente produzido para isso, mas para o consumo; acontece que a força de trabalho “tem a propriedade especial de ser uma força criadora de valor, uma fonte de valor e, principalmente com um tratamento adequado, uma fonte de mais valor do que ela própria possui” (ENGELS, 2010, p. 28). A força de trabalho da unidade familiar é capaz de produzir bem mais do que necessita; o camponês se insere no mercado mediante essa característica da sua produção, assim como o trabalhador assalariado produz bem mais do que o salário que recebe. Quando a mandioca, por exemplo, é comercializada pelo campesinato, significa dizer que a sua produção superou as necessidades

---

<sup>76</sup> A produção da agricultura patronal tem por finalidade maior, não a produção de alimentos, mas sim a de *commodities*, visando, sobretudo ao mercado externo, alicerçada na mundialização do capital e da própria agricultura brasileira (A. U. OLIVEIRA, 2014).

de consumo da família; a sua troca proporcionará a posse do dinheiro pelo camponês, que poderá, recorrendo novamente ao mercado, comprar aquilo que unidade familiar não produz diretamente.

No Mirindiba novas realidades da economia de excedentes foram sentidas, sobretudo em relação aos produtos de primeira ordem. De fato, a produção camponesa não perdera o seu viés natural, que é a produção de valores de uso, todavia, a relação desses sujeitos sociais com o mercado mudou quantitativa e qualitativamente. Na ilha, a ida ao mercado era para comprar produtos acessórios, ao passo que na nova morada a questão se inverteu parcialmente. A mandioca, por exemplo, é um vegetal bastante consumido, mas não forma a base sólida da alimentação camponesa, esta é composta primordialmente pelo arroz e o feijão. O novo território trouxe à tona necessidades nunca sentidas pelas famílias, e uma das que mais choca os sujeitos, é o fato de agora terem que comprar o arroz; logo o arroz, artigo amplamente produzido na Ilha de São José. De produtores a compradores de arroz, essa é a triste realidade do campesinato expulsado.

Para alguns camponeses, a maior responsável pela não produção de arroz é a adversidade do novo ambiente físico. O sujeito social é enfático em afirmar que:

Arroz eu não planto, porque arroz aqui é muito difícil para produzir em roça pequena. Por exemplo, se eu vou fazer uma roça para o consumo próprio, o preparo do solo precisa ser muito bem feito... Da hora que você planta você tem que passar para dentro! Você tem que passar para dentro até que ele atinja uns 20 cm de altura, por que se não o Cariri [pássaro] vai lá e arranca; ele vai lá encima da cova e puxa a semente! Depois, quando ele começa a botar os cachos você precisa está lá, até o dia de você ‘panhar’ [colher]. Aqui ajunta milhares de Cariri! (Gerdean Carvalho, 40 anos).

Essas dificuldades não eram encontradas na Ilha de São José, a produção poderia até mesmo ser escoada para o mercado, haja vista o grande volume de excedente. Uma camponesa culpa também o fim da solidariedade campo-cidade no novo território, pois as pequenas usinas de beneficiamento de arroz não existem em Araguaína<sup>77</sup> como ocorria na antiga região<sup>78</sup>. Outra argumentação vem do fato de que a proximidade do expressivo mercado de Araguaína faz com que não seja atrativo produzir arroz, pois os preços desse produto seriam para os camponeses mais viáveis do que a sua produção pela unidade familiar.

<sup>77</sup> Era comum em Araguaína até os finais da década de 1990 a presença de pequenas usinas beneficiadoras de arroz; a produção local era processada nessas pequenas empresas, de modo que os camponeses ou pagavam em dinheiro, ou com uma parte do produto a ser beneficiado. Mas o mercado moderno suplantou essa antiga forma de solidariedade entre o campo e a cidade, sobretudo com o advento dos supermercados.

<sup>78</sup> “O capitalismo é, em termo de história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso de transformação da natureza e do social e as transformações nas relações entre cidade e campo constituem um dos fundamentos deste modo de produção” (MARQUES, 2002, p. 103).

Um camponês afirma que “No início, teve até uma produção [de arroz], mas quando a gente parou para analisar o preço que estava lá no supermercado, e comparando com as dificuldades do plantio, vimos que não compensava”.

O arroz é um mantimento de primeira necessidade, e a sua produção é um fato inexistente no Mirindiba, em virtude disto, o contato do campesinato com o mercado tornar-se bem mais corriqueiro. Esse produto precisa está dia após dia na mesa do trabalhador camponês; na Ilha de São José, o inverso acontecia, o excedente do arroz é que era comercializado. Agora, esse artigo deixa de ser produto direto do trabalho do camponês, para se tornar um objeto do seu desejo. É necessário que se realizem outros valores de troca, para que o arroz possa ser adquirido. Os excedentes da mandioca, do leite, das galinhas, do gado, do feijão e do milho são comercializados, não mais para comprar apenas o supérfluo, mas também para se adquirir um produto básico como o arroz, além é claro de outros artigos, cujos gastos não existiam: volume maior da conta de energia, adubos, venenos etc.

Essa nova tessitura em que estão inseridos os camponeses é no mínimo estranha, já desse momento em diante a produção de muitos bens essenciais deixou de ser o foco, tais como o arroz, o azeite e a gordura e em alguns casos até mesmo o feijão e a carne, o adubo e a água, pois essa última requer o dispêndio de energia elétrica, fato inexistente na Ilha de São José. Esses bens de primeira necessidade devem ser buscados no mercado mediante a troca pelo equivalente geral (dinheiro). Esse fato conduz, conseqüentemente, a um aumento significativo da produção de outros bens que não sejam aqueles cuja produção foi inviabilizada. Por isso o camponês assevera:

Agora hoje aqui pode se dizer que a gente compra quase tudo. O que a gente não compra é a farinha, por que nós a produzimos aqui, mas até o arroz vem de lá... Aqui as compras no supermercado tem mais valor... Lá na ilha a gente só comprava as coisas auxiliares, porque lá nós tínhamos o arroz, tinha o feijão... (Júlio da Silva, 61 anos).

A mandioca assume a frente nesse tocante, o produto é bastante aceito no mercado de Araguaína, além de ser a base de muitos produtos derivados que agregam mais rendimentos à economia camponesa do Mirindiba. Ultrapassado os limites do consumo doméstico, a mandioca passa a ser comercializada pelos camponeses. O consumo familiar, por seu turno, consiste na alimentação dos membros da unidade produtiva e na produção de ração para os animais, principalmente para os porcos. Há também a produção da farinha de mandioca que é um dos alimentos típicos da produção camponesa manufatureira; no assentamento Mirindiba vigora o regime de mutirão, tornando maior a produtividade do trabalho.

Esse sistema de cooperação funciona da seguinte forma, a casa de farinha (Imagem 19) de uma unidade produtiva é utilizada por duas ou mais famílias, a matéria-prima, mandioca, é originária das propriedades de todos os envolvidos; ao término do processo, o que foi produzido é dividido pelos sujeitos que se dedicaram ao processo. Sabe-se que a cooperação proporciona uma soma de produto bem maior do que indivíduos trabalhando sozinhos (ENGELS, 2015); os camponeses em sua marcha histórica compreenderam isso muito bem.

**Imagem 19:** Casa de Fazer Farinha de Mandioca



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Dezembro de 2017).

Mesmo tendo condições de produção favoráveis, a farinha não é produzida de forma excedente, ao ponto de se tornar mercadoria. Todos os camponeses são unânimes em afirmar que o valor de mercado da farinha não condiz com o dispêndio de trabalho nela cristalizado; mais uma vez o problema da concorrência assola os camponeses, haja vista que por se tratar de um produto manufaturado, ele está sujeito às leis da economia política. Na indústria, que já alcançou a produção de farinha de mandioca, a produtividade do trabalho é bem maior do que a registrada na produção familiar, ou seja, os custos são mais baixos. Assim, “A concorrência força o produtor a vender o produto de duas horas tão barato como o de uma hora” (MARX, 2009, p. 79); a produção de farinha de modo excedente se tornou inviável, já que traria prejuízos aos produtores camponeses. O queijo produzido no assentamento também sofre as mesmas consequências da farinha de mandioca, por isso sua produção vem se restringindo cada vez mais ao consumo doméstico.

A baixa composição orgânica da manufatura camponesa contribui para que o valor-trabalho agregado ao produto seja maior do que o da indústria, pois lá impera o uso de maquinaria, diminuindo, por conseguinte, os custos de produção, pois o montante gasto com o

pagamento de salários se torna bem menor. Por isso a maioria das mercadorias comercializadas no Mirindiba são *in natura*, ou seja, não são produtos derivados confeccionados “manufateiramente”.

A produção de milho (Imagens 20-21) também não é levada ao mercado; restringe-se ao consumo doméstico. Essa lavoura não é tão expressiva quanto à de mandioca, por exemplo, fato que limita o surgimento do excedente.

**Imagens 20-21:** Camponês e a sua Produção de Milho Pronta para o Consumo dos Animais



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Abril de 2018).

Para alguns camponeses o problema da produção de milho está no fato de que para terem colheitas satisfatórias, os mesmos precisam fazer um dispêndio de dinheiro significativo, a ser gasto com adubos, pois a terra do Mirindiba não é das mais propícias a essa cultura. Muitos camponeses acabam por recorrer ao mercado para adquirirem esse produto. Mais uma vez os camponeses estão diante da terra do devir, a terra sem explicação, pois o milho que já foi tão abundante na produção camponesa na Ilha de São José, agora se torna escasso, ao ponto de os camponeses terem de recorrer ao comércio para alimentar as suas criações.

Hoje, apesar de o assentamento estar localizado próximo de um importante centro comercial como Araguaína, os camponeses mesmo assim se veem ilhados no que diz respeito ao escoamento da produção. Um sujeito social relata que na ilha “Existia o transporte para levar as coisas para a cidade, mesmo que fosse pago, a gente dava um jeito...”; esse fato não faz mais parte da realidade vivida pelos assentados.

Essa questão se torna o alicerce para o surgimento da figura do atravessador, personagem responsável pela compra das mercadorias dos camponeses *in loco*. Esse sujeito faz a intermediação entre a produção camponesa e o consumidor final, ou com o capitalista industrial; mas de qualquer modo ele se apropria dos rendimentos que poderiam ser auferidos

pela unidade produtiva, caso esta comercializasse os seus próprios produtos. A proximidade do mercado (Araguaína) promoveria ao camponês uma renda diferencial, pois os produtos agrícolas são comercializados de acordo com os custos de produção do solo de pior qualidade e/ou os mais distantes do mercado. Essa renda, todavia, é passada para as mãos do atravessador e dos demais membros da cadeia intermediária. Esse é o monopólio da produção pela circulação de que fala A. U. Oliveira (1981); a cotação de mercado dos produtos, que poderia trazer mais conforto ao campesinato, é senão “o preço que a sociedade como um todo paga e que os produtores vêm fluir de suas mãos” (A. U. OLIVEIRA, 1981, p. 24)<sup>79</sup>.

Por isso José de Souza Martins afirma que o camponês enquanto produtor de “excedentes agrícolas fora de esquemas e de relações capitalistas de produção, pode vender os seus produtos por qualquer preço, o que beneficia os intermediários que acumulam capital às suas custas, e contribui para o abastecimento de imensas regiões” (MARTINS, 1995, p. 116). Talvez muitos cidadãos araguainenses se quer imaginam que os vegetais dos quais estão se alimentando podem, hipoteticamente, ser originários do trabalho familiar realizado no assentamento Mirindiba. O leite, por exemplo, é um dos produtos mais visados pelos atravessadores (Imagem 22); nesse caso, o intermediário faz a transição entre os produtores diretos e os laticínios da cidade. O atravessador e o industrial apropriam-se da renda ao invés do campesinato.

**Imagem 22:** Atravessador Comprando a Produção Leiteira do Camponês no Mirindiba



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Abril de 2018).

---

<sup>79</sup> Essa situação piora em regiões menos desenvolvidas, pois “quanto mais atrasadas são a região e a forma de produção que nela se desenvolve, maior é a probabilidade da extensão da cadeia de intermediários e mais propícia às condições para o desenvolvimento do capital mercantil-especulativo” (SANDRONI, 1980, p. 53).



A mandioca e os demais produtos são destinados pelos atravessadores aos supermercados localizados na cidade; pois a falta de transportes próprios faz com que os camponeses não negociem diretamente com os comerciantes, ou mesmo com os consumidores finais (restaurantes, escolas, hospitais, bares etc).

A indústria em si, às vezes, não quer se indispor com o monopólio que representa as grandes propriedades; por isso se apegam ao camponês; “Trata-se, isto sim, de um processo incrível de desenvolvimento da própria produção camponesa pelo capital para, inicialmente, fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra” (A. U. OLIVEIRA, 1987, p. 68). De certa forma, o camponês se torna gradualmente um produtor de mercadorias, dentro de todas as especificidades que já foram mencionadas; e essa sua condição “é produto do próprio capitalismo”, mas nem por esse fato ele deve ser visto “como um assalariado disfarçado ou um trabalhador a domicílio” (A. U. OLIVEIRA, 1987, p. 68). O importante, a saber, é que o camponês matem-se como um produtor não-capitalista, pois base familiar de trabalho não o insere nos moldes do trabalho assalariado capitalista. O capital encontra-se alojado na esfera da circulação, dominando a produção e,

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (A. U. OLIVEIRA, 1987, p. 53)<sup>80</sup>.

Portanto,

A continuação e o funcionamento da economia familiar camponesa resultam das relações dialéticas que a unidade familiar estabelece com a economia e a sociedade nacional e mundial com o objetivo de utilizar os recursos produtivos de que dispõe, sendo o principal deles o trabalho. Nesse processo, a economia familiar camponesa se diferencia da economia capitalista ao mesmo tempo em que faz parte dela (MARQUES, 2008a, p. 71)<sup>81</sup>.

Como tentativa de luta contra essas amarras do capital, o campesinato remanescente da Ilha de São José organiza-se por meio de uma associação. À época da realização dessa pesquisa essa entidade encontrava-se basicamente inativa. O galpão da associação (Imagem 23) é utilizado frequentemente para as reuniões dos assentados e também para os encontros com os representantes do CESTE. Após os primeiros anos de baixa produtividade no

<sup>80</sup> “O fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, pois a partir daí, ele tem as condições necessárias para sujeitar também o trabalho que se dá na terra” (A. U. OLIVEIRA, 2001a, p. 49).

<sup>81</sup> Essas observações vão de encontro à crítica que Mandel faz a Bukharin, já que na sua obra ele “deixou de enfatizar um aspecto crucial desse sistema: a saber, que a economia mundial capitalista é um *sistema articulado de relações de produção capitalista, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial*” (MANDEL, 1985, p. 32).

assentamento Mirindiba, a associação teve um papel crucial na vida dos camponeses, pois de forma coletiva os camponeses firmaram convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vindo a participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), administrado por aquele órgão.

**Imagem 23:** Cede da Associação dos Camponeses do Mirindiba



**Fonte:** O Autor (Trabalho de Campo Realizado em Fevereiro de 2019).

O programa consistia na compra, por parte do governo, da produção camponesa; após o aceite feito pela CONAB do projeto elaborado pelos assentados havia a procura por parceiros que recebiam essas mercadorias em nome do Estado, geralmente instituições de cunho social. Seu Júlio da Silva na época à frente da associação, afirma que “Nós tínhamos 4 parceiros em Araguaína: tínhamos a APAE<sup>82</sup>, FUNAMC<sup>83</sup>, Comunidade Vida Nova<sup>84</sup>, e tinha a Cuidar<sup>85</sup>”. Segundo seu Júlio, o dinheiro era depositado na conta da associação e logo em seguida repassado a cada um dos participantes do projeto. Foram executados 2 projetos, cada um com duração média de 1 ano e meio; o primeiro teve um orçamento de mais de R\$ 38.000 mil, o segundo foi algo superior a R\$ 93.000 mil. No primeiro projeto só participaram 8 famílias, já no segundo foram 14 unidades produtivas envolvidas; a última entrega de alimentos feita pelos camponeses foi no ano de 2016. Segundo o líder, fornecia-se de tudo:

Aqui ia abóbora, banana, a massa de mandioca, feijão, as coisas que a gente planta na horta, o cheiro-verde, este era o melhor de preço! Todo tipo de coisa! Mas o foco principal toda vida foi a mandioca... Ia a farinha seca, a farinha puba, ia até o

<sup>82</sup> Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE).

<sup>83</sup> Fundação de Atividade Municipal Comunitária (FUNAMC).

<sup>84</sup> Organização Cristã Protestante que realiza o tratamento de dependentes químicos em Araguaína.

<sup>85</sup> Instituição de acolhimento a dependentes químicos.

polvilho, o milho verde... Tinha mês aí que o cara ficava bom de bolso [endinheirado] (Júlio da Silva, 61 anos).

Os recursos angariados foram individualizados após o recebimento, todavia, isso não impediu que o seu uso também tivesse cunho comunitário, afinal de contas a cooperação faz com que muitas questões se tornem menos desfavoráveis, tais como os custos com a aração da terra. Esse ato foi realizado em nome da associação logo após a execução do primeiro projeto; as propriedades das unidades produtivas foram beneficiadas a um custo relativamente mais barato do que se fosse realizada de forma individual.

Esses mesmos camponeses, por outro lado, ainda sofrem as consequências do descaso do CESTE, depois de quase uma década de residência na nova morada. A propriedade da terra ainda não está efetivada em termos jurídicos, pois a velha promessa de que após 5 anos seriam confeccionados os documentos não foi cumprida. Essa é mais uma etapa da luta de classes, pois na Ilha de São José a maioria dos camponeses tinha as suas terras documentadas; esse fato apenas dissemina o medo, sinônimo de futuro incerto no novo território. Muitos temem ser expulsos da nova morada, assim como aconteceu na ilha. A última promessa foi a de que os documentos seriam entregues até junho de 2018; tal fato não se realizou, na verdade demonstra o cinismo dos capitalistas diante da falta de fiscalização.

Esse compromisso do CESTE em entregar os documentos no ano de 2018, todavia, necessitava de uma contra partida por parte dos camponeses, já que os mesmos deveriam abrir mão de suas causas indenizatórias na justiça. Esse conflito jurídico, por seu turno, representa a luta dos camponeses pelos seus direitos, uma vez que o consórcio empreendedor não levou em consideração as benfeitorias das antigas propriedades, não realizando o posterior ressarcimento. Para os camponeses, a parcela de terra do Mirindiba representa apenas o topográfico, ou seja, mera extensão quadrada equivalente à propriedade da antiga morada que foi consumida pelas águas do reservatório. Partindo do pressuposto de que o assentamento Mirindiba fora entregue sem nenhum atributo, ou melhor, sem nenhuma quantidade significativa de trabalho anterior cristalizado, pode-se dizer que os camponeses lutam na justiça pela restituição daquilo que eles não puderam trazer para o novo território: os currais, as cercas, galinheiros, chiqueiros, casas, pomares, terras trabalhadas etc.

O campesinato se vê refém de uma chantagem social, pois nessa lógica para alcançarem um direito devem abrir mão de outro. “Eles chegaram aqui um dia”, diz um camponês sobre os representantes do CESTE, “E a gente perguntou qual era a expectativa dos documentos. Eles disseram: ‘se acabar as causas na justiça os títulos saem’”. Quase todos os assentados possuem causas jurídicas, isto faz com que os empreendedores utilizem dessa

artimanha para intimidar os camponeses migrantes. Negam a esses sujeitos o direito sobre o seu próprio trabalho; tal fato faz parte da ética capitalista, que visa perenemente ao processo de expulsão das comunidades tradicionais, e a conseqüente apropriação capitalista de seus antigos territórios. O camponês relata o terrorismo do CESTE:

Sobre os títulos dessa terra aqui... Eles (Consórcio) vivem só querendo matar nós do coração! Eu já digo é logo desse jeito, porque teve gente que na última reunião passou mal. Eles disseram que já tinha o documento com a desapropriação de certos produtores daqui de dentro! Eles disseram que o seu João, que mexe com a máquina, já tinha o documento de desapropriação no seu nome, por conta das causas na justiça (Gerdean Carvalho, 40 anos).

Após esse episódio foi verificado que a história não passava de uma farsa, na verdade esta é apenas uma estratégia para que os camponeses abram mão de seus direitos e, dessa forma, o CESTE venha a poupar gastos com os assentados. Essa condição faz com que muitas famílias se sintam inibidas de fazer qualquer benfeitoria mais progressiva na terra, já que o futuro, segundo eles, é incerto. Alguns camponeses alegam que a ausência dos títulos tem feito com que estes percam tempo, pois possuísem a documentação iriam até o banco fazer empréstimos para aprimorar as forças produtivas hoje existentes. Outros sujeitos acabam por desanimar diante de tanta ameaça, afirmam que abririam mão das causas na justiça caso recebam os documentos das terras, isso demonstra o maléfico papel da superestrutura jurídica, já que ela serve de sustentáculo para que o capital cometa as mais graves atrocidades contra os menos favorecidos. Em virtude disso, alguns camponeses falam até mesmo em vender a propriedade e ir para um outro lugar, pois a insegurança não é uma coisa típica da vida desse campesinato que sempre viveu no sossego da pacata e produtiva Ilha de São José.

Portanto, a luta dos camponeses do assentamento Mirindiba se dá em várias frentes, seja contra o capital que se apropria da produção por meio da circulação, contra a instância jurídica que está sempre em consonância com os detentores de capital, contra as condições adversas da produção e a falta de recursos para a compra de equipamentos técnicos, contra os fazendeiros vizinhos que os marginalizam, pois veem o assentamento como uma ocupação ilegal, contra a desmotivação causada pelos atritos das reuniões com os representantes do CESTE, ou seja, contra tudo aquilo que visa dificultar ou mesmo impedir a continuidade do modo de vida camponês. Esse campesinato luta ferozmente contra esses males, mais isto não o torna um grupo social ignorante, pelo contrário, os camponeses estão atentos às questões sociais e ao quadro político do Brasil que é muito presente nas falas, tendo uma consciência de classe talvez bem maior do que a dos trabalhadores do espaço urbano.

Esse campesinato está fixado na terra, e é nela que luta e reluta pela sua sobrevivência; não se dedica a trabalhos auxiliares, pois consagra todo o seu tempo à sua propriedade, e acima de tudo, não explora a força de trabalho alheia, matem-se firme na sua própria exploração. Quando o clima não ajuda, ele leva as suas cabeças de gado para áreas de melhores pastagens, e paga um preço por isto, dinheiro do seu suor, e não da capacidade de trabalho dos outros como fazem os grandes fazendeiros. Esse camponês aguerrido não se entrega à anarquia da produção capitalista, pois até mesmo o seu excedente é subdividido em várias categorias de produtos, fato que não proporciona a criação de estoques de um único produto, sem que haja compradores à disposição. A irracionalidade da qual é acusada a agricultura camponesa, é na verdade uma racionalidade, pois a sua produção é sinônimo de reprodução da vida imediata do camponês e de sua família. Essa é a realidade do assentamento Mirindiba.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi analisado ao longo desse texto, concluiu-se que o campesinato em sua história de luta contra os poderosos jamais aceita a subjugação passivamente. Os camponeses expulsos da Ilha de São José dão o testemunho de como a resistência frente aos atores hegemônico pode ser sinônimo de esperança, mesmo que num novo território. A terra é a maior riqueza que um povo pode ter, ela é a base material responsável pelo suporte às ações humanas, por isso a territorialidade camponesa é o produto da utilização de uma parcela do território, essa condição envolve a capacidade de ação e de reação perante as dinâmicas do meio ecológico, englobando também as relações econômicas e de poder existentes entre os homens; isso quer queira ou quer não, termina por conduzir àquilo que se denomina *identidade* que se manifesta nas ações e escolhas de um grupo.

O campesinato é uma classe social histórica, em todas as formações sociais já existentes a sua presença foi notória. No modo de produção asiática o camponês era o responsável pelo sustento material da monarquia e sua corte, além de financiar as obras de irrigação destinadas a facilitar a prática da agricultura; no modo de produção feudal desempenhou um papel de submissão ao senhor feudal, e novamente se viu encarregado de sustentar a nobreza em conjunto com clero ocioso. Sob o capitalismo, o campesinato apresenta-se como uma contradição, já que não se enquadra nas relações de trabalho assalariado; mas, nem por isto deixa de existir. O capitalismo é um modo de produção baseado na contradição, e esta é uma marca de sua própria evolução; portanto, se o camponês está presente até hoje é porque a sua presença se faz necessária ao próprio modo de produção dominante.

É em meio a essa condição que o camponês brasileiro digladiava na atualidade contra fazendeiros, grileiros, consócios hidroenergéticos e mineradoras. A luta do campesinato é uma luta histórica; não é de agora que o campesinato sofre diante dos detentores de capital; todavia, a esperança prática, diferente da esperança teológica, reza que esses sujeitos não aceitam a subjugação autoritária sem antes lutar, ou seja, sem antes resistir. Na Ilha de São José os camponeses expulsados não lutavam apenas contra o consórcio empreendedor em si, mas ao mesmo tempo contra o Imperialismo que faz nações dominarem outras nações, contra as inversões geográficas que nada somam à riqueza nacional, contra as políticas estatais partidárias da economia de mercado, ou seja, contra o subdesenvolvimento que torna as nações emergentes verdadeiras marionetes das economias centrais.

O território visto apenas como recurso é propício à disseminação de conflitos; as empresas hegemônicas chegam sem compromisso local, usam e abusam dos recursos

territoriais da nação, e se esquecem que as vastas regiões ocupadas por suas hidroelétricas, plantações e minas eram, na verdade, o lar ancestral de centena de milhares de populações tradicionais. A UHE Estreito é mais um bom exemplo desse descompromisso social do capital, pois o lucro é o único objetivo e nada mais, essa busca desenfreada é ditada pela anarquia que impera na produção.

O novo território dos camponeses expulsos da Ilha de São José é a terra do devir, uma vez que as variáveis da produção e reprodução da vida imediata foram drasticamente resignificadas. A parcela territorial atual, o assentamento Mirindiba, não oferece as mesmas condições que o território original, muito pelo contrário, rebaixa o nível das forças produtivas das unidades produtivas, e assim diminui a qualidade de vida daqueles sujeitos sempre acostumados com a abundância da antiga morada. As relações adversas não se dão apenas com o meio físico, mas também com o mercado do qual se tornaram mais dependentes. O novo território traz à tona a figura do atravessador, que se aproveita da falta de transportes dos camponeses para saquear a preços mínimos a produção das unidades produtivas. No assentamento foi constituída uma nova conjuntura econômica, à qual os camponeses ainda estão se adaptando, mesmo que contra a vontade.

O Mirindiba reservou aos camponeses uma luta judicial contra o CESTE, fato este responsável pela aflição dos produtores familiares. Essa batalha pelas indenizações, de acordo com os empreendedores, impossibilita a confecção dos documentos das propriedades. A justiça, sempre conivente com as estratégias e amarras do capital nada fazem a respeito desse caso, pois a intenção é a de que os camponeses abram mão de suas justas indenizações para só depois receberem os títulos de suas terras. Essa é mais uma estratégia imoral consórcio empreendedor, uma vez que a luta dos camponeses é apenas por aquilo que de direito lhes pertence, e que o processo migratório não pôde trazer para a nova morada; isso se inscreve como uma forma de luta de classes no seio da sociedade capitalista; todavia, esta luta é sempre desfavorável aos camponeses, pois o Estado cria todas as condições necessárias para que o capital seja imune a qualquer infortúnio dessa batalha histórica travada no território brasileiro.

Portanto, a história dos camponeses expulsos da Ilha de São José pela UHE Estreito é a história da perda do território como abrigo. O grupo que forma hoje o assentamento Mirindiba, vê o novo território com insegurança, pois a territorialidade é também consequência do contato da sociedade com meio que a circunda. Na ilha, a territorialidade era um produto histórico, vivenciada em muitos casos pelos indivíduos desde a infância; no novo território impera a ignorância diante da situação atual, não uma ignorância proposital, mas um

estranhamento provocado pela imposição dessa nova e esquizofrênica moradia, imposição esta justificada pelos ideais de progresso que permeiam não só o discurso econômico, mas também a retórica dos políticos. Assim, a continuidade do modo de vida desse campesinato se dá em meio a um turbilhão de adversidades, mas essa tempestade não assusta os bravos camponeses que desenvolveram uma sólida esperança, por isso lutam e relutam contra os seus opositores, edificando uma concreta resistência.



## REFERÊNCIAS

- ALDANA, Ramón Losada. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução: Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, vol. 3).
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Tradução: Joaquim de Moura Ramos, Lisboa: Editorial Presença, 1970.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Globo, 1993.
- BANDECCHI, Brasil. **Origem do Latifúndio no Brasil**. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1963.
- BIRIUKOVITCH, V.; LEVITSKI, I. A Idade Média. In: PINSKY, Jaime (Org.). **Modo de Produção Feudal**. São Paulo: Global, 1982.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A Economia Mundial e o Imperialismo**: esboço econômico. Tradução: Raul de Carvalho, São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. Tese, Antítese, Síntese e Tese,... **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 77, p. 79-98, 2001.
- CARNEIRO, Patrício. A Unidade de Produção Familiar e os Enfoques Teóricos Clássicos. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v 4, n 8, p. 52-66, ago. 2009.
- CHAVES, P. R. **As Relações Sócio-territoriais na Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-MA e a (Re)produção do Espaço Urbano nas Cidades de Carolina-MA e Filadélfia-TO**. 2009. 215f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)-Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Rebeldia e Barbárie**: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio. 2015. 405f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_. A Violência nos Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio. In: LIRA, Elizeu Ribeiro. (org.). **Geografia Agrária do Tocantins**: campesinato, latifúndio e conflito. Goiânia: Kelps, 2018.
- CHAYANOV, Aleksandr. Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas (1924). In: CARVALHO, Horacio Martins de. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- CNEC. **Estudos de Viabilidade da UHE Estreito**: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, 2001.
- COSTA, Delismar Palmeira.; LOPES, A. P. O Papel da Colônia de Pescadores na Cidade de Babaçulândia (TO): o trabalho e vida das comunidades ribeirinhas. **Revista Desafios**, Palmas, v. 3. n. Especial, p. 55-59, 2016.

\_\_\_\_\_.; MARINHO, Claudiney de Freitas. O Assentamento Mirindiba em Araguaína (TO): um território surgido do conflito. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2017. p. 1-16.

\_\_\_\_\_.; LIRA, Elizeu Ribeiro. Os Camponeses da Ilha de São José e a Construção da UHE do Estreito: a expulsão do paraíso. In: LIRA, Elizeu Ribeiro. (org.). **Geografia Agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflito**. Goiânia: Kelps, 2018.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. (Repensando a Geografia).

CRUZ, Maria Clara da. O Conceito de Formação Espacial: sua gênese e contribuição para a geografia. **GEOgraphia**, Niterói, ano V, n 9, p. 67-83, 2003.

DIVITÇIOGLU, Singer. Modelos Econômicos a partir do Modo de Produção Asiático. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Tradução: Affonso Blacheyre, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

DOLLFUS, Olivier. **O Espaço Geográfico**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas, São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

ENGELS, Friedrich. Carta de Engels a J. Bloch. **Estudios**, Montevideu, ano I, n 1, p. 84-85, febreiro\marzo, 1956.

\_\_\_\_\_. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. Tradução: Leandro Konder, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. (Coleção Perspectivas do Homem; v. 99).

\_\_\_\_\_. Introdução de F. Engels para a Edição de 1891. In: MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo: EDIPRO, 2011.

\_\_\_\_\_. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução: Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2015. (Marx-Engels).

FABRINI, João Edimilson. Movimentos Sociais no Campo e Outras Resistências Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015a. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015b. v. 2.

FIORAVANTE, Eduardo. Modo de Produção, Formação Social e Processo de Trabalho. In: \_\_\_\_\_. et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. (Ciências Sociais; v. 2).

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GEBRAN, Philomena. Introdução. In: FIORAVANTE, Eduardo. et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

GHIOLDI, Rodolfo. Sobre la Teoria del Desarrollo. **Estudios**, Montevideu, ano VI, n 21/22, p. 63-74, agosto, 1961.

GODELIER, Maurice. Hipóteses sobre a Natureza e as Leis de Evolução do Modo de Produção Asiático. In: FIORAVANTE, Eduardo. et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_.; AZEVEDO, Nilce Moreira de. A Geografia do Imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 59, p. 23-42, 1982.

GOTTMANN, Jean. A Evolução do Conceito de Território. Tradução: Isabela Fajardo e Luciano Duarte. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v 2, n3, p. 523-545, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Perspectiva do Homem; vol. 12).

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da Pequena Propriedade: intrusos e posseiros (1963). In: WELCH, Clifford Andrew et al (Orgs.). **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak, São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Limites do Capital**. Tradução: Magda Lopes, São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014a.

\_\_\_\_\_. **O Novo Imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

\_\_\_\_\_. O Espaço como Palavra-Chave. Tradução: Letícia Gianella. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n 35, v 13, p. 126-152, 2015.

HILFERDING, Rudolf. **El Capital Financiero**. Traducción: V. Romano Gracia, Madrid: Editorial Tecnos, S. A., 1963.

HOBSON, John A. **A Evolução do Capitalismo Moderno**: um estudo da produção mecanizada. Tradução: Benedicto de Carvalho, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Os Economistas).

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Tradução: José Ricardo de Azevedo, Rio de Janeiro: Campus, 1982.

\_\_\_\_\_.; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Tradução: Jaime Benchimol, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

IANNI, Octávio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1963.

\_\_\_\_\_. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. (Retratos do Brasil; v. 48).

\_\_\_\_\_. A Utopia Camponesa (1986). In: WELCH, Clifford Andrew et al (Orgs.). **Camponeses Brasileiros**: leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

JAHNEL, Teresa Cabral. As Leis de Terras no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n 65, São Paulo, p. 105-115, 1987.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Tradução: Otto Erich Walter Maas, Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

KAVALIOV, S. I. A Crise Social do Século III ao V no Império Romano do Ocidente. In: PINSKY, Jaime. (Org). **Modo de Produção Feudal**. São Paulo: Global, 1982.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Tradução: Paulo Bezerra, São Paulo: Nova Cultural, 1988. v.1. (Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. Tradução: Aristides Lobo, São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A Violência contra os Posseiros na Região de Porto Nacional. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Geografia Agrária do Tocantins**: camponato, latifúndio e conflito. Goiânia: Kelps, 2018.

LOPES, A. P. **Escravidão por Dívida no Norte do Estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. 300f. Tese (Doutorado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Tradução: Moniz Bandeira, Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1970.

MALAGODI, Edgard. **O que é Materialismo Dialético**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos; 206).

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução: Carlos Matos, Regis Andrade, Dinah Azevedo, São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARINHO, Claudiney de Freitas. **Terra de Trabalho e Terra de Negócio no Território da Prelazia de São Félix do Araguaia, Região Nordeste do Estado de Mato Grosso**: a atuação religiosa, ideológica, social e política do bispo Pedro Casaldáliga. 2018. 111f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2018.

\_\_\_\_\_.; COSTA, Delismar Palmeira. Pedro Casaldáliga: o bispo entre a terra de negócio e a terra de trabalho na Amazônia matogrossense. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, VIII, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2017. p. 1-14.

\_\_\_\_\_.; LIRA, Elizeu Ribeiro. O Bispo Dom Pedro Casaldáliga e a Opção pelos Pobres da Terra na Região do Araguaia. In: LIRA, Elizeu Ribeiro (org.). **Geografia Agrária do Tocantins**: camponesinato, latifúndio e conflito. Goiânia: Kelps, 2018.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Agricultura e Camponesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Camponesinato e Território em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n 12, p. 57-67, jan./jun. 2008b.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política Pública no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 2017.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes, Expressão Popular: São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: \_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução: Florestan Fernandes, Expressão Popular: São Paulo, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008c.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Tradução: José Paulo Netto, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels, São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global Editora, 1984. (Universidade Popular, 1).

\_\_\_\_\_.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Álvaro Pina, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MIRANDA, Ricardo Ferreira.; LIRA, Elizeu Ribeiro. A Apropriação do Campesinato pelo Capital Rentista no Tocantins: o caso do município de Miracema. In: SANTOS, Roberto de Souza et al (Orgs.). **Território e Diversidade Territorial no Cerrado**: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais (Vol. II). Goiânia: Kelps, 2015.

MORAES, Marcos.; FRANCO, Paulo. **Geopolítica**: apocalipse do século XX. Campinas: Átomo, 2000.

MOREIRA, Cristiane G. Q. **Geografia da Produção de Energia Hidroelétrica no Brasil**. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NASCIMENTO, Aline. **E Cadê o Campesinato que Estava aqui?**: a transformação do território no Vale do Rio São Marcos a partir da hidrelétrica Serra do Facão. 2014. 148f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2014.

\_\_\_\_\_.; MENDONÇA, Marcelo. Território Barragens Hidrelétricas e seus Efeitos sobre Populações Camponesas. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, XXI, 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-16.

OLIVEIRA, Antonio Miranda de. O Campesinato como Classe Social do Campo. In: LIRA, Elizeu Ribeiro (org.). **Geografia Agrária do Tocantins**: campesinato, latifúndio e conflito. Goiânia: Kelps, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 58, p. 5-64, 1981.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

\_\_\_\_\_. **Integrar para não Entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1991. (Série “Educando”).

\_\_\_\_\_. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001a. (Caminhos da Geografia).

\_\_\_\_\_. A Longa Marcha do Camponato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, 15 (43), p. 185-206, 2001b.

\_\_\_\_\_. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005a. (Didática; 3).

\_\_\_\_\_. A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005b. (Didática; 3).

\_\_\_\_\_. A Mundialização do Capitalismo e a Geopolítica Mundial no Fim do Século XX. In: ROSS, Jurandyr (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005c. (Didática; 3).

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em:  
<[http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio\\_Valeria/Pdf/Livro\\_ari.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf)>  
Acesso em: 04 de fevereiro, 2016.

\_\_\_\_\_. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: \_\_\_\_\_. et al. **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, Marcelo Divino. **Os Impactos Socioeconômicos e o Processo Indenizatório das Comunidades Ribeirinhas Atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito-Maranhão**. 2013. 86f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)-Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. Tradução: Lycurgo Gomes da Motta, São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965.

PRADO JÚNIOR, Caio. Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_. et al. **A Agricultura Subdesenvolvida**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1969. (Caminhos Brasileiros / 2).

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França, São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANDRONI, Paulo. **Questão Agrária e Campesinato**: (a “funcionalidade da pequena produção mercantil). São Paulo: Editora Polis, 1980. (Coleção Teoria e História 9).

SANTOS, Alisson Almeida dos.; SIEBEN, Airton. Hidreletricidade e Des-re-territorialização: uma análise a partir no reassentamento Mirindiba localizado no município de Araguaína-TO. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, ano 3, n 01, p. 1-10, jan-jul, 2014.

SANTOS, Gleys dos.; LIRA, Elizeu Ribeiro. Padre Josimo e Mulheres em Movimento no Bico do Papagaio: o esforço teórico – uma síntese para entender um novo protagonismo na luta pela terra. In: SANTOS, Roberto de Souza.; LIRA, Elizeu Ribeiro. (Orgs.). **Fronteira, Território e Cidades no Cerrado**: discussões e reflexões socioterritoriais. Goiânia: Kelps, 2017.

\_\_\_\_\_. Contribuições Teóricas nas Ações Sociais de Base na Luta de Padre Josimo para o Movimento de Mulheres Camponesas Tocantinense. In: LIRA, Elizeu Ribeiro. (org.). **Geografia Agrária do Tocantins**: campesinato, latifúndio e conflito. Goiânia: Kelps, 2018.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 81-99, jun, 1977.

\_\_\_\_\_. O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. **TERRA LIVRE**, São Paulo, n 5, p. 9-20, 1988.

\_\_\_\_\_. A Revolução Tecnológica e o Território: realidades e perspectivas. **Terra Livre-AGB**, São Paulo, n 9, p. 7-17, julho/dezembro, 1991.

\_\_\_\_\_. Da Política dos Estados à Política das Empresas. **Cad. Esc. Legisl**, Belo Horizonte, n 6, p. 9-23, jul/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. O Retorno do Território. In: \_\_\_\_\_; SOUZA, Maria Adélia de.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, Niterói, ano 1, v 1, p. 7-13, 1999.

\_\_\_\_\_. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à conscientização universal. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.



\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 4).

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 2).

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional, São Paulo: Edusp, 2013. (Coleção Milton Santos; 11).

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2014a. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Edusp, 2014b. (Coleção Milton Santos; 10).

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014c. (Coleção Milton Santos; 12).

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_ et al. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n 9, p. 103-109, jul./dez, 2000.

SANTOS, Roberto de Souza. Regulação e Modernização do Setor Agrícola e Território. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 80, p. 27-50, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Agronegócio na Amazônia Legal/Cerrado: conflitos socioterritoriais. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de et al. **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Agronegócio na Amazônia Legal: conflitos e contradições sociais no espaço agrário. In: SANTOS, Roberto de Souza et al (Orgs.). **Território e Diversidade Territorial no Cerrado**: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais (Vol. II). Goiânia: Kelps, 2015.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil**: uma análise comparada dos Períodos Pós-Guerra (1945-1964), Pós-Golpe Militar (1964-1988), e Pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009). 2009. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, n 7, p. 1-21, jul./dez, 2005.

SIEBEN, Airton. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 204f. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

SILVA, M. C. T. da. A Compreensão da Relação Dialética Sociedade e Natureza em Marx. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 66, p. 113-122, 1988.

SILVA, M. F. da.; MACHADO, C. A. Do Rio ao Lago: uma abordagem sobre os impactos socioambientais a partir da construção da UHE-Estreito para o município de Carolina-MA. In: BRITO, Eliseu Pereira de (Org.). **Recortes Geográficos sobre Araguaína e outros Lugares**. São Paulo: Schoba, 2013.

SIMONDON, Gilbert. Mentalidade Técnica. **Filosofia e Educação**, Tradução: Jean-Hugues Barthélemy e Vicent Boutems, Campinas, vol 5, n 3, p. 137-156, out, 2014.

SINGER, Hans Wolfgang. Comercio e Inversión en Países poco Desarrollados: distribución de las ganancias entre los países inversores y los deudores. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, vol 17, n 66(2), p. 232-251, abril/junio, 1950.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Contexto, 2002.

SORRE, Max. A Geografia Humana (Introdução). **GEOgraphia**, Niterói, ano V, n 10, p. 137-143, 2003.

SOUSA, Glibson Barbosa.; LOPES, A. P. O Reassentamento Novo Milênio na Cidade de Babaçulândia-TO: o novo lugar das famílias que foram expropriadas a partir da construção da Usina Hidrelétrica do Estreito. In: Encontro Nacional de Geógrafos, XVIII, 2016, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2016, p. 1-11.

STUCHEVSKI, S.; VASÍLIEV, L. Três Modelos do Aparecimento e da Evolução das Sociedades Pré-Capitalistas. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

TELES, Lázaro.; SANTOS, Roberto de Souza. Da Fazenda Monte Alegre ao Assentamento Progresso: a terra de negócio e a terra de trabalho em questão. In: LIRA, Elizeu Ribeiro. (org.). **Geografia Agrária do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflito**. Goiânia: Kelps, 2018.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa**. Tradução: E. Huggins, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. vol 1. (Pensamento Crítico, v. 11).

UDALTZOVA, Z. V.; GUTNOVA, E. V. A Gênese do Feudalismo nos Países da Europa. In: PINSKY, Jaime. (Org.). **Modo de Produção Feudal**. São Paulo: Global, 1982.

VARGA, Eugênio. O Modo de Produção Asiático. In: FIORAVANTE, Eduardo. et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

VITALE, Luis. A América Latina: feudal ou capitalista? In: PINSKY, Jaime (Org.). **Modo de Produção Feudal**. São Paulo: Global, 1982.

WALDMAN, Maurício. Espaço e Modo de Produção Asiático. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 72, p. 29-62, 1994.